

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL: O CASO DOS MINIDISTRITOS
INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Aluno: Fernando Ortolani

Orientador: Prof. Dante Pinheiro Martinelli

SÃO PAULO

2005

Prof. Dr. Adolpho José Melphi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos
Chefe do Departamento de Administração

Prof. Dr. Isak Kruglianskas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

T320.6
078p

FERNANDO ORTOLANI

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL: O CASO DOS MINIDISTRITOS
INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

USP - FEA - SBD
DATA DA DEFESA <u>29/09/05</u>

SÃO PAULO

2005

Dissertação defendida e aprovada, em 29.09.2005, no Programa de Pós-Graduação em Administração, pela seguinte comissão julgadora, que destaca o esforço na construção de um trabalho multidisciplinar.

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

Profª Drª Claudia Souza Passador

Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Ortolani, Fernando

Políticas públicas e capital social : o caso dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto / Fernando Ortolani. -- São Paulo, 2005.

113 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005.
Bibliografia.

1. Políticas públicas 2. Capital social 3. Áreas industriais
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 320.6

**Aos paulistas
financiadores de minhas graduação
e pós-graduação nesta Universidade.**

Agradeço ao meu orientador Prof. Dante Pinheiro Martinelli, por todo o aprendizado nesses dois anos e meio de convivência, por sua amizade, confiança, paciência e tolerância. Agradeço-lhe, Dante, por apresentar-me a visão sistêmica e por deixar-me bons exemplos de educador; sua orientação acadêmica foi muito valiosa, mas o que ficará é a sua orientação para a vida, na direção da minha formação como ser humano antes de tudo. Bons momentos e grandes aprendizados desfrutei das monitorias de Política de Negócios e Simulação Empresarial.

Agradeço às professoras Cláudia e Helena pelos textos fornecidos e pelas valiosas contribuições quando da minha qualificação. Um agradecimento especial à profa. Cláudia que me permitiu grandes aprendizados através de nossa convivência, quando da minha monitoria na disciplina de Ética e Política.

Agradeço às companheiras do Grupo Laboratório. Em especial, a Tatá, Lesley, Paulinha e Silvia pelas valiosas contribuições para a efetividade deste trabalho.

Agradeço, nas pessoas do Prof. Orlando José Bolçone e do amigo Antonio Silvestre, à toda equipe da Secretaria do Planejamento e Gestão Estratégica do Município de São José do Rio Preto, pela boa vontade em fazer tudo o que esteve ao alcance para o sucesso deste trabalho.

Agradeço à minha família, pelos conflitos e pelos valores, pelo aprendizado do caráter e do amor. Em especial, à minha nona Emília, espírito de luz que me ilumina.

Agradeço a todos os grandes amigos pelo ombro.

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Ao Cristo, pelo exemplo deixado. À Nossa Senhora, pela intercessão nos momentos mais difíceis.

**“Viva como se fosse morrer amanhã,
aprenda como se fosse viver para sempre”.**

Mahatma Gandhi

RESUMO

Essa trabalho tratou da relação “políticas públicas e capital social”. Ela consistiu em avaliar se a política pública dos ministérios industriais e de serviços do município de São José do Rio Preto é indutora ou não da formação de capital social. A revisão bibliográfica abordou as questões relativas ao Estado, ao Estado brasileiro, às políticas públicas, aos governos locais, ao capital social e ao marco teórico adotado. Tal pesquisa foi qualitativa e o método utilizado foi o estudo de caso. As principais fontes de evidência analisadas foram a documentação e os registros em arquivo, as entrevistas e a observação direta. O marco teórico consistiu no modelo de Woolcock (1998) e nos mecanismos operacionais de indução da formação do capital social de Durston (1999). O primeiro estabelece três tipos de capital social (institucional, comunitário e extra-comunitário) e duas dimensões (“enraizamento” e autonomia). Já, o segundo define estratégias operacionais de políticas públicas destinadas ao empoderamento. Dado esse marco teórico, assumiu-se neste trabalho que o Estado deve intervir para a mobilização dos atores sociais na direção da formação do capital social. Posto isso, o presente estudo concluiu que o programa de ministérios de São José do Rio Preto, em sua atual formatação, possui baixa capacidade de indução da formação de capital social. Em se tratando do tema desta pesquisa, o ponto mais forte de tal política pública está em sua alta capacidade de indução do capital social institucional em sua dimensão autonomia, dada à alta credibilidade e eficácia institucional do órgão executor de tal política, a secretaria de planejamento e gestão estratégica (SEMPLANGE) da prefeitura local. Tal credibilidade e eficácia institucional foi mais detectada na relação “SEMPLANGE – empresários” do que na relação “SEMPLANGE - moradores dos bairros próximos aos ministérios”. Numa posição intermediária, encontram-se os cinco tipos de capital social na dimensão “enraizamento”: o programa logra alguma indução, mas ela é ainda muito baixa conforme constatado na análise da sinergia entre a SEMPLANGE e as instituições municipais; na conexão de empresários e moradores dos bairros próximos aos ministérios em redes sociais extra-comunitárias e na formação de uma identidade e projetos comuns entre empresários e entre os moradores. Por fim, os pontos mais fracos convergem para a baixa indução do programa de ministérios para a formação do compromisso cívico dos indivíduos, resultando em baixos níveis de capital social comunitário e extra-comunitário na dimensão autonomia. Diante de tal constatação, algumas sugestões foram deixadas para a melhoria de tal política pública no tocante à indução do capital social. Para tal melhoria, os mecanismos indutores da formação de capital social a serem mais trabalhados são os de fomento da organização e transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, integrando as dimensões técnicas e sociais. De acordo com a realidade apurada, é importante também manter a credibilidade e a eficácia institucional; fazer uso do espaço institucional que o orçamento participativo (OP) abre à população local; dirigir esforços para que o conhecimento gerado na SEMPLANGE seja realmente absorvido pelo público-alvo dos ministérios, via fomento do controle social. Diante de tais sugestões, baseadas na revisão teórica do trabalho, espera-se que o programa de ministérios possa induzir mais fortemente a formação de laços de confiança e reciprocidade entre os atores sociais envolvidos com tal política pública no município de São José do Rio Preto.

ABSTRACT

This work is about the “public policy and social capital” relation. It consisted of evaluating if the industrial minidistrict and the São José do Rio Preto city services public policy induces or not the social capital formation. The bibliography review addresses questions regarding the State, the Brazilian State, the public policy, the local government, the social capital and the theoretical mark adopted. Such research was qualitative and the method used was the case study. The main sources of evidence were documentation, registers in file, interviews and straight observation. The theoretical mark consisted of Woolcock model (1998) and Durston (1999) first operational inductive mechanisms of social capital formation. The former establishes three kinds of social capital (institutional, communitarian and extra-communitarian) and two dimensions (“rooting” and autonomy). The latter defines operational strategies of public policy designed to catching hold of. Given this theoretical mark, this research assumed that the State should intervene for the mobilization of social actors towards the social capital formation. Thus, the present work implied that the minidistricts program of São José do Rio Preto, in its current format, presents low inductive capacity towards social capital formation. Regarding the theme of this research, the higher topic of such public policy is in its high capacity of inducing the institutional social capital in its autonomy dimension, once it presents a high credibility and institutional efficiency of the executor organism: the planning and strategical management bureau (SEMPLANGE) of the local City Hall. Such credibility and institutional efficiency was detected more in the relation “SEMPLANGE – businessmen” than in the relation “SEMPLANGE – residents living near the minidistricts”. In an intermediary position, five kinds of social capital in the “rooting” dimension are found: the program enables some induction, but it is still very low as found in the synergy analysis between SEMPLANGE and the city institutions; in the businessmen and residents living near the minidistricts in extra-communitarian social organisms and when forming an identity and common projects between businessmen and residents. Closing, the weakest points converge to minidistricts program low induction for the formation of individuals’ civil commitment, resulting in low levels of communitarian and extra-communitarian social capital in autonomy dimension. Facing this finding, some suggestions were left for the improvement of such public policy regarding social capital induction. For such improvement, the social capital inductive mechanisms to be more improved are the organization promotion and capacity transmission for the citizenship and production working, integrating the social and technical dimensions. According to the resulted reality, it is also important to keep the institutional credibility and efficiency; to use the institutional space that the participative budget (PB) opens to local population; work hard so that the knowledge generated at SEMPLANGE is really absorbed by the minidistricts target audience through social control promotion. Facing these suggestions, based on the theoretical work review, it is hoped that the minidistricts program can induct a greater formation of a brotherhood of reliance and mutuality between the social actors involved with such public policy in the city.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
1. INTRODUÇÃO	4
1.1. OBJETIVO GERAL	12
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
2. ESTADO, ESTADO BRASILEIRO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNOS LOCAIS	14
2.1. O ESTADO E O ESTADO BRASILEIRO	14
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.2.1. A TEORIA DA FRAGMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.2.2. POLÍTICA INDUSTRIAL E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE) NO BRASIL	24
2.2.3. A ABORDAGEM DE REDES INTERFIRMAS	25
2.2.4. GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS	31
2.3. OS GOVERNOS LOCAIS	33
3. CAPITAL SOCIAL	41
3.1. REVISÃO TEÓRICA SOBRE CAPITAL SOCIAL	41
3.2. INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA INDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	45
3.2.1. O MODELO DE WOOLCOCK.....	46
3.2.2. MECANISMOS OPERACIONAIS QUE INDUZEM À FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	48
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS BEM SUCEDIDAS NA INDUÇÃO DA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	52
3.3.1. O PROGRAMA DE MEDICINA PREVENTIVA DO CEARÁ	52
3.3.2. O PROJETO CASAS FAMILIARES RURAIS/ESCOLA DO CAMPO	53
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	57
4.1. TIPO E MÉTODO DE PESQUISA	57
4.2. PROPOSIÇÃO DA PESQUISA	58
4.3. MODELO DE PESQUISA	58
4.4. PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO	60
4.4.1. VISÃO GERAL	61
4.4.2. QUESTÕES DE PESQUISA	61
4.4.3. UNIDADE DE ANÁLISE E PLANO AMOSTRAL	62
4.4.4. COLETA DE DADOS: INSTRUMENTOS	66
5. RESULTADOS	71
5.1. DOCUMENTAÇÃO E REGISTROS EM ARQUIVO	71
5.2. ENTREVISTAS	75
5.3. OBSERVAÇÃO DIRETA	85

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
6.1. DISCUSSÃO	90
6.1.1. DIMENSÃO “ENRAIZAMENTO”	90
6.1.2. DIMENSÃO AUTONOMIA	95
6.1.3. OS MECANISMOS DE EMPODERAMENTO	98
6.2. CONCLUSÃO	101
6.3. LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA PRÓXIMOS TRABALHOS	103
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIRP: Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto

APL: Arranjo Produtivo Local

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CIESP: Centro das Indústrias do estado de São Paulo

CFR: Casa Familiar Rural

GE: Grande Empresa

IADB: *Inter-American Development Bank*

IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal

MPE: Micro e Pequenas Empresas

MPME: Micro, Pequenas e Médias Empresas

OCDE: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

ONU: Organização das Nações Unidas

PDR: Plano de Desenvolvimento Rural

SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMP朗GE: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica de São José do Rio Preto

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SPL – Sistema Produtivo Local

1. INTRODUÇÃO

A globalização e a maior competitividade internacional deram origem, nos anos 80 e 90, a três movimentos na esfera pública: a redefinição do papel do Estado nacional e o seu relacionamento com a sociedade; a transferência pelo Estado de parte da produção de bens e serviços públicos ao setor privado; e a emergência do Terceiro Setor – setor público não-estatal orientado para atividades sociais sem fins lucrativos. (BARRETO, 1999).

Diante desses movimentos da esfera pública, surgiram novas tentativas de elaboração de uma nova institucionalidade pública. Entre essas tentativas, três se destacam a saber:

1. Neoliberalismo: segundo os neoliberais, as políticas públicas não devem basear-se em demandas sociais, mas em princípios de gestão pública. Tais políticas neoliberais fundamentam-se em cinco máximas:

- os programas sociais devem resumir-se às políticas assistenciais;
- toda política social deve ser complementar às atividades filantrópicas privadas;
- os programas não podem distorcer as relações de mercado e dirigir-se a públicos específicos;
- os programas devem alicerçar-se na descentralização, na privatização e no enfoque dos mais carentes;
- por fim, os programas devem concentrar-se na segurança e na capacitação de recursos humanos (RICCI, 2001).

O neoliberalismo na América foi traduzido pelo Consenso de Washington de 1989, que estabeleceu três blocos de reformas: cortes fiscais e controle dos gastos públicos; diminuição do custo de capital e maior competitividade às indústrias, flexibilizando o mercado de trabalho; reformas estruturais, desregulamentação dos mercados, privatizações e abertura comercial (RICCI, 2001).

2. Administração Pública Gerencial: aplicado no Reino Unido e também conhecido pelos ingleses como Terceira Via. Suas principais características são:

- orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;

- ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle de procedimentos);
 - fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou “corpos” de Estado, e valorização do seu trabalho técnico e político de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;
 - separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;
 - distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas de Estado, por definição monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo;
 - transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;
 - adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos de controle social direto, do contrato de gestão (em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos) e da formação de ambientes em que ocorra a competição administrada;
 - terceirização das atividades auxiliares ou de apoio que passam a ser competitivamente licitadas no mercado (BARRETO, 1999)
3. Gestão pública territorial: caracterizada pela consolidação dos fóruns de gestão pública, espaços regionais de desenvolvimento onde a própria população constrói propostas e coordena sua execução (RICCI, 2001).

Com a globalização, a nova institucionalidade pública, bem como os modelos que procuram defini-la, deparam-se com novos desafios impostos aos Estados. Por um lado, a promoção da competitividade de seus respectivos países no plano internacional é vista como questão de sobrevivência econômica; de outro, há a necessidade de proteger os cidadãos contra a tendência de concentração de renda, seja ela por países, seja por cidadãos de um mesmo país. (BARRETO, 1999)

Ainda sob o pano de fundo da globalização, mas fazendo a transposição da discussão institucional para a econômica, pode-se afirmar que a nova economia global tem como características predominantes a formação de blocos regionais, através da diminuição de barreiras entre os países membros, o uso da informação e do conhecimento de forma mais

intensa, o crescimento do setor de serviços, o *downsizing* das organizações de grande porte, e fusões e alianças entre as empresas. Esses fatores, além de reduzir as possibilidades de empregos formais, têm estimulado a criação de pequenos empreendimentos, sobretudo, na terceirização para grandes empresas como uma forma de sobrevivência no mercado (LALKAKA, 1997).

A mudança dos paradigmas organizacionais, resultado da nova economia global, tem proporcionado o surgimento do modelo de produção flexível, que encontra nas micro, pequenas e médias empresas (MPME) uma dinâmica de funcionamento eficaz, principalmente quando funcionam de forma coletiva. As MPME têm, a partir da reestruturação produtiva dos anos 70, começado a incorporar tecnologia de ponta nos processos produtivos e a modificar estruturas organizacionais internas. Elas também têm buscado vínculos com o entorno sócio-econômico, constituindo uma forma de reestruturação industrial capaz de competir em alguns setores com grandes empresas. Essas transformações têm ocorrido, sobretudo, no âmbito das inovações tecnológicas das indústrias eletrônicas, da robótica e da informática (BRUSCO, 1990; CASTELLS, 1986; PIORE e SABEL, 1984; TENDLER e AMORIM, 1996).

O processo de globalização da economia tem provocado um redesenho das forças produtivas com ênfase na flexibilidade, na inovação e na qualidade. A expansão de novas formas flexíveis de organização de produção aponta para a falência do modelo fordista, trazendo conseqüências importantes no âmbito econômico, social, organizacional e tecnológico. A denominada “especialização flexível” surge como um novo modelo de organização industrial, tendo como base a expansão de pequenas e médias empresas, cuja adaptabilidade a flutuações de demanda e dinamismo inovador tornaram-nas organizações importantes neste novo modelo industrial que tem se delineado nas últimas décadas (BAPTISTA, 2003)

Segundo Lopes e Cabeleira (2004), os anos 90 no Brasil foram marcados pela abertura comercial e pelas privatizações que favoreceram as multinacionais. Isso provocou uma desigualdade competitiva ainda maior em relação às pequenas e médias empresas, em sua totalidade de capital nacional. Além disso, segundo as autoras, as políticas de estímulo e as iniciativas dirigidas ao setor de PME têm sido inexpressivas e ocorrem com maior frequência por iniciativas do setor privado. Portanto, é premente que o setor público revise suas políticas e incentivos não só para as grandes empresas, mas também para as pequenas, de forma a

corroborar a criação de capital social e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico de forma mais dirigida.

Em se tratando de políticas públicas, as modificações ocorridas nos processos produtivos desde os anos 80 acarretaram grandes transformações nas teorias das políticas de desenvolvimento local. Os desequilíbrios regionais preexistentes e os advindos recentemente da reestruturação produtiva internacional passaram a ser analisados sob perspectivas diferentes. Atualmente, ao se analisar o desenvolvimento, duas categorias analíticas são mais profundamente estudadas: a sustentabilidade e a endogenia (PASSADOR, 2000).

O desenvolvimento sustentável foca sua atenção nos aspectos ambientais do crescimento, enaltecendo a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais para que estes possam continuar a ser utilizados no futuro. Todavia, é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza mais enfaticamente a questão local apresentando diversas contribuições para a problemática das disparidades locais e o maior número de instrumentos de políticas públicas para sua correção (PASSADOR, 2000).

O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970. A partir daí, essa corrente evoluiu com novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado, sendo conhecido também por desenvolvimento local, desenvolvimento desde baixo, desenvolvimento territorial, ou mesmo desenvolvimento comunitário (BENKO, 1999)

Posto isso, o desenvolvimento econômico local pode ser definido como aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida de uma comunidade local (Del CASTILLO *apud* ALBUQUERQUE, 1998). Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Na década de 1990, o modelo de desenvolvimento endógeno focou-se em entender o porquê de regiões com as mesmas condições de mão-de-obra, tecnologia e capital financeiro apresentarem níveis de crescimento diferentes. Nesse sentido, a contribuição da teoria

endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não fora como até então era entendido (PASSADOR, 2000).

A capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento local, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial interno configura a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Assim, pode-se identificar duas dimensões na endogenia do desenvolvimento local: a econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar eficientemente os fatores produtivos locais, e a sócio-cultural, em que os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento (VAZQUEZ, 1988).

Segundo Passador (2000), o conceito de desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento local, dentro da perspectiva de uma economia aberta. Também vale realçar que a moderna teoria regional endógena considera a importância da sociedade civil e das relações sociais no processo de desenvolvimento de uma localidade. (FERGUSON, 1998). Entretanto, o que os pesquisadores da endogenia buscam destacar é que a sociedade civil, e nela compreendidas as formas locais de solidariedade, integração social e civismo, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em um local, especialmente a partir da década de 90 (BOISIER, 1997).

Já como observa Franco (2000), ainda não se sabe exatamente o que se pretende quando se fala em desenvolvimento local. Na verdade, dever-se-ia considerar que uma sociedade se desenvolve quando passa a viver melhor, melhorando a vida dos seus membros. Porém, não é normalmente este o critério que prevalece, visto que, conforme já comentado, a ênfase no aspecto econômico tende a ser excessiva. Nessa linha, vale dizer que o crescimento econômico, embora necessário, não é suficiente se não for sustentável e não se orientar para uma distribuição equitativa de seus frutos, compreendendo a riqueza produzida, mas também conhecimento e poder (DOLABELA, 2003).

Assim, o desenvolvimento só poderá ser considerado como desenvolvimento efetivo, em termos concretos, se se constituir em desenvolvimento humano, social e sustentável. Assim, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas (trata-se aqui do desenvolvimento humano), da sociedade como um todo (aqui se refere ao desenvolvimento social), sempre com a preocupação com o presente (ou seja, das pessoas que vivem hoje) e com o futuro (quer dizer, zelando pelas pessoas que viverão amanhã), levando, assim, ao desenvolvimento sustentável (FRANCO, 2000).

Ainda dentro da perspectiva do desenvolvimento, mas falando mais especificamente dos governos locais, o fato é que a globalização os coloca diante de um dilema. Ao mesmo tempo, eles precisam criar condições favoráveis para uma inserção progressiva dos setores mais modernos e dinâmicos da cidade no mundo e procurar medidas e políticas capazes de mitigar os crescentes problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam os setores sociais mais fragilizados e empobrecidos (FREY, 2004).

Em se tratando da relação entre globalização e governo local, tem-se que a primeira exige novas realidades e modalidades mais eficientes de administração pública, exigindo novas formas de controle social sobre este último (MARINO, Jr, 2005).

Uma vez postos os contextos político e econômico da globalização, as novas tendências de atuação dos governos locais através de suas políticas públicas, fica bem clara a importância do capital social no atual contexto histórico.

O capital social pode ser entendido como a capacidade de interação de indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os novos vizinhos, com alguém novo do bairro ou no trabalho (GROOTAERT; BASTELAER, 2002). Segundo Franco (2001), sob o ponto de vista econômico, o capital social é uma forma não-financeira de poupança, ou seja, um investimento num recurso intangível cujo retorno se dá a longo prazo.

Uma das bases para a construção do capital social é a confiança não apenas individual, mas coletiva. Coletivos inteligentes só podem ser construídos com base na confiança mútua disseminada entre os indivíduos. Ela pode ocorrer em maior ou menor grau, mas, de qualquer forma, a confiança deve estar presente da forma mais ampla possível. Coleman (1988) e

Putnam (2000) são os primeiros a analisar essa confiança no capital social; procuram definir como a coerência cultural e social interna de uma sociedade, bem como suas normas e valores, governam as interações entre as pessoas e as instituições nas quais elas estão envolvidas.

Segundo Zucker (1986), em seu trabalho sobre a sociedade norte-americana na primeira metade do século XIX, a construção social da confiança serve como um mecanismo para coordenar as expectativas dos atores sociais. Para a autora, os atores sociais não são nem totalmente altruístas nem totalmente egoístas. Seu conceito de confiança se dá através da constituição coletiva de significado e conhecimento implícito partilhado. Segundo essa autora, existem três tipos de confiança produzidos em contextos sociais variados a saber:

- a. confiança baseada em processo: surge quando as relações se mostram estáveis ao longo do tempo;
- b. confiança baseada em características: parte do pressuposto de que características partilhadas como laços familiares, religião ou etnicidade podem ser boas razões para confiar e
- c. confiança baseada em instituições: esse tipo de confiança entra em operação quando a confiança está vinculada à existência de estruturas formais na sociedade, independentemente de preferências momentâneas e ações individuais. Se os dois tipos anteriores de confiança não se mostram suficientes, a confiança baseada em instituições (institucionalização da confiança) parece ser uma via para a criação de confiança necessária para as relações comerciais eficientes no mundo contemporâneo.

Locke (2001), por sua vez, argumenta que a confiança pode ser construída e apresenta um argumento explicativo de como isso pode se dar. Para ele, a confiança pode ser construída através de um processo seqüencial que combina elementos de “interesse próprio encapsulado”, intervenção governamental e desenvolvimento de mecanismos de autogovernança e monitoramento pelos próprios atores.

Para Lopes e Cabelleira (2004), as instituições funcionam como mediadoras de interação social, uma vez que reafirmam valores de integração. Escolas, empresas, clubes, igrejas e famílias ainda funcionam como referência para as relações sociais. Compreender seu papel e influência numa comunidade faz parte do processo de avaliação do capital social. Por outro

lado, há instituições decadentes ou obsoletas, que se tornam defensoras de valores afastados dos movimentos reais de mudança do social. Elas deixam simplesmente de atuar como promotoras das inter-relações humanas, tomando um rumo contrário aos interesses sociais.

Dado esse contexto teórico, esta dissertação trabalhou com a relação entre políticas públicas e capital social. Mais especificamente, a política pública estudada foi a dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto, uma política municipal que mescla moradia e geração de emprego e renda através do incentivo às micro e pequenas empresas. Com base no marco teórico adotado para esta pesquisa, buscou-se responder se a política pública em questão é indutora ou não da formação de capital social.

Vale realçar que esta pesquisa consiste na replicação do estudo de Dino Sandro Borges de Castilhos que analisou, em 2002, a linha infra-estrutura e serviços aos municípios do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar do ponto de vista da indução da formação de capital social. O mesmo marco teórico foi adotado para analisar uma política pública municipal, urbana e que mescla moradia e pequenas empresas. Da mesma forma que Castilhos (2002), assumiu-se neste trabalho que o Estado deve ser um mobilizador da formação de capital social, em seus tipos institucional, comunitário e extra-comunitário e, em suas dimensões de “enraizamento” e autonomia (WOOLCOCK, 1998).

Como já foi discorrido nas páginas anteriores, este trabalho é relevante, sob o ponto de vista teórico, para a discussão do papel do Estado – em particular dos governos locais – na indução da formação do capital social, um “recurso” essencial para o desenvolvimento local dentro de um contexto de globalização.

Essa discussão mostra-se importante diante dos questionamentos sobre qual deve ser o papel dos governos na atualidade. Nessa perspectiva, algumas experiências que despontam em municípios brasileiros são indicativas de um movimento de reorientação dos governos locais, através da introdução na agenda política local de questões relativas ao desenvolvimento econômico e social. A inovação nesse tipo de experiência estaria no papel desempenhado pelo governo municipal, de articulador de forças e atores locais, e na perspectiva de conjugar desenvolvimento econômico, promoção da cidadania e preservação ambiental, com base em práticas de parceria e na busca da negociação.

A relevância empírica deste estudo consiste em prosseguir na sistematização do conhecimento gerado em torno da política dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto. Tal política já foi objeto de estudo do atual secretário de planejamento municipal, Prof. Ms. Orlando José Bolçone. Para obtenção de seu título de mestre, Bolçone defendeu a dissertação “Minidistritos Industriais: uma política pública de incentivo às micro e pequenas empresas (São José do Rio Preto, 1983-1996)”.

O método utilizado nesta pesquisa foi o estudo de caso. A escolha dessa política pública como unidade de análise ocorreu devido a vários motivos. Vale destacar: a originalidade do programa de minidistritos que será mais bem descrito no protocolo de estudo de caso; a relevância da cidade de São José do Rio Preto para o desenvolvimento sócio-econômico do estado de São Paulo; e a abertura para consulta de documentos e realização de entrevistas, avalizada pelo secretário do planejamento Orlando José Bolçone, um executivo do setor público, que também é professor e pesquisador, e que vê neste trabalho uma oportunidade de reavaliar os minidistritos industriais e de serviços sob o enfoque do capital social e assim propor melhorias ao programa.

Levando em conta o contexto apresentado, este trabalho consistiu numa investigação que teve como objetivo final responder a seguinte pergunta de pesquisa: **O programa de minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto induz à formação de capital social?**

Na seqüência, são definidos o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

1.1. OBJETIVO GERAL

Frente aos aspectos anteriormente apresentados, o objetivo geral deste trabalho é verificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto induz à formação de capital social.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Um dos objetivos específicos é identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social:

- institucional entre o governo e os empresários participantes, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia;
- institucional entre o governo e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia;
- comunitário entre os empresários participantes, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia;
- comunitário entre os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia;
- extracomunitário entre os empresários participantes e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia.

Por fim, outro objetivo específico deste trabalho é propor estratégias operacionais para o aperfeiçoamento da política de minidistritos industriais e de serviços no tocante à indução da formação de capital social.

Uma vez descritos os objetivos deste trabalho, segue o capítulo 2 que versa sobre o Estado, o Estado brasileiro, às políticas públicas e os governos locais. No capítulo 3, uma revisão teórica sobre capital social, os instrumentos para avaliação da eficácia de uma política pública na indução da formação de capital social e dois exemplos de políticas públicas bem sucedidas em tal propósito. No capítulo 4, os aspectos metodológicos desta dissertação: tipo e método de pesquisa, proposição e modelo de pesquisa bem como o protocolo de estudo de caso. No capítulo 5, seguem os resultados colhidos através das fontes de evidência utilizadas. Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as discussões, conclusões e limitações da pesquisa.

2. ESTADO, ESTADO BRASILEIRO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNOS LOCAIS

Segue neste capítulo revisão teórica sobre o Estado e o Estado brasileiro, sobre as políticas públicas e os governos locais. Destaque-se que na discussão referente às políticas públicas, segue revisão sobre a teoria da fragmentação das políticas públicas, política industrial e micro e pequenas empresas no Brasil, a abordagem das redes interfirmas, políticas públicas de habitação, governança como tendência das políticas públicas atuais.

2.1. O ESTADO E O ESTADO BRASILEIRO

No que se refere ao papel do Estado, pode-se dizer que o último século da história foi de profundas mudanças; o aprofundamento e o desenvolvimento do capitalismo, bem como a significativa e desigual expansão da democracia ao redor do mundo, afetaram a estrutura e o funcionamento do Estado. Com o crescimento da democracia veio também o crescimento do papel do Estado na sociedade e na economia em particular. Independentemente de os país ser democrático ou não, capitalista ou socialista, ocidental ou oriental, o crescimento do Estado e sua ação na atividade econômica cresceram vertiginosamente em todo o mundo (MARINO, Jr, 2005).

Diante desse crescimento, surge, então, o Estado do bem estar social, entendido como aquele que intervém em defesa da classe trabalhadora, que adota um sistema fiscal progressivo (“paga mais quem tem mais”, “paga menos quem tem menos”), que possui uma política de incentivos e investimentos para combater o desemprego e preservar altos níveis de renda dos cidadãos e, enfim, que mantém um conjunto de políticas sociais baseadas na promoção humana (RICCI, 2001). Seu enfraquecimento teve início no final da década de 1960, quando se deu uma profunda crise fiscal, visto que os gastos governamentais tendiam a aumentar mais rapidamente que o ingresso de recursos nos cofres públicos.

As principais críticas formuladas ao Estado do bem estar social foram que:

- A excessiva centralização e estrutura burocrática reduziram os meios de comunicação com a sociedade civil e as políticas sociais. Assim, não criaram meios efetivos de pôr fim às desigualdades sociais;
- Os gastos sociais geraram desequilíbrios orçamentários, provocando déficits públicos e alimentando a espiral inflacionária;
- O próprio Estado procurou condicionar a participação social como mera clientela de políticas públicas, tornando fracas as formas de legitimação das organizações públicas. (RICCI, 2001).

Posto isso, vale dizer que a crise do Estado no final do século XX e a perda da capacidade de intervenção governamental são características das “novas democracias”, nas quais as reformas democráticas não foram acompanhadas de reformas econômicas e sociais (O’DONNELL, 1993). Para Santos (1988), tal instabilidade do Estado, especificamente nos países periféricos, decorre da não incorporação das massas no processo de desenvolvimento sócio-econômico.

Dado esse histórico, atualmente, novas correntes de pensamento, como a “*Escolha Pública*” da corrente neo-institucionalista, vêm na diversidade do processo político e na inter-relação desse processo com as demandas de mercado, o principal fator explicativo do crescimento do papel e da ação do Estado na economia (MARINO, Jr, 2005).

Na vertente de tais correntes de pensamento, é importante observar duas delas ao se analisar as políticas públicas no Brasil, bem como as novas formas de gestão estatal, ou de participação da sociedade e sua interação com o Estado: uma que defende que o Estado é um agente de mudanças coordenadas por uma tecnocracia “esclarecida” e outra que vê na participação popular uma nova forma de radicalização da democracia e de participação de massas que tem um papel destacado na definição ou redefinição de prioridades políticas e sociais (Op. Cit.).

Em contraponto ao consenso de Washington de 1989, atualmente volta a soar a idéia da necessidade de um Estado forte e atuante. Mesmo o Banco Mundial, até então grande defensor de um Estado mínimo, vem assumindo posições mais flexíveis a respeito do papel do Estado. Para o Banco Mundial, o desenvolvimento econômico e social sustentável mostra-se impossível sem um Estado ativo. Um Estado atuante – e não um Estado mínimo – é central ao desenvolvimento econômico e social, ainda que como parceiro e facilitador (DUPAS, 1998).

Para Dupas (1998, p. 136), em se tratando de políticas públicas,

será necessário, igualmente, fortalecer a capacidade de indução dos Estados nacionais – aprimorando-os em sua ética e legitimidade de tal forma que tenham condição de formular políticas públicas viáveis voltadas ao amparo à exclusão, estimular a sociedade a apoiá-las e financiá-las e fiscalizar o cumprimento dos acordos e compromissos assumidos. Esses são os imensos desafios a serem ainda enfrentados, não mais para reduzir radicalmente o papel do Estado, mas para modificá-lo profundamente, transformando-o e fortalecendo-o para exercer novos papéis fundamentais.

Outra abordagem muito relevante sobre o papel do Estado é a de Osborne e Gaebler (1994). Para esses autores, a refundição democrática da administração pública está na proposta do Estado-empresendedor. A noção de empresa ocupa hoje uma posição hegemônica no discurso contemporâneo sobre reforma organizacional, bem como a noção de contratualização das relações institucionais. Portanto, a reconceituação do governo e do serviço público em termos empresariais envolveria a redefinição como uma forma do econômico. Assim, o governo deve ser uma empresa que promove a concorrência dos serviços públicos, centrado em objetivos e resultados mais que na obediência de regras; deve se preocupar mais em obter recursos do que em gastá-los; deve transformar os cidadãos em consumidores, descentralizando o poder segundo mecanismos de mercado, em vez de mecanismos burocráticos.

Entre os princípios mencionados no livro “Reinventando o Governo” dos autores citados acima, vale enfatizar dois em especial: o governo catalisador e articulador dos atores sociais (“navegando em vez de remar”) e o governo responsável também pela produção do capital social (“O governo pertence à comunidade: dando responsabilidade ao cidadão ao invés de servi-lo”).

Diante de tais considerações sobre o papel do Estado, vale mencionar como tais reflexões tiveram impacto nas recentes mudanças ocorridas no Estado brasileiro. Nesse âmbito, o principal evento foi o plano de reforma do governo federal brasileiro aprovado em 1995. Apesar de o universo desta pesquisa se restringir à administração pública municipal, a análise deste plano diretor é importante, visto que o mesmo apresenta importantes contribuições no tocante à discussão das atividades que devem ser mantidas exclusivamente sob responsabilidade do Estado, bem como aquelas que não são exclusivamente atribuições do aparelho estatal, seja ele da esfera federal, estadual ou municipal.

Assim, o plano diretor de reforma do aparelho do Estado conjugou quatro processos interdependentes no projeto de reforma do governo brasileiro:

- A redefinição das funções do Estado: redução do seu tamanho e contingente de pessoal mediante privatização, terceirização, e “publicização” – esta última entendida como a transferência de serviços não exclusivos do aparelho estatal para o setor privado ou terceiro setor, mediante transformação das entidades estatais em organizações públicas não-estatais denominadas organizações sociais;
- Redução do intervencionismo estatal mediante programas de desregulação e reformas econômicas orientadas para o mercado;
- Aumento da governança estatal – capacidade de efetivar as decisões de governo –, promovendo o ajuste fiscal e a implantação da administração pública gerencial, já definida anteriormente;
- Aumento da governabilidade – capacidade política de governar, intermediando interesses e garantindo legitimidade (BARRETO, 1999).

De acordo com Barreto (1999), dessas orientações surgiu um modelo conceitual de reforma do Estado em que o aparelho estatal passou a compreender quatro setores:

- O *núcleo estratégico* (os três Poderes e o Ministério Público): toma as decisões estratégicas, define as leis e políticas públicas e cobra o seu cumprimento. No Poder Executivo Municipal, compreende o prefeito, os secretários de governo e seus auxiliares e assessores diretos;
- O *setor das atividades exclusivas do Estado*: abrange o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar. Compreende as atividades que só o Estado pode realizar: de Polícia, de Fazenda, de Segurança Pública e de Seguridade Social entre outras;
- O *setor dos serviços não exclusivos do Estado*: áreas sociais, de cultura, de proteção ambiental e de pesquisa científica e tecnológica, serviços que também podem ser realizados pelo setor privado e pelo setor público não-estatal;
- O *setor designado de bens e serviços para o mercado*: caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro; compreende, por exemplo, as empresas do setor de infra-estrutura do Estado.

Finalizando este tópico, para cada setor de ação governamental houve uma forma ideal de propriedade que, por sua vez, possuía maior compatibilidade com um modelo específico de gestão:

- No *núcleo estratégico de governo*, é mais apropriada a propriedade estatal, tornando o modelo de gestão burocrático-hierárquica mais adequado para a observação das normas e a efetividade das decisões;
- No *setor de atividades exclusivas do Estado*, a propriedade deve ser também estatal. Todavia, em se tratando de execução de serviços, propõe-se o modelo de administração gerencial e a descentralização da execução para agências estatais autônomas e executivas;
- No *setor de produção de bens e serviços para o mercado*, a lógica é da propriedade privada, exceto na inexistência de capitais privados ou monopólio natural. Nesse caso, já não é a proposição, mas imposição do modelo de administração gerencial;
- Por fim, no *setor de serviços não exclusivos do Estado*, a forma de propriedade é a não-propriedade, ou seja, a propriedade pública não-estatal, associações civis sem fins lucrativos e sem proprietários. Esse modelo de propriedade possibilita uma gestão mais autônoma e flexível, impossível de ser executado pelo modelo de gestão burocrática do Estado. (BARRETO, 1999).

Segue quadro na página subsequente, com a síntese do que já foi mencionado sobre setores do Estado, forma de propriedade e modelo gerencial.

Quadro 1: Setores do Estado, forma de propriedade e modelo gerencial

Setores de Atuação do Estado	Natureza da atividade	Forma de propriedade	Modelo gerencial
1º. Setor Núcleo Estratégico (Prefeito Municipal, secretários, auxiliares e assessores diretos).	Atividades de governo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomada de decisões estratégicas; Definição de leis e de políticas públicas e cobrança de seu cumprimento; Manutenção da ordem. 	Propriedade estatal.	Modelo burocrático-hierárquico.
2º. Setor Atividades exclusivas do Estado (Política, Fazenda, Receita Federal, Segurança Pública, Seguridade Social etc.).	Atividades nas quais se exerce o “ poder de Estado ”, ou seja, atribuições que só o Estado pode realizar: <ul style="list-style-type: none"> Regulamentação; ▪ Fiscalização; ▪ Fomento; ▪ Cobrança de impostos. 	Propriedade estatal.	Administração gerencial.
3º. Setor Serviços não-exclusivos do Estado (ou serviços competitivos).	Atividades nas quais não existe o “poder de Estado” . Envolvem áreas nas quais o Estado atua simultaneamente com outras instituições públicas não-estatais e privadas: <ul style="list-style-type: none"> Saúde (hospitais); ▪ Educação (Universidades); Cultura (museus); ▪ Ciência e tecnologia (centros de pesquisa); Meio ambiente. 	Propriedade pública não estatal, constituída por organizações sem fins lucrativos, orientadas diretamente para o atendimento do interesse público.	Administração gerencial.
4º. Setor Produção de bens para o mercado.	Atividades econômicas orientadas para o lucro. Correspondem à área de atuação das empresas. Exemplo: setor de infra-estrutura.	Propriedade privada.	Administração gerencial.

Fonte: Barreto (1999).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Para os efeitos desta dissertação, será adotado o conceito de “Políticas Públicas” do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil. Políticas Públicas são conjuntos de ações ou normas de iniciativa governamental, visando determinados objetivos. Nessa perspectiva, as políticas públicas têm sempre caráter estatal, ainda que sua execução através de programas, projetos e atividades possa envolver agentes privados (BRASIL, 2004).

Para melhor fundamentar essa revisão sobre políticas públicas, seguem a apresentação da teoria da fragmentação de políticas públicas, a política industrial no Brasil mais especificamente no tocante às micro e pequenas empresas, a abordagem das redes interfirmas, a apresentação da governança como um conceito presente nas políticas públicas atuais e uma revisão sobre os governos locais e seu papel no desenvolvimento.

2.2.1. A TEORIA DA FRAGMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Num estudo recente, Martins (2004) desenvolveu uma teoria da fragmentação de políticas públicas, ajudando a identificar fatores e condições sob os quais as políticas se tornam mais eficientes, eficazes e efetivas. Assim, uma teoria da fragmentação de políticas públicas trabalha basicamente com a categoria integração e a principal definição de partida é que fragmentação é o resultado de um processo descoordenado, inconsistente e incoerente de formulação/implementação de políticas, programas ou projetos. A fragmentação pode ser atribuída à falta de coerência, consistência e coordenação.

Coerência implica que as políticas devem idealmente apoiar umas às outras, ou pelo menos não devem ser contraditórias (OCDE, 2003). A coordenação nas políticas significa fazer com que os diversos sistemas institucionais e gerenciais que formulam políticas trabalhem juntos de forma congruente (BRINKERHOFF, 1996). A consistência nas políticas significa assegurar que as políticas individuais não sejam internamente contraditórias e que as políticas que se opõem ao alcance de um determinado objetivo sejam evitadas.

A coerência nas políticas tem uma dimensão horizontal, uma vertical e uma temporal. A coerência horizontal busca assegurar que os objetivos individuais e as políticas desenvolvidas por várias entidades se reforcem mutuamente. A coerência vertical busca assegurar que as

práticas das agências, autoridades e órgãos autônomos, bem como o comportamento dos subníveis do governo, reforçam-se mutuamente com os compromissos políticos mais amplos. A coerência temporal busca assegurar que as políticas continuem sendo efetivas ao longo do tempo e que as decisões de curto prazo não se oponham aos compromissos de longo prazo. Há também a coerência transversal e setorial. A transversal aplica-se às questões intersetoriais e intergeracionais, dificilmente tratadas de forma coerente devido ao tratamento especializado na legislação em diferentes áreas de governo (OCDE, 2002). Já a coerência setorial está associada ao grau de consistência lógica e operacional entre ações desenhadas por diversos atores envolvidos num mesmo setor de políticas públicas (IADB, 2003).

Concluindo seu raciocínio, Martins (2004) afirma que existe um ponto ótimo de fragmentação. A busca da integração mediante o estabelecimento de arranjos de cooperação/coordenação tem um custo, e, obviamente, uma solução maximizadora é aquela cujos custos da coordenação são menores que os custos da fragmentação. Muito embora a cooperação seja sempre mais eficiente que qualquer forma de coordenação, alguns autores acreditam que apenas em condições muito delimitadas há infinita possibilidade de maximização, mesmo sob condições de confiança nas quais os atores deveriam estabelecer pré-acordos de cooperação *ex ante* (BHUNDIA; O'DONNELL, 2002)

Martins (2004) propõe seis elementos como fatores de integração em políticas públicas: liderança executiva, estratégia, ajustamento mútuo, estrutura, processos e pessoas.

A liderança executiva como fator de integração dos processos de formulação de política está centrada na liderança executiva de governo, exercida pela autoridade executiva principal. Para Mota (1991), a liderança é um processo grupal que envolve a influência de um indivíduo sobre os demais. O que está em questão é em que extensão um executivo principal é capaz de influenciar seus liderados intragoverno numa determinada direção, gerando convergência estrutural. Na definição do autor há duas dimensões essenciais no exercício da liderança: poder e visão. O líder é um elemento de integração porque é uma peça central na dinâmica do poder organizacional, no sentido de negociação de um projeto; uma visão que se torna um elemento de convergência. No que tange à visão, o que importa é detectar em que extensão o líder executivo de governo contribui para a formação de uma visão de futuro, em torno da qual o projeto em questão gravita e em cuja direção há um esforço político de negociação de poder para a obtenção de adesões – fundamentalmente como o líder interage intragoverno,

como forma e administra as coalizões e como distribui os recursos que se constituem fatores de poder dos liderados em contextos organizacionais marcados pela disputa e pelo pluralismo de interesses. Em síntese, a questão é em que extensão a liderança executiva é ativa no sentido de fazer valer uma visão de futuro (OCDE, 2003).

A estratégia é um fator de integração na medida em que sinaliza o propósito (missão), o futuro (visão expressa, comunicada) e como alcançá-lo (planos que se desdobram em programas, projetos, ações etc.) (MOTTA, 2000). Analisar a estratégia como fator de convergência estrutural implica a identificação de elementos estratégicos (planos, decisões estruturantes, posicionamentos) e elementos da gestão estratégica (modelos ou sistemas de gestão por resultados referenciados nos elementos estratégicos) capazes de gerar convergência e coerência de ações e políticas, servindo de macrobalizamento para as decisões setoriais. A existência de um plano como fator de convergência e integração está referenciada, tanto na explicitação da agenda de governo, quanto na existência de documentos que contenham um elenco de objetivos, metas e ações. A gestão estratégica como elemento de convergência repousa na disponibilidade de meios gerenciais de implementação de projeto de governo. Emprega-se o termo gestão estratégica no sentido de se identificarem mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação que gerem convergência das ações de governo com seus projetos (MARTINS, 2004).

“Ajustamento mútuo” é um termo criado por Charles Lindblom (1979) para designar a possibilidade de os diversos atores envolvidos numa formulação ou implementação de políticas cooperarem de forma autônoma, sem a necessidade de arranjos formais de coordenação, sem um ideal de resultado previamente estabelecido e mesmo sem a influência direcionadora de uma liderança. Essa proposta soa como uma promessa de autocoordenação (MARTINS, 2004).

A estrutura constitui no conjunto de unidades organizacionais (órgãos e entidades) arranjados de uma tal forma (dispondo as unidades em diferentes posições hierárquicas para desempenhar diferentes funções) que define um padrão de interação entre as partes envolvidas. A configuração da estrutura, na medida em que define formas de relacionamento entre suas partes constitutivas, é um fator essencial de convergência. O que está em questão é se o desenho organizacional proporciona ajustamento vertical (entre cúpula e unidades

intermediárias e operacionais) e horizontal (entre as unidades de cúpula, intermediárias e operacionais), de tal forma que a integração seja favorecida ou dificultada (MARTINS, 2004).

Já os processos fornecem uma estrutura para ação, uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com um começo, um fim, *inputs* e *outputs* claramente identificados (DAVENPORT, 1993), para gerar os resultados definidos, de forma a apoiar os objetivos organizacionais (HARRINGTON, 1991) e criar um resultado que seja mais útil e eficaz ao receptor acima ou abaixo da cadeia produtiva (JOHANSSON *et al.*, 1993). Em síntese, o processo, como uma seqüência lógica de etapas criadas para produzir um produto ou serviço, incluindo várias funções, deve ser visto como uma “cadeia de agregação de valores”. Segundo essas definições, determinados processos perpassam as unidades integrantes da macroestrutura governamental (especialmente aqueles dotados de maior intersetorialidade temática), abrangendo domínios institucionais diversos. Por esse motivo, processos podem ser elementos de integração, na medida em que encerram “acordos operacionais” a respeito de um valor a ser agregado.

Por fim, as pessoas aparecem como fatores de integração na medida em que compartilham, na qualidade de membros de um ou de vários subsistemas de política pública, valores, crenças, e opiniões em torno de questões relativas à formulação e implementação. Especialmente em relação aos valores como elementos de integração, a questão fundamental que se apresenta é em que extensão um determinado subsistema de política pública constitui, isoladamente ou com outros subsistemas, uma comunidade epistêmica ou uma comunidade política, segundo o sentido de Haas (1992, p. 3): “uma rede de profissionais com reconhecido conhecimento especializado e competência num determinado domínio e autoridade para adquirir conhecimento relevante sobre as políticas públicas sob seu domínio”. A análise deste fator de integração requer a identificação de comunidades da política ou das comunidades epistêmicas, seus valores subjacentes e formas de interlocução. O pressuposto é que, quanto maior a quantidade de comunidades sistêmicas e quanto pior a interlocução entre elas em um determinado subsistema de política pública, maior a propensão à fragmentação (MARTINS, 2004).

2.2.2. POLÍTICA INDUSTRIAL E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE) NO BRASIL

Contemplar a ação das MPE e a sua integração no projeto de desenvolvimento do país está na alçada das políticas industriais. Estas se constituem em um conjunto de políticas públicas voltadas para o controle e direção do processo de transformação estrutural da economia (CASSAROTO; PIRES, 1998).

No Brasil, segundo informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cerca de 60% dos empregos são gerados e mantidos pelas micro e pequenas empresas (MPE), que também contribuem com 43% da renda nacional (BOTELHO *et al.*, 2004). Falando especificamente das pequenas empresas, no Brasil, elas correspondem a 95% dos estabelecimentos registrados, a 23% das vendas totais e a 9% do Produto Interno Bruto, sendo responsáveis por 42% dos postos de trabalho (SERCOVITCH *et al.*, 1999). Citando alguns dados mais recentes que envolvem as micro, pequenas e médias empresas (MPME), tem-se a importância inquestionável dessas empresas. No Brasil, 98% das firmas são consideradas MPME, sendo responsáveis por 21% do produto interno bruto brasileiro (BOTELHO *et al.*, 2004).

Dentro do contexto geral das MPE brasileiras, a primeira política de desenvolvimento voltada para o seu suporte e apoio foi a criação do SEBRAE, em 1972. Hoje, a rede de agências do SEBRAE envolve mais de 400 escritórios, os quais atendem mais de 30.000 consultas diárias sobre impostos, regulação, demanda de mercado etc., além da prospecção de novas oportunidades para as MPE. A outra linha de atuação do SEBRAE envolve os programas de capacitação, os quais refletem a preocupação com o incremento de qualidade e competitividade. O acesso ao crédito também é facilitado pelo SEBRAE e pelo BNDES. Os recursos são destinados à aquisição de máquinas e equipamentos e para o capital de giro (BOTELHO *et al.*, 2004)

Além do SEBRAE, existem as agências locais e regionais ligadas às secretarias de desenvolvimento estaduais e municipais. Essas secretarias se ocupam de questões relacionadas ao dinamismo do desenvolvimento econômico na tentativa de promover soluções para as questões sociais, como a desigualdade regional e a inclusão social (HASTENREITER FILHO; SOUZA, 2004).

Uma vez que as MPE no Brasil têm sido vistas como frágeis estruturas que lutam constantemente para sobreviver, o tipo de assistência que tem sido dado a elas é, acima de tudo, paternalista, tendo um foco maior em ajudar as empresas do que em aumentar a sua competitividade. O suporte às pequenas empresas tem sido visto apenas como um programa social e não como uma estratégia de desenvolvimento econômico (TENDLER; AMORIM, 1996). No que tange às ações voltadas para o incremento de qualidade e produtividade, a partir dos atuais mecanismos de capacitação, os resultados têm se mostrado limitados, capazes de aumentar apenas pontualmente a competitividade das pequenas empresas e incapazes de criar uma nova dinâmica de sustentabilidade (HASTENREITER FILHO; SOUZA, 2004).

2.2.3. A ABORDAGEM DE REDES INTERFIRMAS

Segundo Hastenreiter Filho e Souza (2004), nos últimos anos, o que se tem observado é uma tentativa de rever o tipo de suporte fornecido às MPE. Ele tem efetivamente mudando sua estrutura, desde que o foco das organizações responsáveis por esse suporte vem deixando de ser individual e se transformando em assistência coletiva. O processo de cooperação interfirmas tem sido estimulado através de distritos industriais, entorno inovador, *clusters* e arranjos e sistemas produtivos locais.

A abordagem das redes interempresariais tenta evitar que as pequenas empresas se entusiasmem excessivamente ao receber privilégios que muitas vezes distorcem a realidade do mercado. De acordo com essa visão, duas vantagens são apontadas pelas agências para justificar essa nova abordagem, a saber:

- 1) ao invés de “dar o peixe”, “ensinar como pescá-lo”, uma forma menos paternalista de abordagem. Ao invés de transferir recursos de programas ortodoxos, as redes interfirmas promovem as condições e ferramentas para permitir que as empresas produzam e multipliquem seus próprios recursos. Isso garante o seu desenvolvimento sustentável, através de práticas coletivas que extrapolam o limitado universo de ações possíveis às pequenas empresas isoladas.
- 2) Ganhos de escala no suporte das agências: ao estimular as firmas a criarem associações, que representem o interesse do grupo, as agências passam a apoiar as empresas através dessas associações. Ao invés de promover uma assistência padronizada para cada firma,

as organizações de suporte passam a dar assistência às redes de firmas (representada através da associação), o que possibilita o aumento da sua capacidade de apoiar o maior número possível de empresas (HASTENREITER FILHO; SOUZA, 2004)

Apesar de sua importância, as redes interfirmas podem ser questionadas quanto às razões que justificariam a sua promoção pelas políticas públicas. Segundo Doyle (2000), grupos de indivíduos ou firmas podem não ser capazes de cooperar, mesmo que isso traga benefícios para todos. Além disso, Morris (2002) sustenta que iniciativas governamentais que promovam suporte financeiro e institucional são muito importantes, principalmente nos estágios iniciais quando as firmas ainda estão hesitantes acerca dos benefícios que podem alcançar com a sua participação na rede. Ceglie e Dini (1999) elencam alguns fatores capazes de inibir o aparecimento espontâneo das redes: a) os altos custos de transação necessários para identificar parceiros adequados e moldar as relações entre eles; b) o funcionamento imperfeito do mercado no sentido de fornecer informações e tecnologia necessárias para o desenvolvimento das redes; c) o alto risco de existirem comportamentos oportunistas, especialmente em contextos onde o quadro legal que suporta estes esforços de cooperação é pouco desenvolvido.

Em relação aos tipos de redes interfirmas, há diversas abordagens que analisam as aglomerações de empresas. Dentre elas, pode-se destacar a nova geografia econômica, tendo Krugman (1993) como seu principal representante, a economia de empresas, na qual destaca-se Porter (1998), a abordagem de *clusters* com Scott (1998), a economia de inovação, com a contribuição destacada de Audrestch (1998), e a abordagem de pequenas empresas, distritos industriais, com destaque para Brusco (1990), Pyke, Becattini e Sengenberger (1992) e Schmitz (1994) (MOREIRA; AMORIM, 2004).

Parte substancial da literatura recente sobre o papel das micro, pequenas e médias empresas (MPME) no desenvolvimento econômico enfatiza a questão do ambiente social e econômico-institucional propício ao nascimento e ao crescimento dessas empresas. Assim, a cooperação entre empresas e entre estas e algumas instituições (especialmente as ligadas à pesquisa e desenvolvimento) é entendida como elemento fundamental para o desenvolvimento de empresas de pequeno porte, dado que corroboram a superação de algumas das debilidades estruturais (MOREIRA; AMORIM, 2004). Além disso, os estudos de economia regional salientam principalmente os aspectos relativos aos “fatores locacionais” que influenciam a

implantação de uma indústria em determinada área geográfica, e seus desdobramentos na reprodução e transformação de regiões geoeconômicas específicas (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2003). Esses enfoques apresentam alguns pontos confluentes e complementares, pois enfatizam a proximidade geográfica dos agentes produtivos e a relevância do contexto social e institucional como fatores importantes na consolidação dessas aglomerações (MOREIRA; AMORIM, 2004).

Sem dúvida, num contexto de mercados abertos, as MPME, segundo Bianchi (1996) podem ser competitivas quando:

- Avançam na sua especialização, ou seja, quando reúnem o conhecimento produtivo (tanto tecnológico como comercial ou organizacional), numa categoria específica de problemas, conseguindo vantagens de custos e liderança inovadora;
- Operam ao mesmo tempo num contexto de cooperação, isto é, aceitam incrementar o custo vinculado à especialização porque estão seguras de encontrar outras empresas detentoras de uma especialização complementar no mesmo território;
- Quando as externalidades positivas de tudo isso favorece a coesão do *cluster*, evitando que as empresas atuem de costas para elas mesmas e permitindo a entrada de novas iniciativas e empresas eficientes e inovadoras.

Segundo Porter (1999, p. 210), “[...] a presença dos aglomerados sugere que boa parte da vantagem competitiva se situa fora de determinada empresa ou mesmo do setor, residindo, ao contrário, na localização da unidade de negócios”.

O formato organizacional no qual as MPE se inserem (aglomerações setoriais, pólos tecnológicos, associações de caráter informal etc.) e o ambiente institucional no qual elas operam (presença de universidades e/ou instituições públicas voltadas à pesquisa e difusão tecnológica, canais adequados de financiamento ao pequeno capital, políticas promotoras da cooperação etc.) estão amplamente relacionados. Os estudos empíricos relatados mostram que redes de MPE ou com a presença delas só obtiveram resultados positivos em ambientes em que havia associação de empresas e cooperação entre elas ou com instituições de apoio (BOTELHO, 1999). Entre as principais possibilidades de inserção competitiva de MPE destacam-se:

- **Redes de pequenas empresas coordenadas por grandes empresas:** a articulação de MPE em redes sob o comando de uma grande empresa (GE) normalmente é originária de um processo de desverticalização das GE e externalização de algumas atividades que passam a ser realizadas, em grande parte, por pequenas empresas, via subcontratação de especialização e com uma lógica fortemente cooperativa. Esse tipo de articulação desenvolveu-se primeiramente no Japão, onde a política industrial, desde os anos setenta, estimulou a formação dos *keiretsu*. Os elementos-chave desse processo estão relacionados à procura por maior flexibilidade produtiva e à tentativa de diminuição de custos nas GE. Tudo isso é viabilizado pelos desenvolvimentos na área de informática e telecomunicações, que reduziram substancialmente os custos de transações interfirmas (BOTELHO *et al.*, 2004).

As principais vantagens para as pequenas empresas se associarem às GE dessa forma são: a) o maior potencial de desenvolvimento de novos produtos e/ou processos; b) a obtenção de recursos; c) o acesso aos mercados (especialmente os externos) das GE; d) o acesso (indireto) aos ativos intangíveis das GE (marcas e programas de treinamento de mão-de-obra). Do ponto de vista das GE, as vantagens de associação com empresas menores estão relacionadas ao acesso às tecnologias desenvolvidas nas PE especializadas e à diminuição de custos e de riscos da “terceirização” de atividades (FREEMAN, 1991; ZANFEI, 1994).

Dessa forma, é relevante salientar que a maioria das associações entre grandes e pequenas ainda são voltadas, principalmente, para a redução de custos, especialmente nos países menos desenvolvidos e em setores tradicionais. Nesse caso, o objetivo das GE se volta frequentemente para os custos salariais mais baixos verificados nas pequenas empresas, que decorrem da fuga da legislação trabalhista, evasão fiscal e outros motivos (SOUZA, 1995).

- **Redes de pequenas empresas em aglomerações industriais:** embora esse tipo de rede tenha ocupado grande espaço nas discussões nos últimos anos, sua origem remonta aos estudos de Alfred Marshall sobre organização industrial na passagem para o século XX. Identifica-se uma aglomeração setorial quando cidades ou regiões têm sua economia voltada para um mesmo produto, apresentando proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas, colaboração entre empresas, identidade sócio-cultural que promove a confiança entre as empresas e entre empregadores e empregados, governo regional e local ativos no fortalecimento da

capacidade de inovação da indústria local (SCHMITZ; MUSCK, 1993). Esses fatores estão todos considerados no conceito de eficiência coletiva que designa as sinergias decorrentes da interação entre empresas e entre estas e instituições de pesquisa e/ou fomento no interior das aglomerações (SCHMITZ, 1992).

Segundo Botelho *et al.* (2004), é importante ressaltar que os aspectos positivos relacionados às aglomerações setoriais nem sempre estão presentes, especialmente nas aglomerações situadas em países menos desenvolvidos. Nestes, é bem comum que a aglomeração setorial seja acompanhada de fatores de competitividade “menos nobres” como práticas de subcontratação que objetivam escapar da legislação trabalhista, baixo grau de cooperação entre os agentes, baixos salários, condições de trabalho precárias etc.

Estratégias de gerenciamento, baseadas na coordenação de redes, dependem da confiança mútua e de um ambiente de cooperação. As redes dependem da interdependência entre as organizações e também do princípio da auto-organização. Entretanto, entre as abordagens de redes existem diferenças com relação aos julgamentos subjacentes no que diz respeito à capacidade atribuída ao Estado de direcionar tais redes e no que diz respeito ao necessário grau de independência perante as autoridades estatais (FREY, 2004).

- **Arranjos Produtivos Locais (APL):** aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com um foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência (ALBAGLI; BRITO, 2002).
- **Sistemas Produtivos Locais (SPL):** arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação, e aprendizagem possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando mais competitividade empresarial e capacitação social (ALBAGLI; BRITO, 2002)

A abordagem dos APL e dos SPL é mais abrangente, pois inclui atores externos à atividade produtiva, tornando-se mais atrativa e oferecendo a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do entorno econômico, social e político do qual faz parte. Assim, diante da diversidade de vertentes teóricas acerca do desempenho competitivo das empresas, tem-se chegado a uma convergência das percepções de que o foco de análise não deve ser centrado apenas na empresa individual, mas, sobretudo, nas relações entre as firmas e entre

estas e as instituições que interagem com elas num determinado espaço geográfico. Esse novo foco tem proporcionado a reorientação de formas de intervenção do poder público na promoção da política industrial e tecnológica (MOREIRA; AMORIM, 2004).

Logo, os APL/SPL trazem a proposta de elaborar um modelo que englobe categorias tradicionais nas análises de aglomerações, como a cooperação, mas que inclui também os processos de interação, aprendizado, capacitação e inovação, considerados crescentemente como fundamentais para a sustentação da competitividade dos agentes participantes de aglomerações de empresas (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2002).

- **Clusters:** essa abordagem se aproxima mais da grande produção flexível do que da pequena, diferenciando-se tanto do modo fordista de produção, baseado na grande empresa de produção em massa, como também da visão do distrito industrial marshalliano da pequena produção flexível. Além de realçar mais a concorrência do que a cooperação entre os membros do *cluster*, essa abordagem também atribui importância à formação de uma empresa-chave ou empresas-chave numa determinada região. Sem dúvida, as empresas âncoras estimulam o desenvolvimento da região, através da mobilização de agentes produtivos localizados no mesmo território, mas o crescimento mais homogêneo dos agentes produtores passa a ser secundário (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2002).

De fato, vários países têm reconhecido o papel das MPME para gerar empregos e renda e mobilizar a economia, contribuindo para a melhoria da distribuição de renda, compensando, assim, desequilíbrios regionais. Entre várias experiências em diversos países do mundo, os distritos industriais da Terceira Itália exemplificam uma experiência de sucesso de aglomerações de MPME, assim como os *clusters* nos Estados Unidos. Sobre essas aglomerações pode-se dizer que o Vale do Silício, as redes de empresas no Japão, Coreia e Taiwan, e os sistemas produtivos locais na França, Alemanha e no Reino Unido têm destaque (SAXENIAN, 1994; PORTER, 1998; BRUSCO, 1990).

- **Consórcios:** para Cassarotto e Pires (1999), consórcios são redes flexíveis. Num consórcio de formação de produto, por exemplo, várias empresas podem produzir partes de um equipamento, que é comercializado, divulgado e assistido tecnicamente. Esse consórcio simula a administração de uma grande empresa, mas tem muito mais

flexibilidade de atendimento a produtos diferenciados. Isso significa uma agregação de valor (LOPES; CABELLEIRA, 2004).

No entanto, a formação de consórcios não ocorre de forma repentina. Para Cassarotto e Pires (1999), a questão cultural é altamente importante e a concretização do consórcio está fortemente ligada aos modelos de desenvolvimento regional, especialmente ao tipo de ação desenvolvido pelas associações patronais de pequenas empresas. Para os autores, o consórcio é um mecanismo que tem sido utilizado com eficácia e eficiência na promoção de capacitação e no suporte às empresas nas mais diversas variáveis estratégicas e gerenciais para a conquista de vantagens competitivas duradouras como inovação tecnológica, modernização gerencial, institucionalização de relações de colaboração e co-produção, busca e análise informativa, internacionalização etc. (CASSAROTTO; PIRES, 1999).

Para finalizar, uma vez descritas todas as possíveis formas de redes interempresariais, vale mencionar que o suporte às MPE está fortemente inserido no contexto do desenvolvimento local. Os programas de fomento às redes têm se disseminado no Brasil como uma tentativa de replicar a experiência da terceira Itália, que tem em perspectiva duas variáveis fundamentais: o foco no empreendimento coletivo e a valorização do ambiente e do território onde estão inseridos. Na Itália, as redes se desenvolvem a partir de vocações locais, as quais resultam de uma profunda valorização das particularidades da região. Os programas nacionais de redes de cooperação, oriundos dos programas voltados para a formação de arranjos produtivos locais, têm, entre os seus objetivos, a replicação do fenômeno italiano em territórios nacionais (HASTENREITER FILHO; SOUZA, 2004).

2.2.4. GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de governança, apresentado no início dos anos 90 por diversos autores ingleses, é utilizado para designar as diferentes formas de regulamentação e coordenação das atividades econômicas de uma região. Atualmente, o termo é usado, por exemplo, para designar uma forma de organização interempresas que ultrapassa as simples relações de compra e venda (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Ao se analisar as novas conformações do Estado, as novas formas de gestão governamental e as políticas públicas, faz-se importante observar duas correntes de pensamento. Uma corrente

que defende que o Estado é um agente de mudanças coordenado por uma tecnocracia “esclarecida”, e outra que vê na participação popular uma nova forma de radicalização da democracia e na definição ou redefinição das prioridades políticas e sociais (MARINO, Jr., 2005).

Pensando em termos de governança, pode-se distinguir entre versões que têm como objetivos principais o aumento da eficiência e efetividade em aspectos governamentais, e outras que focalizam, sobretudo, o potencial democrático e emancipatório de suas abordagens (FREY, 2004).

De acordo com a primeira vertente, reforçar a governança significa operar a transição desde um estilo de administração burocrática, enrijecida e controladora, até uma administração pública gerencial, empreendedora, flexível, eficiente e voltada para a cidadania (NOGUEIRA; GIRARDI, 1997). Essa é a abordagem do Banco Mundial ou da OCDE, a denominada *boa governança*, em que a ênfase está na criação de condições de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado.

De um outro ponto de vista, a *governança participativa* (GROTE; GBIKPI, 2002) ou a *governança social negociada* (HIRST, 2000) podem ser consideradas manifestações de “um novo estilo de governança e como uma fonte de novos experimentos na prática democrática”. Nessa perspectiva, a governança pode ser vista como uma possibilidade de restaurar a legitimidade do sistema político pela criação de novos canais de participação e parcerias entre o setor público e o setor privado ou iniciativas voluntárias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada (FREY, 2004).

Por fim, vale mencionar uma terceira corrente que defende um meio termo entre as governanças. Para Diniz (*apud* CHERCHIGLIA; DALLARI, 1999), a noção de eficácia do Estado implica não apenas questões ligadas à competência e à eficiência da máquina estatal, mas também aspectos relativos à sustentabilidade política das decisões e à legitimidade dos fins que se pretende alcançar através da ação governamental. Aumentar os graus de governabilidade de uma ordem democrática exige não apenas um melhor desempenho da máquina burocrática, elevando seu nível técnico, mas o reforço da responsabilidade do Estado diante das metas coletivas e das demandas sociais dos diferentes segmentos da população.

A aplicação do termo *governança* nas relações entre os atores de uma dada região, em grande parte, é atribuída a Salais e Stoper (1993). Em termos de desenvolvimento local, a *governança* remete também a convenções que permitem a coordenação das ações ou iniciativas que conferem à região uma identidade econômica (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Alguns autores franceses definem governança local como um processo institucional de compatibilização de compromissos entre atores geograficamente próximos, com a finalidade de solucionar um problema de produção. Eles se referem a atores-chave, que realizam as mediações institucionais “local-global”, ao se tornarem responsáveis pela dinâmica institucional de uma região. Seu papel se mostra determinante no surgimento de um compromisso territorial dentro de três formas de governança local. A primeira, denominada de governança privada, está evidentemente associada ao setor privado que, ao ser reunido em uma associação profissional, dá lugar a uma governança coletiva privada. A segunda forma, chamada governança pública, compreende todos os serviços coletivos de um dado lugar. Por fim, há a governança mista que é um amálgama das duas primeiras (DUPUY *et al.*, 2000).

Por sua vez, Andrew e Juillet (1999) mencionam as seguintes dimensões da governança: a capacidade de compreender os problemas socioeconômicos e ambientais do meio urbano de maneira holística e transversal, a participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios e na administração da vida urbana, e o desenvolvimento de parcerias entre a administração municipal e os atores dos setores comunitários privados.

Desse modo, ao nível local, a governança refere-se ao estabelecimento de redes entre os diferentes atores chamados a influenciar o futuro de seu ambiente imediato através de atitudes próprias ao desenvolvimento local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

2.3. OS GOVERNOS LOCAIS

Para discorrer sobre os governos locais, faz-se necessário entender o pacto federativo brasileiro. Inicialmente, tem-se que o Federalismo é uma forma de cooperação política entre União, Estados e Municípios. De forma frágil e dinâmica, cada uma das esferas de governo tem nos seus próprios órgãos governamentais o exercício de sua parcela de poder e de responsabilidade (MENDES; GALL, 2000).

Um ponto importante para o equilíbrio entre os níveis de governo é o grau de centralização ou descentralização do poder. Como estão mais perto dos cidadãos, os Estados e Municípios facilitam a fiscalização popular e permitem a colaboração da sociedade na realização dos objetivos públicos. O federalismo impossibilita que toda ação pública seja exclusiva de um distante governo central (MENDES; GALL, 2000).

O sistema federal é um sistema complexo de governo. Analisando a constituição federal, não é possível estabelecer, por escrito, limites claros e precisos entre as esferas federal, estadual e municipal. Sempre restam áreas sombrias, nas quais tanto uma esfera como outra podem considerar que tem direito de interferir e legislar (MENDES; GALL, 2000).

Para se ter melhor idéia sobre a superposição de competências, de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas;
- VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

Para que o sistema federal funcione deve haver um pacto entre as partes da federação. Esse pacto, denominado de pacto federativo, tem dois componentes básicos: um acordo sobre regras mínimas de convivência (divisão da competência tributária, formas de representação política, hierarquia das leis expedidas por diferentes esferas, divisão das responsabilidades de oferta de serviços públicos, divisão da propriedade dos recursos naturais, divisão da competência para legislar, formas de auxílio das regiões mais desenvolvidas às mais atrasadas) que devem constar na constituição federal, e uma instância de resolução de conflitos, que tenha o poder de interpretar a constituição, emitir sentenças a partir dessas interpretações e zelar pelo seu cumprimento. No caso brasileiro, isso cabe ao Supremo Tribunal Federal (MENDES; GALL, 2000).

Atualmente, a federação brasileira mantém-se unida devido ao sistema de transferências fiscais do governo central para estados e municípios. A Constituição de 1988 criou um sistema fiscal que favoreceu as instâncias locais de poder fortemente subsidiadas pelo poder central (MENDES; GALL, 2000).

Como principal inovação, a Carta Magna de 1988 estabeleceu, em seu Artigo 1º, a inclusão dos municípios brasileiros como membros da Federação ao lado dos estados e Distrito Federal, caso único entre todas as federações do mundo. (MELLO, 2001)

Com a Constituição de 1988, o município e suas relações alcançaram novo patamar de autonomia e responsabilidade, mais condizente com as necessidades atuais de seus cidadãos e com efeitos que se estendem para além de suas fronteiras. O poder municipal perdeu sua característica de unidade administrativa, para ganhar a de unidade gestora e co-responsável pelo reflexo de suas estruturas sociais na nação. (MATIAS; CAMPELO, 2000)

Atualmente, tanto política quanto administrativamente, o município brasileiro é um dos mais autônomos do mundo, tendo poderes para eleger seu governo, decretar, arrecadar e aplicar seus tributos e demais receitas, organizar e administrar seus próprios serviços, gerir os temas de seu interesse, além de legislar sobre assuntos de sua competência estabelecidos pela Constituição. (IBAM, 2000)

Quanto às receitas municipais, a Constituição de 1988 aumentou as transferências das outras esferas de governo ao município, bem como passou para quatro os impostos municipais: imposto predial e territorial urbano, imposto sobre transmissão *intervivos*, sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel (imposto extinto em 1996) e sobre serviços de qualquer natureza. (MELLO, 2001)

Em função dos programas de ajuste estrutural implementados no Brasil nas últimas décadas, envolvendo políticas de austeridade, desregulação e privatização, os governos locais estão sofrendo crescentes pressões no sentido de adequar suas instituições e modos de agir a este novo contexto cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente. Governos locais, tradicionalmente voltados para solucionar problemas intra-urbanos, vêem-se confrontados com a necessidade de contemplar nas suas estratégias urbanas os riscos e oportunidades auferidas por um ambiente externo em rápida transformação (FREY, 2004).

Dessa forma, é fundamental que os governos locais assumam seu papel como estimulador das inovações, do desenvolvimento. Posto isso, seu papel atual também é o de estimular os elementos que viabilizam a inovação, tornando-a possível através de: infra-estrutura intelectual efetiva, força de trabalho instituída e qualificada, qualidade de vida adequada e atraente, ambiente de negócios estimulante, oferta real de capital de risco, mercado receptivo para novos produtos e processos, compromisso com a modernização industrial, cultura voltada para a industrialização com flexibilidade e cooperação, e o sistema social apoiando a inovação e a diversidade. (BERMAN; MARTIN *apud* BORBA, 2000).

Várias são as alternativas que o governo local dispõe para intervir no desenvolvimento. Ele pode se voltar apenas aos objetivos econômicos, ligados à criação de novos empregos, pode ter a postura de atuar como o grande empregador, proprietário de terras, investidor, empreendedor, comprador e fornecedor de produtos e serviços, interferindo diretamente na economia local, de maneira centralizadora, ou ser um compromisso de prioridades e recursos para o desenvolvimento de empresas já existentes, com aperfeiçoamento da qualidade de produção e da capacidade tecnológica local, e pode, ainda, ser um enfoque pró-ativo e preventivo para a indústria e para a economia local, em busca de novas oportunidades de desenvolvimento dentro dos interesses e das vocações da comunidade local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Outras alternativas são: a estruturação de um programa de treinamento, desenvolvimento e qualificação, que pode ser desempenhado por uma organização do setor público, ainda que na função de facilitadora de atividades educacionais; a iniciativa direta ou indireta de induzir a interação entre as pequenas empresas e entre pequenas e grandes empresas através de sistemas gerenciais (Op. Cit.).

Logo, o governo local é muito importante para que a estrutura produtiva da localidade responda positivamente aos estímulos da nova economia, especialmente no que se refere às questões de integração e cooperação entre os diferentes elementos da comunidade, que, uma vez estimulados, possibilitam a articulação e a cooperação que são necessárias para integrar a cadeia produtiva industrial e de bens e serviços da economia (Op. Cit.).

Aprofundando mais essa discussão sobre governos locais e desenvolvimento, constata-se que, nas últimas décadas, um protagonismo vem sendo atribuído aos municípios tanto no que se refere ao cotidiano dos cidadãos – recuperação do patrimônio histórico, promoção de transformações urbanísticas, geração de empregos, promoção de serviços básicos etc. –, quanto no tocante às relações internacionais – atração de investimentos, promoção do turismo e eventos, participação ativa de fóruns mundiais. (CASTELLS; BORJA, 1996).

Nessa vertente das novas atribuições dos governos locais, segundo Castells e Borja (1996), cinco são os objetivos que devem ser perseguidos por eles: formação de nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Gerando mudanças positivas em relação a esses norteamentos, as cidades serão mais competitivas para o exterior e terão inserção nos espaços econômicos internacionais, dando também um mínimo de bem estar aos cidadãos em direção da consolidação do convívio democrático.

No caso específico da América Latina, surgem como questões decisivas a realização do pacto entre agentes públicos e privados, a criação de centralidades e de espaços públicos qualificados, a reconstrução do civismo, a reforma político-administrativa em vistas de se obter mais eficácia e participação e, principalmente, a modernização da infra-estrutura urbana. Além disso, dar respostas integradas aos problemas de emprego, educação, cultura, moradia, transportes etc. e estabelecer compromissos públicos e privados a partir de demandas do crescimento econômico e do meio ambiente são também responsabilidades gerais das cidades atuais (CASTELLS; BORJA, 1996).

Na direção de melhorar o delineamento de suas competências e da organização dos seus governos, sem prejuízo de sua autonomia, aos governos locais convém estabelecer relações contratuais no exercício conjunto de competências e funções que demandam cooperação interadministrativa (infra-estrutura de comunicação e financiamento do transporte público, promoção econômica do território, segurança, grandes operações de desenvolvimento urbano, políticas ambientais e de combate à pobreza etc.) (Op. Cit.).

Finalizando a discussão do papel do governo local no desenvolvimento, é importante relatar que muitas iniciativas vêm ocorrendo nesse sentido. A partir do início da década de 1990, as iniciativas governamentais de combate à fome e à miséria têm crescido, através de políticas de geração de trabalho e renda, estimulando, principalmente, os municípios a apoiarem ou promoverem fóruns de desenvolvimento econômico, balcões de negócios, feiras de oportunidades, cursos de capacitação para pequenos empreendedores, fundos de apoio e outras iniciativas. Essas ações de prefeituras significam a implementação de um desenvolvimento humano e sustentável em longo prazo, gerando aumento de oportunidades de emprego para os grandes setores da população, atualmente excluídos do mercado de trabalho. Os municípios constituem-se em sujeitos ou atores nessa tarefa. (COELHO; FONTES *apud* BORBA, 2000).

Para finalizar esse capítulo e estabelecer sua conexão com o seguinte, por fim, vale mencionar a relação entre governo local e capital social.

O surgimento de novos atores sociais e políticos na década de 70, através das comunidades eclesiais de base, oposições sindicais e associações de moradores, promoveu uma “redefinição das relações de poder”, sendo necessária a “conformação de articulações que se abram ao plural, ao diverso e às identidades de cada grupo” (BAVA *apud* BLOCH; BALASSIANO, 2000).

Com isso, as relações entre Estado e sociedade civil são redefinidas, tornando essencial o relacionamento do poder local com os movimentos sociais. A partir do momento que o governo municipal se dispõe a partilhar seu poder e assumir o papel de articulador dos atores sociais, tem-se que a gestão pública é democratizada, o poder local é fortalecido e o capital social encontra condições para se desenvolver (BLOCH; BALASSIANO, 2000).

Descrito o capital social e seu significado, fica evidente a importância de o governo local trazer os espaços de decisão sobre as políticas para mais perto da sociedade civil (BAVA, *apud* BLOCH; BALASSIANO, 2000). Faz-se necessário o governo local superar o papel de executor e adquirir o perfil de ator estatal especializado na diferença. Por sua presença descentralizada no território e capacidade de intervenção em todos os setores da vida local, deve converter-se em eixo fundamental de toda reforma que visa aprofundar a importância da dimensão local no conjunto institucional.

Esse aspecto, por sua vez, está em estreita relação com o aumento das instâncias de participação democrática no contexto local e relaciona-se com o conceito de “governança local”, idéia de que as decisões importantes para a vida coletiva de uma localidade não são apenas do governo, mas de um conjunto de atores sociais (AROCENA *apud* BLOCH; BALASSIANO, 2000).

De acordo com Dowbor (*apud* BLOCH; BALASSIANO, 2000), na impossibilidade de os vereadores representarem efetivamente os interesses complexos e em plena transformação dos principais atores sociais do município, a administração local necessita assumir um papel catalisador das forças sociais, bem como dos grandes objetivos de médio e longo prazos da comunidade, criando foros com a participação dos diversos atores e elaborando sistemas flexíveis de parcerias nos mais diversos níveis.

Assumindo essa postura, acredita-se que o governo local viabilize mais facilmente uma melhor prestação de serviços à população, gerando níveis de eficiência superiores aos do passado. Para muitos analistas, o fracasso das políticas sociais deve-se freqüentemente ao fato de serem uniformes, únicas, universais, ignorando as diferenças entre os possíveis beneficiários. Realizando o esforço de conhecimento da realidade local e da descrição de cada grupo, torna-se possível enfrentar os problemas locais e implementar políticas sociais que visem a melhoria da qualidade de vida. (DOWBOR *apud* BLOCH; BALASSIANO, 2000).

Logo, faz-se importante frisar que compartilhando o poder com os diversos atores sociais, democratizando a gestão pública e articulando os diversos segmentos da sociedade, o governo municipal pode-se transformar em um grande agente de justiça social, já que o cidadão poderá auferir com muito mais clareza e facilidade em assuntos dos quais tem conhecimento direto. A atuação, nesse sentido, aumenta a capacidade de organização da sociedade, gerando

confiança, cooperação e bom nível de governo e criando todas as condições para o desenvolvimento econômico e social da localidade (BLOCH; BALASSIANO, 2000).

3. CAPITAL SOCIAL

Este capítulo contém uma revisão teórica sobre capital social, a descrição dos instrumentos de avaliação da eficácia de uma política pública na indução da formação de capital social, relatando o modelo de Woolcock (1998) e os mecanismos operacionais de políticas públicas indutores da formação de capital social, destacando os espaços institucionais de participação, a formalização dos direitos legais e o controle social, o fomento da organização em redes e transmissão de capacidades. O capítulo se encerra com a descrição de políticas públicas bem sucedidas na indução da formação de capital social.

3.1. REVISÃO TEÓRICA SOBRE CAPITAL SOCIAL

O termo capital social foi originalmente usado para descrever os recursos relacionais, envolvidos em laços pessoais que são utilizados para o desenvolvimento de indivíduos na comunidade social das organizações (TSAI; GOSHAL, 1998). Pesquisas recentes aplicaram o conceito de capital social a uma amplitude maior do fenômeno social, incluindo relações dentro e fora da família (COLEMAN, 1998), relações intra e interorganizacionais (BURT, 1992) e a vida pública nas sociedades contemporâneas (PUTNAM, 2000). Como vários estudos já apontaram, assim como o capital convencional e o capital humano, o capital social é um dos recursos produtivos que facilita as ações que se estendem aos negócios operacionais da firma (LOPES; CABELLEIRA, 2004).

De acordo com Abramovay (2000), a noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos aos quais chegam independentemente uns dos outros, com o funcionamento do sistema social consistindo na combinação das ações dos indivíduos independentes. Segundo o autor, a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e que seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta.

Para Fernandes (2001), capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos.

Segundo Albagli e Maciel (2003), o termo capital social surge na sociologia com Pierre Bourdieu (1980), que definiu o termo como as vantagens de se pertencer a certas comunidades. A palavra capital foi utilizada por ele para expressar recursos diferenciais de poder e, na sua tese, esse poder encontra-se desigualmente distribuído. Assim, o conflito é inerente ao seu conceito de capital social.

Outro pesquisador do capital social é Coleman (*apud* FERNANDES, 2001). Segundo Fernandes (2001), o autor tenta mostrar esquematicamente em seus trabalhos que entre duas ou mais comunidades com a mesma quantidade de recursos institucionais (capital humano) e materiais (capital físico) o que as distingue, no que tange ao desempenho de seus membros, é a existência de capital social, isto é, a existência de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva. O capital social de uma associação, grupo ou comunidade amplia sua capacidade de ação coletiva e facilita a cooperação mútua necessária para a otimização do uso de recursos materiais e humanos disponíveis. Por fim, Coleman (*apud* ALBAGLI; MACIEL, 2003) conceitua três formas de capital social: (a) o nível de confiança e a real extensão de obrigações existentes em um ambiente social; (b) os canais de troca de informações e idéias; e (c) as normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem pelo bem comum, abandonando interesses próprios imediatos.

Outro autor de destaque é Robert Putnam (2000). Dada a sua importância para a teoria do capital social e para este trabalho especificamente, o conteúdo de sua pesquisa na Itália será mais bem abordado a seguir. Por ora, vale mencionar que Putnam, citado por Albagli e Maciel (2003, p. 425), definiu capital social como “traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação conjunta em prol de objetivos comuns”.

Outro autor que merece destaque, principalmente em virtude do problema da presente pesquisa, é Peter Evans (*apud* PASSADOR, 2000). Para ele, os componentes que formam o capital social (engajamento cívico, integração social e normas de confiança) podem ser promovidos pelas esferas governamentais e serem utilizados com vistas ao desenvolvimento. Inclusive, é importante destacar que tal pressuposto é adotado por este trabalho.

Afora as definições de cada autor, o tema capital social pode ser observado de algumas perspectivas diferentes. Para Albagli e Maciel (2003), o capital social pode ser observado das seguintes formas:

- **FUNCIONALIDADE, VALOR INTRÍNSECO OU METÁFORA:** em relação à sua funcionalidade, capital social é definido como recursos existentes nas relações sociais que facilitam a ação coletiva em torno de um propósito ou permitem à comunidade a obtenção de benefícios econômicos, políticos e sociais. Já para outro conjunto de opiniões, o capital social é importante por si mesmo, pelo valor intrínseco das relações sociais. E para outra corrente, o capital social trata-se apenas de uma metáfora, de um conceito sensibilizador.
- **INDIVIDUAL E/OU COLETIVO:** sob o aspecto individual, capital social são as relações sociais de um indivíduo que, baseadas em confiança e reciprocidade, permitem-lhe acesso a recursos escassos. Já pela perspectiva comunitária, capital social constitui um ativo coletivo de comunidades e grupos sociais, um bem público de estrutura social no qual os indivíduos encontram-se inseridos.
- **HOMOGENEIDADE E HETEROGENEIDADE:** do aspecto da homogeneidade/heterogeneidade, o capital social pode se referir tanto a laços no âmbito de uma comunidade, como a laços entre diferentes grupos.
- **CONFIANÇA E RECIPROCIDADE:** de uma perspectiva econômica mais ortodoxa, cooperação e confiança constituem uma resposta racional dos atores econômicos às oportunidades e restrições presentes em seu ambiente, consistindo não apenas num sinônimo de amizade, mas num instrumento para melhorar a eficiência das relações entre agentes econômicos.

Segundo Albagli e Maciel (2003), o próprio Putnam, em trabalhos mais recentes, enfatiza a noção de reciprocidade, relativizando o papel da confiança para o capital social. Ele reconhece que elevados níveis de confiança podem conviver com comportamentos passivos e mesmo anti-sociais e que, inversamente, é possível haver boas razões para desconfiança, sem prejuízo para o desenvolvimento do capital social.

Em sua dissertação, Castilhos (2002) fez uma ampla descrição de como se deu a evolução da noção teórica sobre o capital social. Grande ênfase é dada à obra de Putnam, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (2000), causadora de grande polêmica entre os autores do tema.

Putnam (2000), ao estudar a criação dos governos regionais da Itália em 1970, concluiu que o processo de mudança institucional gerou diferenças significativas no comportamento das lideranças políticas regionais. Observou-se uma grande despolarização ideológica e um aumento do pragmatismo administrativo e das preocupações mais técnicas e administrativas por parte dessas lideranças. Assim, na primeira parte do seu estudo, o autor utilizou a mudança institucional como variável independente.

De modo contrário, na segunda parte, o autor inverte metodologicamente a hipótese, colocando como variável dependente a mudança institucional. O objetivo dessa inversão era estudar os fatores que explicam o desempenho institucional. Apoiando-se no histórico das correntes teóricas institucionalistas, Putnam (2000) elaborou três variáveis independentes como possíveis influenciadoras no desempenho institucional, a saber:

- a. A organização, a estrutura e o planejamento interno de um governo;
- b. A modernidade sócio-econômica; e
- c. As tradições socioculturais dos cidadãos.

Como conclusões, o autor verificou que a eficiência administrativa (variável “a”) é intrínseca ao bom desempenho institucional; entretanto, não responde quais são os fatores que o motivam. Quanto à modernidade econômica (variável “b”), houve a identificação de acentuadas diferenças de desempenho institucional entre os governos regionais, tanto naqueles localizados na parte norte, como também nos situados na parte sul da Itália, o que impediu que essa variável fosse considerada um fator determinante das diferenças no desempenho institucional. Por fim, utilizando-se de informações quantitativas, o autor conclui que existe uma grande correlação entre o “grau de civismo” (variável “c”) presente nas populações e o desempenho dos respectivos governos regionais. Como afirma Castilhos (2002, p. 29),

o autor identifica que as relações sociais (e políticas) nas regiões menos cívicas são baseadas em maiores níveis de hierarquização, autoritarismo, elitismo e clientelismo. Ele conceitua estas relações sociais como 'verticais'. Ao contrário, estabelece que as relações sociais nas regiões mais cívicas são baseadas em relações sociais mais democráticas, igualitárias e cooperativas, sendo, portanto mais "horizontais".

A partir disso, Putnam (2000) atribuiu papel principal ao civismo como fator determinante no desempenho institucional. A polêmica tem início quando o autor afirmou que as tradições cívicas ou o grau de civismo de uma determinada população é determinada pela sua história e resultante do "estoque" de capital social acumulado por essa mesma população e por suas gerações anteriores. Assim, segundo essa concepção, o capital social é uma característica de uma dada população determinada histórica e culturalmente.

Dessa forma, em seu trabalho, Castilhos (2002) cita Putnam (2000) para depois contestar o determinismo histórico e cultural sugerido por ele. Castilhos (2002) nega tal determinismo e também apresenta três vertentes teóricas que relacionam o Estado e capital social. A primeira, mais conservadora, que defende que para construir capital social é necessário "dissolver" o Estado para substituí-lo por uma grande rede de organizações cívicas da sociedade organizada. Em uma posição intermediária, outra corrente defende que o nível de organização e articulação da sociedade não depende da ação do Estado, e que este último pode contribuir na geração de capital social propiciando condições favoráveis para a livre organização societária. E, por último, uma terceira corrente que defende que o Estado deve passar de uma ação reguladora da interação social para um ativismo político mobilizador do capital social.

Posto isso, Castilhos (2002) assumiu em seu estudo a terceira corrente e buscou uma definição teórica para avaliar as relações entre Estado e sociedade, executável do ponto de vista prático.

3.2. INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA INDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Segue descrição do modelo de Woolcock (1998), que estabelece a classificação do capital social quanto ao seu tipo e à sua dimensão e dos mecanismos operacionais estabelecidos por Durston (1999), voltados para a concretização do processo de empoderamento (*empowerment*). Esses dois marcos serão os instrumentos práticos a serem utilizados na avaliação do programa acima citado no tocante à indução da formação de capital social.

3.2.1. O MODELO DE WOOLCOCK

O modelo de Woolcock (1998) encontra-se resumido no quadro 2 abaixo. Tal instrumento é a concepção teórica (juntamente com os mecanismos operacionais de indução de formação de capital social) que foi utilizada como critério de análise da política pública dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto. Nesta ocasião, vale ressaltar a característica qualitativa deste estudo, uma vez que recursos associados a relações não podem ser medidos facilmente. Em geral, os esforços para medir o capital social têm se revelado infrutíferos em razão das características qualitativas do conceito. Assim, na medição do capital social, o problema é que, diferentemente de outras formas de capital, não se pode bem medir sua magnitude (FRANCO, 2001).

Quadro 2 -Tipos e dimensões do capital social

	“Enraizamento”	Autonomia
Capital social institucional <i>(linking social capital)</i>	SINERGIA Sinergia entre as instituições, ações cooperativas e diálogo entre Instituições (aí incluído o Estado) e a sociedade	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL
Capital social extra-comunitário <i>(bridging social capital)</i>	CONEXÃO Laços fracos, participação dos indivíduos em redes sociais extra-comunitárias	Compromisso cívico dos indivíduos
Capital social comunitário <i>(bonding social capital)</i>	INTEGRAÇÃO Laços fortes intracomunitários, identidade e projetos comuns	Compromisso cívico dos indivíduos

Fonte: Baseado em WOOLCOCK (1998, p. 165).

O quadro anterior reflete as várias possibilidades analíticas sobre os tipos de capital social que, atualmente, são aceitos pela maior parte da literatura. O critério de diferenciação baseia-se na posição social dos atores sociais envolvidos na formação do capital social (CASTILHOS, 2002).

O capital social institucional refere-se às ligações verticais entre os cidadãos e pessoas em postos de decisão em organizações formais. Comunidades que possuem esse tipo de capital em abundância têm governos permeáveis às demandas provenientes dos estratos inferiores da pirâmide social (MONASTÉRIO, 2000).

O capital social extra-comunitário refere-se aos laços fracos entre atores de grupos sociais distintos. São as relações sociais que perpassam as fronteiras sociais, nos quais as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais. As informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem através desse tipo de capital social. Quando o capital social extra-comunitário é abundante, tem-se uma sociedade fluida e integrada (MONASTERIO, 2000).

Por fim, o capital social comunitário envolve os vínculos entre agentes da mesma. São os grupos homogêneos, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. Esse tipo de capital social cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo (Op. Cit.).

Segundo o mesmo autor, a presença dos tipos de capital social pode variar entre classes e grupos sociais distintos. De acordo com o autor, a literatura que relaciona capital social e redução de pobreza afirma que os mais desfavorecidos têm acesso a grandes estoques de capital social comunitário, pouco extra-comunitário e quase nenhum capital social institucional. Isto é, a coesão entre os menos favorecidos fornece-lhes apoio mútuo, mas dificulta o trânsito social em sentido vertical, fazendo com que o governo não ouça suas demandas.

A concepção de enraizamento foi incorporada na discussão sobre o desenvolvimento econômico a partir de uma reconstrução teórica elaborada por Granovetter (*apud* ABU-EL-HAJ, 1999). De acordo com ele, todas as formas de intercâmbio, sejam econômicas ou não, estão enraizadas, inseridas, incrustadas ou embebidas nas relações sociais. Assim, muitas instituições econômicas podem ser explicadas pelas relações sociais em que estão enraizadas.

Por outro lado, Ruerchmeyer e Evans (*apud* ABU-EL-HAJ, 1999), buscando avaliar a qualidade da intervenção pública, elaboraram o conceito de “autonomia”. Segundo tais

autores, para se garantir a autonomia do Estado são necessários uma burocracia forte, coesa e tecnicamente preparada e o enraizamento de um “espírito de corpo”, um mecanismo informal necessário para garantir a disciplina interna do setor público. Por fim, ambos afirmam que a consciência coletiva principal da missão cívica das instituições públicas na promoção do bem-estar social é uma questão essencial na impermeabilização ético-administrativa do Estado em relação às investidas de interesses privados.

Dessa forma, os tipos de capital social (institucional, extra-comunitário e comunitário) correspondem às relações sociais entre diferentes posições sociais, e as dimensões do capital social (“enraizamento” e autonomia) relacionam-se às diferentes funções das relações sociais. Portanto, o capital social institucional designa as relações sociais entre Estado e sociedade, o extra-comunitário refere-se às relações sociais entre grupos sociais distintos e o comunitário, às relações sociais entre indivíduos de uma mesma posição social (CASTILHOS, 2002).

Já o conceito da dimensão “enraizamento” revela que o capital social está inserido nas relações sociais. Quando ele existe, também existem a confiança e a reciprocidade que promovem a “integração” dos indivíduos ou grupos sociais baseada em identidades e projetos comuns de vida. Já a autonomia implica diferentes interpretações dependendo do tipo de capital social a que se referir. No capital social institucional, significa o nível de integridade, eficiência e independência da burocracia estatal no trato da coisa pública, ou seja, a ausência de clientelismo. No capital social extracomunitário e no comunitário, o compromisso cívico dos indivíduos, ou seja, a cooperação e a solidariedade em prol da coletividade e uma postura ética no encaminhamento e na negociação de eventuais conflitos (Op. Cit.).

3.2.2. MECANISMOS OPERACIONAIS QUE INDUZEM À FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Segundo Durston (1999, p. 33), “o empoderamento no contexto de uma estratégia social é um processo seletivo consciente e intencional, que tem como objetivo a igualdade de oportunidades entre os atores sociais”.

Em outras palavras, isso significa estabelecer relações horizontais de poder e formas democráticas de regulação (FRANCO, 2001). A partir dessa definição, Durston (1999, p. 34)

estabelece, então, condições necessárias para que o processo de empoderamento ocorra. Essas condições são:

- Criação de espaços institucionais adequados para que os setores excluídos participem nos espaços políticos públicos;
- Formalização de direitos legais e resguardo de seu conhecimento e respeito;
- Fomento de organização em que as pessoas que integram o setor social excluído possam efetivamente participar e incluir nas estratégias adotadas pela sociedade. Esta influência logra êxito quando a organização faz possível ampliar a rede social das pessoas que a integram;
- Transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, incluindo os saberes instrumentais essenciais ademais de ferramentas para analisar dinâmicas econômicas e políticas relevantes;
- Criação de acesso a e controle sobre recursos e ativos (materiais, financeiros e de informação) para possibilitar o efetivo aproveitamento de espaços, direitos, organização e capacidades, em competição e em concerto com outros atores.

Uma vez construída esta base de condições facilitadoras do empoderamento e de constituição de um ator social, ainda são relevantes os critérios de uma participação efetiva com a apropriação de instrumentos e capacidades propositivas, negociativas e executivas. (DURSTON, 1999).

Para melhor fundamentar o modelo de Woolcock (1998) e os mecanismos operacionais de indução do empoderamento, vale mencionar aqui algumas idéias importantes sobre: o aprendizado voltado para as políticas de desenvolvimento, o Orçamento Participativo (OP), uma política pública que consiste num espaço institucional voltado para a participação popular e a discussão em torno do controle social. Por fim, são explanados, na seqüência, a questão da credibilidade e eficácia institucional e o compromisso cívico dos indivíduos.

Posto isso, para Rocha e Mello (2004), as novas abordagens voltadas para o aprendizado representam um significativo avanço no sentido de trazer tal questão para um lugar central no debate sobre desenvolvimento e políticas públicas.

Para Lundvall e Borras (1997), na nova economia, o que realmente importa para o desempenho econômico é a habilidade de aprender (e esquecer) ao invés de um dado estoque de conhecimentos. Para esses autores, não se justifica uma abordagem racional para o

processo de formulação/implementação de políticas de desenvolvimento. O que parece viável e necessário é um processo de política de aprendizado.

Para Sabel (2003), é importante também tornar central a questão do aprendizado individual e coletivo na configuração de uma nova e mais efetiva abordagem do desenvolvimento. Para o autor, o aumento das condições de aprendizado individual e coletivo é uma linha comum que conecta as alternativas emergentes à ortodoxia das abordagens de desenvolvimento, e representa um passo adiante na maneira de abordá-lo. Segundo ele, a abordagem centrada no aprendizado faz justiça tanto aos limites do conhecimento, quanto à habilidade coletiva de melhorá-lo.

Em se tratando de políticas públicas, vale dizer que o Orçamento Participativo (OP) é uma das inovações administrativas mais importantes, sendo incluído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das melhores experiências de governo na conferência “Habitat II”, realizada em julho de 1996, em Istambul, Turquia. A filosofia do OP está centrada na participação direta da população beneficiária pelos projetos sociais e investimentos públicos.

Para Dowbor (1987), o instrumento chave da participação popular é o planejamento. Para esse autor, propostas ordenadas num plano e submetidas à comunidade significam a possibilidade de os indivíduos se pronunciarem antes das decisões a serem tomadas ao invés de se limitarem a protestar diante dos fatos consumados, transmitindo um respeito à liberdade individual.

Em se tratando da participação, tem-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro, da comunidade, da qual participe o maior número possível de membros, significando mais que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria (CORNELLY, 1978).

Dessa forma, conclui-se que o OP não é apenas um modelo orçamentário, mas um modelo de gestão pública democrática, com intervenção direta da sociedade na gestão financeira, orçamentária e contábil das entidades públicas (MARINO, Jr., 2005).

O conceito de controle social, por sua vez, refere-se ao espaço da administração pública que se dá com a participação da sociedade civil, ou seja, por pessoas e instituições que não estão vinculadas à estrutura governamental, abrangendo instituições da sociedade civil organizada, como um cidadão comum que deseje interagir com a Administração Pública, exercendo uma cidadania ativa e reivindicando direitos (CALLADO e PAIVA, 2004).

O termo controle social traz, emprestada da sociologia, uma imagem de coerção social que difere da empregada no controle social da Administração Pública, que está ligado ao exercício da cidadania na busca de colocar o Estado para o atendimento das necessidades básicas de seus cidadãos. A cidadania pode ser entendida enquanto o direito a ter direitos. (VIEIRA, 1999). O exercício do controle social pressupõe, de um lado, um Estado decidido a assegurar aos cidadãos o exercício desse poder e, de outro, uma sociedade civil composta por cidadãos conscientes do seu papel e dispostos a ter uma cidadania ativa junto ao Estado (CALLADO; PAIVA, 2004).

De uma forma geral, o controle social tem avançado de uma maneira lenta, pois as transformações culturais geralmente acontecem de forma gradativa. Ainda não há uma cultura efetiva de participação em conselhos e associações de controle social. É muito comum a existência apenas formal dos conselhos, mas que, verdadeiramente, não tem efetividade, e a participação popular não é tão intensa como deveria. Assim, segundo Callado e Paiva (2004), o Estado deve caminhar para contribuir para essa transformação cultural da sociedade rumo a uma cidadania ativa, criando condições para o efetivo exercício do controle social.

Em se tratando de credibilidade e eficácia institucional, vale enfatizar os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. A primeira é entendida como um exame da relação entre a implementação de um programa e seus impactos e resultados em termos de mudanças sociais ou de impacto econômico. Já a eficácia se traduz numa avaliação da relação entre os objetivos e os instrumentos disponíveis em um programa ou projeto e os seus resultados reais. Por fim, a eficiência tem o significado da racionalização dos gastos, ou seja, em se implementar os projetos e programas com o máximo de resultados sociais ou econômicos ao menor custo possível. Uma vez colocadas tais definições, é importante frisar que os estudos de avaliação de efetividade, eficácia e eficiência são de fundamental importância num país como o Brasil, onde o Estado apresenta fortes restrições orçamentárias e de recursos, ao mesmo tempo em que é pressionado a ampliar seus investimentos no campo social. (MARINO, Jr., 2005).

Enfim, para dar fecho a este tópico, vale mencionar a questão do compromisso cívico dos indivíduos. Trata-se de uma questão cultural, daí ser importante se valer de alguns pensadores da cultura brasileira, em específico, para entender melhor a questão. Dessa forma, cita-se, na seqüência, os pensamentos de Sérgio Buarque de Hollanda e Raimundo Faoro (*apud* SOUZA, 2000) sobre a cultura nacional.

Para o primeiro, o ponto inicial de formação da sociedade brasileira é a sua herança ibérica e o personalismo, o traço mais característico dessa herança. Uma vez adotado esse mote, defende que a institucionalização da cultura da personalidade impedirá a solidariedade, formas de organização e de ordenação horizontais no Brasil. Expandindo esse raciocínio, o patriarcalismo, na versão patrimonialista, seria a forma política específica do personalismo, forma em que a solidariedade grupal é construída a partir de sentimentos e deveres de amizade e compadrio, e nunca pela força intrínseca de interesses objetivos e idéias impessoais.

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS BEM SUCEDIDAS NA INDUÇÃO DA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Segue a apresentação de duas políticas públicas bem sucedidas na indução da formação do capital social: o programa de medicina preventiva do governo do Ceará e a Escola de Campo do governo do Paraná.

3.3.1. O PROGRAMA DE MEDICINA PREVENTIVA DO CEARÁ

Em seu estudo, Castilhos (2002) citou a pesquisa de Tandler (1998) que, realizada entre 1992 e 1994, descreveu quatro tipos de políticas públicas implementadas pelo governo do Ceará. Para ilustrar um exemplo de política pública bem sucedida na indução de capital social, será descrito aqui o programa de medicina preventiva.

Antes desse programa, apenas 30% dos municípios cearenses tinham uma enfermeira, sem considerar médico e hospital. Iniciado em 1987 pela Secretaria da Saúde do Ceará, o programa foi implantado em todos os municípios e os resultados foram animadores: a cobertura de vacinação contra sarampo e poliomielite triplicou, passando de 25% para 90% da

população infantil e a mortalidade no primeiro ano de vida caiu do alto índice de 102 por mil para 65 por mil (TENDLER, 1998).

Em termos de indução do capital social, alguns mecanismos operacionais desse programa se destacaram. A instituição de critérios que permitiram a correta e eficaz condução do programa, a contratação por mérito e uma constante publicidade de caráter informativo e fiscalizador para as populações beneficiárias fomentaram o comprometimento dos funcionários e o respeito a eles pelas comunidades rurais abrangidas. Dessa forma, o programa induziu a construção do capital social institucional, ou seja, o estabelecimento de reciprocidade entre as comunidades pobres e as instituições estatais (CASTILHOS, 2002).

Sobre o capital social comunitário, a contratação de 7.300 agentes profundamente “enraizados” e “participantes” das realidades sociais possibilitou que o capital social, existente entre “novos funcionários” e as comunidades, permeasse e fosse introduzido na nova relação social criada entre o Estado e a sociedade. Como consequência, isso induziu a formação de capital social institucional na dimensão enraizamento (CASTILHOS, 2002).

Por fim, a dimensão autonomia do capital social institucional foi induzida através de um eficaz programa de capacitação dos funcionários contratados. Em relação ao capital social comunitário, essa dimensão ocorreu mediante o processo de seleção dos funcionários por mérito e pelas campanhas publicitárias do governo estadual que estimularam a ação fiscalizatória das comunidades sobre o programa (CASTILHOS, 2002).

3.3.2. O PROJETO CASAS FAMILIARES RURAIS/ESCOLA DO CAMPO

O projeto Escola do Campo foi objeto de estudo da pesquisadora Cláudia Souza Passador (2000). Apesar de a autora não ter utilizado os instrumentos descritos anteriormente neste capítulo, conclui-se da leitura de seu trabalho que tal política pública é bastante eficaz na indução da formação do capital social. Logo, segue a descrição de tal política, bem como sua posterior análise segundo o modelo de Woolcock (1998) e os mecanismos operacionais de Durston (1999).

A “Escola do Campo” designa o programa de apoio do estado do Paraná às Casas Familiares Rurais (CFR). A CFR desenvolveu-se a partir da Segunda Guerra Mundial na França e, posteriormente, no restante da Europa. No Brasil, tal experiência foi introduzida em 1968 no Espírito Santo e proliferou nos anos 80.

A CFR foi projetada para ser uma instituição educativa que utiliza métodos pedagógicos adequados à educação de jovens rurais, baseados na realidade, na participação e na alternância. Sua metodologia é a pedagogia da alternância que permite períodos integrais de formação, na escola, em regime de internato, que se alternam com períodos na propriedade familiar. Para ser implantada, a CFR ou Escola do Campo (para os participantes do projeto, as duas denominações são utilizadas indistintamente) depende do interesse da comunidade, já que é uma política pública que surgiu da necessidade dos pequenos agricultores. Até hoje, a iniciativa das reuniões é dos agricultores em conjunto com o governo local, sendo que, posteriormente, o governo estadual entra com o auxílio. (PASSADOR, 1999).

Assim, a CFR tem por objetivo aliar teoria e prática, formando duas gerações ao mesmo tempo, ou seja, pais e filhos, agricultores do município em que se instala. A intenção é manter o jovem no campo sem que ele perca o vínculo com sua realidade e despertando sua consciência para o exercício da cidadania plena. Para estudar na CFR, o aluno precisa ser filho de agricultor e participar junto com os demais membros da comunidade na implantação do projeto. (PASSADOR, 1999).

Segundo o método da pedagogia da alternância, o aluno passa duas semanas em casa e uma semana na escola. Nas duas semanas que ficam nas propriedades, os jovens aplicam os conhecimentos recebidos na escola, discutindo com seus pais e vizinhos sobre as possíveis inovações. Encaminham soluções, reorganizam as tarefas da casa, recebem a visita de monitores e até modificam o relacionamento com seus familiares, muitas vezes, passando a ser os responsáveis pela produção da propriedade e pelo sustento de toda a família. (PASSADOR, 1999).

As CFR, através de seus monitores, também salientam constantemente a vida associativa e a vida em grupo, principalmente, na semana em que os alunos permanecem na escola. Geralmente, a construção das unidades envolve um grande esforço de toda a comunidade, com auxílio das prefeituras, do comércio, das indústrias locais e da sociedade civil. Este

elemento cultural disseminado pelas CFR produz o avanço do associativismo horizontal e a complementação de ações junto às instituições públicas. Segundo a percepção de alunos e monitores, o fator mais importante no funcionamento das CFR, além do suporte financeiro, é a adesão da comunidade na implantação da escola durante as discussões promovidas pelos monitores, pais de alunos e representantes do estado e município em questão (PASSADOR, 1999).

O município de Chopinzinho, localizado no sudoeste do Paraná, tem 20 mil habitantes, pouco mais de 12 mil na área rural, envolvendo 2.354 famílias. Lá, uma parceria foi realizada entre a CFR e o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) do município, que tem por objetivo recuperar e conservar os recursos naturais da região, diversificar as atividades econômicas das pequenas propriedades, adotar tecnologia de produção das atividades econômicas tradicionais, verticalizar a produção e agregar renda. Tal PDR foi criado pelas entidades civis e pelos segmentos ligados aos setores produtivos, de forma a otimizar a integração e os recursos humanos e financeiros disponíveis. Para isso, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, composto em sua grande parte pelos pais dos alunos e ex-alunos da CFR de Chopinzinho (PASSADOR, 1999).

Em suma, o eixo condutor do PDR é a família. O processo de difusão de informações pelos diferentes componentes permite uma ampla discussão, promovendo a motivação e a realimentação do processo dentro da própria família e da comunidade. Outro fator importante é a organização institucional do Conselho Municipal, baseado na divisão do poder no processo de tomada de decisão e no planejamento participativo. Por fim, é importante realçar que todo este processo organizacional também trouxe a dimensão do coletivo, permitindo atividades de compra conjunta de insumos e venda em comum da produção das propriedades dos alunos das CFR (PASSADOR, 1999).

O que está acontecendo em Chopinzinho serve para enfatizar o papel educativo da assistência técnica que, além do desenvolvimento tecnológico e gerencial gerado, abrange inclusive uma ação integrada com a comunidade, catalisando um processo permanente de entendimento, de assessoria e diálogo entre prefeitura, câmara municipal, lideranças comunitárias, cooperativas, associações e sindicatos, interiorizando políticas locais em concordância com a política estadual denominada Escola do Campo. (PASSADOR, 1999)

Numa breve análise, constata-se que tal política estabelece todas as condições apontadas por Durston (1999) para que o processo de empoderamento ocorra. Em Chopinzinho, há um conselho municipal de desenvolvimento rural que permite a participação dos vários segmentos da população. O trabalho dos monitores da CFR, de uma perspectiva integrada, envolve tanto a consciência sobre os direitos e a cidadania, quanto o apoio técnico e a transmissão de capacidades para o exercício da produção. Por fim, a integração da CFR com o PDR abre espaço à população para o acesso aos recursos e ao controle dos mesmos, sejam eles materiais, financeiros ou de informação. Destaque-se aí a grande disponibilização e difusão das informações que permite um amplo debate entre os segmentos envolvidos com tal política.

Por fim, analisando tal política pública sob o modelo de Woolcock (1998), conclui-se pela alta indução da formação dos três tipos de capital social.

No tocante ao capital social institucional, tal análise permite concluir que, na dimensão “enraizamento”, há uma grande indução na medida em que a iniciativa das reuniões da CFR parte dos próprios agricultores em conjunto com o governo local. Na dimensão autonomia, o texto não permite emitir um julgamento sobre a credibilidade e a eficácia do governo de Chopinzinho.

Com relação ao capital social comunitário, uma característica de tal política é que ela surgiu da necessidade dos pequenos agricultores e só pode ser aluno da CFR filho de agricultor, enaltecendo, assim, a dimensão do “enraizamento. Outro ponto importante é que a implantação de tal casa deve ser realizada pela própria comunidade dos agricultores, o que corrobora o fortalecimento do compromisso cívico destes indivíduos que ocupam uma mesma posição social.

Por fim, em se tratando de capital social extra-comunitário, a CFR possibilita a indução de sua formação em dois momentos específicos. Do ponto de vista do “enraizamento”, a construção das unidades possibilita essa indução na medida em que envolve um grande esforço de toda a comunidade, com auxílio das prefeituras, do comércio, das indústrias locais e da sociedade civil. Na dimensão “autonomia”, as reuniões do conselho municipal de desenvolvimento rural abrem espaço para a participação dos indivíduos e a demonstração de seu compromisso cívico.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, encontra-se a descrição do tipo, método, proposição e do modelo de pesquisa. Em seguida, segue o protocolo deste estudo de caso, contendo sua visão geral, as questões de pesquisa, a unidade de análise e o plano amostral, bem como os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados.

4.1. TIPO E MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa e exploratória foram elaboradas por meio do estudo de caso: análise profunda de uma unidade de estudo, visando o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.

Define-se estudo de caso como uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas (YIN, 1994).

Yin (Op. Cit.) afirma que, após a definição do problema, o próximo passo é desenhar o plano do estudo de caso ou desenho da pesquisa, ou seja, a lógica que dá consistência aos dados coletados e às conclusões obtidas, relacionadas às questões iniciais do estudo.

Um projeto de pesquisa em estudo de caso deve possuir cinco componentes: (1) questões do estudo, (2) suas proposições, (3) suas unidades de análise, (4) a ligação lógica dos dados coletados, e (5) o critério de interpretação das descobertas.

O pesquisador do estudo de caso deve maximizar quatro aspectos de qualidade de um projeto de pesquisa:

- obter validade: estabelecer medidas de operação corretas para o conceito sendo estudado;
- validade interna (somente para estudos explicativo ou causal, e não para estudos descritivo ou exploratório): estabelecer uma relação de causa, pela qual certas condições são mostradas para levar a outras condições, diferentemente de relações falsas;

- validade externa: estabelecer o domínio no qual as descobertas do estudo podem ser generalizadas; e
- confiabilidade: demonstra que os procedimentos do estudo – como os de coleta – podem ser repetidos, com os mesmos resultados.

Dessa forma, pode-se afirmar que este estudo de caso tratou-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa. De acordo com Ghauri e Gronhaug (1995), a pesquisa qualitativa é adequada em estudos de assuntos complexos, permitindo que o pesquisador obtenha informações muito mais detalhadas. Tal foi o caso desta dissertação.

4.2. PROPOSIÇÃO DA PESQUISA

A proposição básica desta pesquisa foi a de que o programa de minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto não induz à formação de capital social por não ter sido concebido para tal fim.

4.3. MODELO DE PESQUISA

Pensando em termos de causa e efeito, é importante definir quais são as variáveis dependentes, independentes e intervenientes (aquelas variáveis que permitem uma nova interpretação de uma relação original) deste presente estudo.

Como variável independente, aparece nesta pesquisa a política pública dos minidistritos industriais e de serviços. Como variáveis dependentes, os três tipos de capital social – institucional, comunitário e extra-comunitário – nas suas duas dimensões de enraizamento e autonomia. E, por fim, como variáveis intervenientes, a cultura brasileira, a cultura do estado de São Paulo, a cultura do município de São José do Rio Preto, etc., que exercem forte influência sobre o capital social do município.

Assim, segue na página seguinte o quadro 3, que relaciona melhor as variáveis a serem estudadas de acordo com cada objetivo específico deste trabalho.

Quadro 3 – Plano de análise da pesquisa

OBJETIVO ESPECÍFICO	PERGUNTAS DA PESQUISA	VARIÁVEL INDEPENDENTE	VARIÁVEIS DEPENDENTES
Identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social institucional entre o governo e os empresários participantes	O programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social institucional entre o governo e os empresários participantes?	Política pública dos minidistritos industriais e de serviços	Capital social institucional nas dimensões “enraizamento” e autonomia
Identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social institucional entre o governo e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos	O programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social institucional entre o governo e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos?	Política pública dos minidistritos industriais e de serviços	Capital social institucional nas dimensões “enraizamento” e autonomia
Identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social comunitário entre os empresários participantes	O programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social comunitário entre os empresários participantes?	Política pública dos minidistritos industriais e de serviços	Capital social comunitário nas dimensões “enraizamento” e autonomia

<p>Identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social comunitário entre os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos</p>	<p>O programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social comunitário entre os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos?</p>	<p>Política pública dos minidistritos industriais e de serviços</p>	<p>Capital social comunitário nas dimensões “enraizamento” e autonomia</p>
<p>Identificar se o programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social extracomunitário entre os empresários participantes e os moradores dos bairros próximos aos minidistritos</p>	<p>O programa de minidistritos industriais e de serviços é indutor da formação de capital social extracomunitário entre os empresários participantes e os moradores dos bairros próximos aos minidistritos?</p>	<p>Política pública dos minidistritos industriais e de serviços</p>	<p>Capital social extracomunitário nas dimensões “enraizamento” e autonomia</p>

4.4. PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

De acordo com Yin (1994), um protocolo de estudo de caso é essencial para garantir confiabilidade à pesquisa. Basicamente, um protocolo deve apresentar uma visão geral do estudo de caso, seus procedimentos de campo, as questões e um guia para o relatório.

4.4.1. VISÃO GERAL

O objetivo deste trabalho foi evidenciado em sua questão de pesquisa, ou seja, verificar, através de várias fontes de evidência, se a política pública dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto é indutora ou não da formação de capital social.

Esta pesquisa fez parte do programa de pós-graduação da FEA/USP, e tem financiamento independente, isto é, não contou com recursos de agências financiadoras ou qualquer outro tipo de instituição de fomento à pesquisa.

As leituras que justificam e fundamentam este estudo encontram-se na seção “revisão bibliográfica”, e seu marco teórico provém da dissertação *Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Agricultura Familiar*. Em síntese, este estudo trata de uma replicação do estudo de Castilhos (2002), num contexto municipal, urbano e industrial.

4.4.2. QUESTÕES DE PESQUISA

As questões deste estudo de caso são:

- o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social institucional entre o governo e os empresários participantes, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia?;
- o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social institucional entre o governo e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia?;
- o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social comunitário entre os empresários participantes, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia?;
- o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social comunitário entre os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia?;

- o programa de minidistritos industriais e de serviços é eficaz na indução da formação de capital social extracomunitário entre os empresários participantes e os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos, nas dimensões de “enraizamento” e autonomia?;
- que estratégias operacionais podem ser propostas para o aperfeiçoamento da política de minidistritos industriais e de serviços no tocante à indução da formação de capital social?

4.4.3. UNIDADE DE ANÁLISE E PLANO AMOSTRAL

Abaixo segue a descrição da unidade de análise do estudo e o do plano amostral traçado. Em relação à unidade de análise, segue, primeiramente, dados gerais dos treze minidistritos do município de São José do Rio Preto para, posteriormente, se descrever mais especificamente o programa de minidistritos industriais e de serviços.

Quadro 4 – Dados sobre os treze minidistritos industriais de São José do Rio Preto

Minidistrito	Implantação	Área (m ²)	Lotes	Empresas beneficiadas	Empregos estimados
1. Tancredo Neves	27/06/86	144.826,85	366	130	650
2. João Paulo II – Mini 1	22/06/87	31.464,00	58	39	195
3. Solo Sagrado	29/07/87	66.362,35	123	63	315
4. Heitor E. Garcia	07/12/88	9.360,00	26	13	65
5. João Paulo II – Mini 2	22/05/89	10.044,67	49	20	100
6. João Paulo II – Mini 3	05/05/92	9.932,58	39	20	100
7. Ary Attab	10/07/92	52.335,57	72	60	300
8. Centenário da Emancipação	13/04/94	179.039,50	155	117	585
9. Edson Pupim	20/05/94	4.465,24	8	6	30
10. Anatol Kanarski	20/05/94	3.863,69	10	10	50
11. José Felipe Antônio	07/10/94	9.483,08	20	15	75
12. Giuliane	02/12/96	12.852,00	29	16	80
13. Adail Vetorazzo	16/12/96	271.196,44	306	226	1.130
Total		805.225,97	1.261	735	3.675

Fonte: Conjuntura Econômica (2004).

- **O PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS**

Precisamente, a unidade de análise desta pesquisa é o programa de minidistritos industriais e de serviços do município de São José do Rio Preto. Os próximos parágrafos, que descrevem esse programa, são todos baseados num estudo de Renato Cymbalista (2002) denominado de *Minidistritos industriais e de serviços – São José do Rio Preto – SP*.

Devido ao fato de São José do Rio Preto nunca ter sido região de latifúndios, constituiu-se na cidade uma sociedade marcadamente de classe média, de poucas grandes fortunas, sem uma oligarquia tão definida quanto àquela que se construiu nos núcleos produtores de café. A estrutura social foi muito mais caracterizada pelo pequeno empreendedor, o minifundiário, o imigrante.

Nas últimas décadas, o alto crescimento populacional do município colocou para a administração local um duplo desafio: por um lado, acomodar a crescente população em condições satisfatórias e, por outro, oferecer emprego e renda para essa população.

Ao invés de separar os dois problemas, a Prefeitura partiu para uma solução integrada: um programa habitacional articulado a um programa de geração de emprego e renda: os chamados minidistritos industriais e de serviços.

A última política de desenvolvimento urbano de São José do Rio Preto foi projetada visando integrar a oferta pública de lotes para a habitação popular a uma política de geração de emprego e renda. A prefeitura local segue a filosofia de que a urbanização promovida pelo poder público vai além da simples expansão do território urbano a partir da oferta de habitação. Para que a urbanização seja completa, ela deve oferecer também as atividades complementares à habitação como o comércio, os serviços, a disponibilidade de emprego e renda.

Além disso, há a preocupação de se combater os vazios urbanos do município – áreas não utilizadas dentro da região ocupada da cidade, que se valorizam às custas dos investimentos públicos e privados no entorno, provocando prejuízos econômicos para o poder público e vantagens àqueles que deixam o terreno inutilizado, esperando a valorização.

Condições de distribuição do terreno. Os terrenos dos minidistritos são vendidos e não doados. O valor final de venda é pago pelo usuário em até 35 meses e a prestação mensal não é inferior a um salário mínimo. O valor de venda por metro quadrado, atualizado em 31/12/99, seria de R\$ 13,60. Assim, um lote habitacional (200m²) custaria o equivalente a R\$ 2.720,20, enquanto o lote industrial mínimo (350 m²) estaria avaliado em R\$ 4.760,00. Adquirindo um lote, o candidato compromete-se a iniciar a construção de um galpão em no máximo 90 dias.

Atualmente, há dois módulos de lotes industriais: terreno mínimo de 500 m² e terreno máximo de 1000 m². A alienação dos terrenos não é irreversível. Conforme a lei que regulamenta os minidistritos, a empresa que for habilitada perderá os benefícios desta lei, caso, sem autorização expressa da Prefeitura:

- a. paralise, por mais de seis meses, as atividades da nova indústria;
- b. venda, no todo ou em parte, o maquinismo da nova indústria;
- c. altere o setor/ramo de atividade.

A reversão da alienação de um lote é possível até o momento da lavra da escritura definitiva dos imóveis.

Para evitar a especulação imobiliária, no ano 2000, foi alterada a Lei Orgânica do município, passando-se a permitir a concessão de uso de bens públicos para os usos industriais e que gerem emprego. Dessa forma, os terrenos que antes eram concedidos por sorteio passaram a ser concedidos para aqueles que possuem maior capacidade de geração de emprego e renda. Entretanto, em 2005, o critério mudou novamente, passando os terrenos a serem licitados, tendo o licitante que apresentar proposta que contenha, no mínimo, o preço avaliado para o metro quadrado de cada imóvel, conforme relação e laudo de avaliação elaborado pela prefeitura.

Após dois anos de concessão gratuita, os empreendimentos são avaliados e, no caso de estarem efetivamente gerando emprego e renda, poderão ser alienados, a partir de preços estabelecidos conforme os critérios de cálculo acima descritos.

Atualmente, há uma Comissão de Apoio Técnico ao Programa de Minidistritos Industriais regulamentada por decreto. A comissão conta com um representante do SEBRAE, um representante do Centro Incubador de Empresas, um representante do CIESP (regional de São José do Rio Preto), um representante do setor universitário e dois representantes da Secretaria do Planejamento do município.

A Comissão possui as seguintes atribuições:

- I – analisar as inscrições e estabelecer critérios de pontuação para adquirir direito à concessão de áreas nos minidistritos;
- II – viabilizar parcerias e programas para treinamento e qualificação dos participantes do Programa;
- III – instituir mecanismos de avaliação do Programa;
- IV – dar publicidade aos critérios de seleção e à lista dos inscritos com suas respectivas classificações.

A função da comissão vai além da gestão das concessões: ela deve ser um órgão de apoio às empresas, produzindo condições para o seu desenvolvimento.

• O PLANO AMOSTRAL

Dessa forma, uma vez descrita a política pública a ser analisada, conclui-se que o presente estudo de caso é único e incorporado, visto que a análise foi realizada sobre uma única política pública que possui várias unidades de análise incorporadas (YIN, 1994).

Em relação ao plano amostral, são treze os minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto e um total de oitocentas empresas participantes do programa¹. A amostra foi do tipo não probabilística e intencional (SELLTIZ, 1960), escolhida de acordo com a conveniência do pesquisador. Em síntese, seis minidistritos foram abordados através da indicação da equipe técnica da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

¹ Entrevista com Orlando José Bolçone em 15.07.2004.

4.4.4. COLETA DE DADOS: INSTRUMENTOS

Para se avaliar a eficácia da política pública dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto na indução à formação de capital social, foram utilizados dois instrumentos. O primeiro é relativo ao modelo estabelecido por Woolcock (1998) de classificação do capital social quanto ao tipo e à dimensão, e o segundo, aos mecanismos operacionais estabelecidos por Durston (1999), voltados para a concretização do processo de empoderamento (*empowerment*). Esses dois marcos serão os instrumentos práticos a serem utilizados na avaliação do programa e já foram melhor abordados no capítulo anterior referente ao capital social.

Os dados a serem coletados são primários, ou seja, dados originados pelo pesquisador para a finalidade específica de solucionar o problema em pauta. (MALHOTRA, 2001). Esses dados serão obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas.

Segundo Yin (1994, p. 32),

a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo e, como outro resultado, beneficia-se de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Em relação às fontes de evidência, Yin (1994) sugere seis fontes:

- A. Documentação: cartas, memorandos, agendas, minutas de reuniões, documentos administrativos, estudos ou avaliações, recortes de jornal e artigos publicados na mídia.
- B. Registro em arquivos: registros de serviço e organizacionais, mapas e tabelas, dados oriundos de levantamentos e registros pessoais.
- C. Entrevistas: espontâneas, focais ou mais estruturadas sob a forma de um levantamento.
- D. Observação direta: observação de alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes;
- E. Observação participante: ocasião em que o pesquisador não é apenas um observador passivo;
- F. Artefatos físicos: aparelhos, ferramentas, instrumentos, obra de arte etc.

Para este estudo de caso, foram utilizadas as quatro primeiras fontes de evidências. Dada à semelhança entre a documentação e o registro em arquivos, ambos foram considerados nesta pesquisa como sendo uma mesma fonte de evidência.

No tocante à documentação e os registros em arquivo, merecem destaque:

- os dossiês das empresas participantes do programa de minidistritos industriais e de serviços, (os formulários a serem preenchidos pelas empresas e os critérios de pontuação pertencentes a tais dossiês encontram-se no apêndice 1);
- a revista Conjuntura Econômica de 2004, editada pela secretaria de planejamento e gestão estratégica da prefeitura municipal de São José do Rio Preto;
- o censo realizado pelo SEBRAE (2002), destinado a levantar mais informações sobre as empresas participantes do programa (apêndice 2);
- um encarte da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (ACIRP), intitulado Programa de Desenvolvimento da Região Norte (apêndice 3);
- o edital da última concorrência pública no. 23/2005 para alienação de imóveis dos minidistritos (apêndice 4);
- um artigo de jornal intitulado “Concorrência Pública para lotes em minidistritos atrai 66 interessados” da Folha de São José do Rio Preto/junho de 2005 (apêndice 5);
- uma matéria sobre os minidistritos contida na revista Livre Mercado de junho de 2002 (apêndice 6)
- uma publicação da prefeitura sobre o orçamento participativo referente ao ano de 2003 (apêndice 7);
- a página 13 do plano de governo da atual administração municipal (2005-2008) (apêndice 8);
- a dissertação de Orlando José Bolçone (2001) já mencionada na introdução deste trabalho;
- o estudo de Renato Cymbalista (2002) também já mencionado na descrição do objeto deste estudo de caso;

Com relação aos dossiês das empresas participantes do programa de minidistritos industriais e de serviços, é importante mencionar o seu conteúdo. Em geral, esses dossiês buscam registrar a história do relacionamento entre empresa e prefeitura municipal. Neles, de uma forma geral, constam os seguintes documentos:

- cópia do contrato social da empresa;
- cópia da alteração do contrato social da empresa;
- os formulários de cadastro de “pessoa interessada” numa área dos minidistritos, bem como os critérios de pontuação para a seleção das empresas;
- as cartas enviadas pela prefeitura à empresa, alertando sobre o atraso no cumprimento dos prazos de construção do imóvel e sobre a possibilidade de reversão (retomada do terreno pela prefeitura);
- laudos de avaliação do valor do terreno;
- os relatórios de vistoria das obras em andamento;
- os requerimentos realizados pela empresa à prefeitura, como a solicitação de mais lotes para a expansão da empresa;
- o comunicado entre secretarias envolvendo, por exemplo, solicitação do cancelamento de débito tributário devido à regularização da situação pela empresa;
- comunicados em geral (convite para a empresa se candidatar a ser fornecedora da prefeitura, solicitação de comparecimento do empresário junto à prefeitura para resolução de eventuais problemas, fornecimento de documentos em falta, quitação de débitos, assinatura de documentos etc.);
- consultas cadastrais no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC);
- cópia das leis, aprovadas pela Câmara Municipal, que regulamentaram a concessão de terreno a uma empresa em específico;
- os extratos correspondentes às parcelas do valor do terreno adquirido pela empresa; e
- croqui dos terrenos.

No edital de concorrência pública n.º 23/2005, constam as condições da licitação, bem como as leis municipais que normatizam tal concorrência. Vale notar que o critério de julgamento a ser utilizado é o de maior oferta por metro quadrado.

Em seguida, o artigo de jornal intitulado da Folha de São José do Rio Preto/junho de 2005 tece comentários e colhe depoimentos sobre o processo licitatório do edital mencionado anteriormente.

Outro documento rapidamente analisado é o plano de governo da atual administração municipal que, em sua página treze, menciona que o programa de minidistritos será retomado.

A revista *Conjuntura Econômica* de 2004, por sua vez, consiste num documento editado pela secretaria de planejamento e gestão estratégica da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. Nessa revista constam indicadores sobre os aspectos históricos, políticos e físico-territoriais do município. Constam também indicadores demográficos, de desenvolvimento social, de desenvolvimento econômico, indicadores financeiros, de infra-estrutura urbana, de esporte, de lazer e de cultura, além de indicadores referentes às instituições públicas.

Já os resultados do censo realizado pelo SEBRAE (2002) junto às empresas participantes do programa visou levantar os dados cadastrais da empresa, sua situação (formal/informal), o nome dos proprietários, os principais produtos/serviços comercializados, a atuação geográfica, o porte da empresa, as principais dificuldades encontradas, os dados do imóvel, a situação do lote, bem como saber se o programa de minidistritos, na percepção dos empresários, foi importante para o desenvolvimento de suas empresas.

Com relação ao encarte da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (ACIRP) intitulado Programa de Desenvolvimento da Região Norte, vale mencionar que ele descreve as necessidades da região-alvo, os objetivos, a justificativa e a relevância do programa, os parceiros e colaboradores, bem como as primeiras ações realizadas.

Por sua vez, a dissertação de Orlando José Bolçone, já mencionada na introdução deste trabalho, apresentou, em seu primeiro capítulo, uma ampla revisão teórica sobre o tema dos distritos industriais, destacando o termo *eficiência coletiva* como elemento-chave para a sua competitividade. No segundo capítulo, uma análise pormenorizada de diversas experiências de políticas públicas no mundo (Itália, Espanha, Japão, Comunidade Econômica Européia e em países em desenvolvimento). No capítulo três, essa dissertação – desenvolvida no campo da Economia e na área da História Econômica – abordou o histórico de políticas públicas de incentivo à descentralização industrial e política de habitação do estado de São Paulo. Em seu quarto capítulo, o autor fez uma revisão, em ordem cronológica, das políticas de incentivo à industrialização e urbanização no município de São José do Rio Preto para, então, descrever e analisar, no último capítulo, antes das conclusões, o programa de minidistritos industriais e de serviços: uma política pública de integração entre micro e pequenas empresas e moradias.

A matéria sobre os minidistritos contida na revista *Livre Mercado* de junho de 2002, com o título “Santo de Casa ainda faz milagre”, apresenta o histórico, bem como alguns dados

estatísticos do programa e sócio-econômicos de São José do Rio Preto, enaltece a auto-sustentabilidade da política pública em questão, comentando também o desempenho do município dentro do cenário paulista.

E, para finalizar, essa série de documentos e registros em arquivo, a publicação da Prefeitura sobre o Orçamento Participativo (OP) referente à prestação de contas do ano de 2003. Nesta publicação constam explicações de como funciona o OP, o destaque para a importância da participação da sociedade civil, a prestação de contas com a descrição das obras realizadas por região, os depoimentos dos conselheiros participantes do orçamento e as estatísticas sobre tal iniciativa governamental. Destaque-se também o programa de governo da administração municipal 2005-2008 que traz os minidistritos como uma de suas políticas de geração de emprego e renda.

As entrevistas, por sua vez, foram focais, ou seja, os respondentes foram abordados por um período curto de tempo que oscilou de trinta minutos a uma hora. Tal abordagem foi norteada pelo roteiro de questões constante no capítulo referente à descrição dos resultados. Em relação ao grupo dos empresários, três foram os entrevistados do minidistrito Edson Pupim, um do João Paulo II, dois do Solo Sagrado, dois do Ary Attab, dois do Centenário da Emancipação e dois do Tancredo Neves, totalizando doze empresários. Com exceção do minidistrito Tancredo Neves, todos os minidistritos abordados pertencem à região norte de São José do Rio Preto. Já com relação às lideranças de bairro, dois foram os líderes entrevistados nos bairros próximos ao minidistrito Tancredo Neves, uma líder nas proximidades do minidistrito João Paulo II, o presidente do Fórum de Associações de Bairro de São José do Rio Preto e mais cinco lideranças próximas aos minidistritos Solo Sagrado, Edson Pupim, Ary Attab e Centenário da Emancipação, uma delas ocupando atualmente o cargo de vereadora no município. Para finalizar as entrevistas, foram entrevistadas cinco pessoas da equipe técnico-gerencial do programa, incluídos nesse grupo o secretário de planejamento e gestão estratégica, idealizador dos minidistritos industriais e de serviços, mais um representante do SEBRAE, bem como mais um representante da ACIRP.

Por fim, em relação às fontes de evidência abordadas anteriormente, serão fontes de dados primários as entrevistas. Como fontes de dados secundários, a documentação e os registros em arquivo.

5. RESULTADOS

Seguem resultados decorrentes da análise da documentação e dos registros em arquivos, das entrevistas e da observação direta.

5.1. DOCUMENTAÇÃO E REGISTROS EM ARQUIVO

Da análise dos dossiês das empresas participantes do programa de minidistritos industriais e de serviços, pode-se deduzir pela seriedade do programa, pelo acompanhamento técnico e fiscalização dos empreendimentos, pela organização em torno do projeto, enfim, pela ausência de clientelismo. De tudo que está contido no apêndice 1, destaque-se a exigência de um plano de negócios, documento em que a empresa deve evidenciar seus objetivos para os doze meses seguintes, especificar seu nicho de atuação, seu mercado consumidor, concorrentes, além de esboçar um plano financeiro. Ainda neste apêndice, vale notar os critérios de pontuação que foram utilizados até a publicação do último edital de concorrência.

Da leitura da revista Conjuntura Econômica de 2004, editada pela SEMPLANGE da prefeitura municipal de São José do Rio Preto, a atitude relevante a ser observada é a preocupação de tal secretaria com a sistematização de informações e disponibilização de tais publicações nas principais bibliotecas da cidade. Tal revista pode ser considerada uma instituição da SEMPLANGE, dado que sua publicação ocorre há vários anos. Tal publicação revela também a preocupação dos responsáveis pela sua edição em possuir indicadores para a avaliação do “desempenho municipal”, inclusive do programa de minidistritos em termos de empresas participantes e de empregos gerados. Um dado interessante que a revista traz é que a população do município de São José do Rio Preto praticamente dobrou de 1980 a 2000, passando de 188.601 para 358.523 habitantes (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2004).

O censo realizado pelo SEBRAE em conjunto com a SEMPLANGE, demonstra uma parceria entre as instituições e, assim como a publicação da Conjuntura Econômica, um zelo com o levantamento de informações para o melhor planejamento do programa de minidistritos industriais e de serviços. As estatísticas apuradas constam no apêndice 2. Por esse censo, pode-se ter uma idéia da diversificação econômica que o programa proporcionou e da ampla aprovação do programa: quando da pergunta “o programa de minidistritos foi um diferencial

importante?”, quase 90% dos empresários responderam que sim. Outro ponto importante desse censo versa sobre as dificuldades de gestão encontradas por tais empresas.

Por sua vez, o encarte da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (ACIRP), intitulado Programa de Desenvolvimento da Região Norte, revela a principal iniciativa de um trabalho de indução da criação de capital social, estimulando a cooperação entre empresários e associações de bairro da região norte da cidade, SEBRAE e secretarias da prefeitura municipal. Importante notar, neste caso, que a iniciativa parte de uma associação de classe do município e não, do governo municipal.

O edital da última concorrência pública (no. 23/2005) para alienação de imóveis dos minidistritos vem revelar a segunda mudança nos critérios para aquisição de uma área dos minidistritos. Os critérios permanecem existindo, mas ao invés dos critérios utilizados anteriormente, passa a valer a maior oferta por metro quadrado. Tal edital, que teve o custo de dez reais por empresário interessado em participar da licitação, traz em seu conteúdo todo o histórico de leis municipais relacionadas ao programa de minidistritos bem como o *croqui* das áreas disponíveis, revelando grande transparência no processo.

Por sua vez, o artigo de da Folha de São José do Rio Preto/junho de 2004 mostra a publicidade que o programa tem no município. Pontos importantes a serem notados: a interlocução do órgão de comunicação com a prefeitura municipal foi realizada via secretaria de comunicação e a matéria dá destaque ao objetivo do programa: “a meta da aberta (sic) da concorrência é incentivar a geração de empregos na cidade com a abertura de novas empresas.”

Ainda na linha jornalística, a matéria sobre os minidistritos contida na revista Livre Mercado de junho de 2002, apresenta informações pertinentes. Segundo a reportagem,

[o programa dos minidistritos industriais e de serviços] livra o município de ser dependente de poucas cadeias produtivas e da volatilidade do capital estrangeiro”. A matéria frisa também que “agora [2002], os interessados em empreender só conseguem um lote após submeterem o plano de negócios à avaliação da comissão formada pelo SEBRAE, centro incubador de empresas, CIESP, centro de apoio ao pequeno empreendedor da universidade do norte paulista e técnicos da secretaria do planejamento.

Segue outro ponto importante:

o projeto de minidistritos foi criado em 1986, mas potencializado apenas nos últimos dois anos com alterações significativas que aceleraram a chegada de novos negócios. [...] A prefeitura também modificou os critérios para aquisição dos terrenos. Os lotes – com área máxima de 1,2 mil metros quadrados – não podem mais ser adquiridos por meio de licitação. A prática favorecia a especulação imobiliária e desviava o objetivo principal do projeto porque negociantes arrematavam os terrenos para vender com lucro.

Outro ponto a salientar: “o último estudo da secretaria de planejamento constata que 80% das atividades implantadas nos 13 minidistritos tornaram-se viáveis. O percentual animador é atribuído ao maior rigor na seleção e às orientações dos profissionais que formam a comissão julgadora”.

Em relação às receitas municipais, a matéria relata:

o mapa das receitas municipais ainda não contabiliza números pontuais sobre o impacto desses pequenos negócios nos cofres públicos. A prefeitura, no entanto, sabe que será difícil obter saltos significativos na arrecadação porque conhece as limitações de atividades nas quais a economia de escala e o valor agregado não são os principais componentes.

E, para finalizar este documento, vale salientar o trecho da revista que versa sobre o depoimento do secretário da SEMPLANGE:

“as negociações para atrair grandes corporações geralmente são complicadas e demoradas. Não dá para depender de apenas uma matriz econômica ou de poucas grandes empresas. Por isso, estimulamos a diversificação e o capital local” – conta o secretário de planejamento, Orlando José Bolçone. Para o executivo público, os empresários locais têm compromisso com a cidade e costumam pensar duas vezes antes de abandonar as origens rumo a outras paragens que acenam com benefícios fiscais, entre outras vantagens.

Na seqüência dos apêndices, registre-se aqui uma publicação da prefeitura sobre o orçamento participativo (OP) referente ao ano de 2003. Tal publicação trata-se de uma prestação de contas, ocasião em que a prefeitura relata as reivindicações atendidas. Uma declaração importante do documento é de autoria do prefeito municipal: “estamos prestando contas das demandas da população riopretense nas plenárias do OP: 70% das prioridades reivindicadas foram atendidas”.

Outro documento versa sobre a seção de “empregos e renda” do plano de governo do atual mandatário municipal, reeleito para a gestão 2005-2008. Em sua página treze, destaque-se: “o

programa de minidistritos será retomado. Trata-se de experiência já aprovada e exportada para outras cidades e estados brasileiros”.

Para finalizar, dois estudos que retratam o interesse demonstrado por pesquisadores e acadêmicos sobre tal política pública. O primeiro estudo trata-se da dissertação de Orlando José Bolçone (2001) já mencionada na introdução deste trabalho; o segundo, é o de Renato Cymbalista (2002) também já mencionado na descrição do objeto deste estudo de caso.

Na dissertação de Bolçone (2001), vale realçar duas citações. A primeira diz:

“[o programa] mostrou ainda que estes minidistritos não se constituíram em distritos industriais no seu conceito mais restrito (...), pois as micro e pequenas empresas participantes deste programa tiveram que desenvolver ações isoladas de sobrevivência empresarial, enquanto nos distritos industriais tradicionais busca-se sinergia e cooperação entre as empresas. [...]o trabalho realizado aponta a necessidade da criação de mecanismos que possibilitem às empresas participantes do programa terem acesso a novos mercados, a novas técnicas administrativas e de marketing, programas que dêem condições de interação entre as diversas empresas participantes.” (BOLÇONE, 2001, p. 182).

Já a segunda, afirma que:

[o programa] tinha como objetivo também (...) [a] eliminação dos gastos com aluguéis das famílias beneficiadas e redução do tempo de deslocamento com transporte e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida. (...) Os objetivos sociais [do programa] visavam propiciar à população de baixa renda um aumento de seus recursos obtidos pela diminuição de seus gastos com transporte. Com a aproximação do local de trabalho à moradia não seria necessário o deslocamento do trabalhador via transporte coletivo. (...) Um dos aspectos positivos do programa era também propiciar um aumento do tempo disponível do trabalhador para convívio com sua família, pois o deslocamento do trabalho até sua moradia, que antes durava cerca de 40 minutos, poderia ser reduzido para menos de 15 minutos. A proximidade entre a residência e o trabalho também permitiria que o trabalhador pudesse melhorar sua alimentação e a sociabilidade, ao tomar suas refeições junto da família (BOLÇONE, 2001, P. 130).

Em seu estudo, Cymbalista buscou fazer uma análise do programa de minidistritos. Realce-se aqui quatro citações importantes para o presente estudo. Segue a primeira:

“O aparente sucesso do programa de minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto deve-se à alta capacidade empreendedora da população local e a uma alta disponibilidade de terras aptas a serem urbanizadas contíguas à mancha urbana”. (CYMBALISTA, 2000, p. 147).

A segunda:

As condições-chave para o sucesso do programa dos minidistritos, desde sua implantação até sua continuidade nos dias atuais, foram construídas pelo poder público. As eventuais transições partidárias no poder não provocaram grandes rupturas em relação às políticas praticadas. Em geral, há um alto grau de continuidade administrativa no município. Existem poucos cargos de confiança na gestão pública, e o secretariado é quase sempre escolhido dentro dos quadros de carreira. Atualmente, entre os vinte técnicos da SEMPLANGE, existe um secretário e três ex-secretários, todos envolvidos de alguma forma com o programa de minidistritos. Mais do que deste ou daquele técnico, tal política pública é um projeto da equipe, levado adiante por quem quer que esteja no comando. [...] Assim, a operacionalização do programa de minidistritos industriais e de serviços possui um significado de prioridade de governo, historicamente preservada e reafirmada, em quadro de baixa ruptura político-administrativa. Além disso, volte-se a frisar, o município teve, muito a seu favor, uma alta disponibilidade de terras em todas as regiões de expansão da cidade, a preços relativamente baixos (CYMBALISTA, 2000, p. 147).

A terceira:

Dentre as decisões políticas que a prefeitura tem tomado, pode-se citar a tolerância à informalidade dos empreendimentos em seus estágios iniciais, compreendendo-a como uma necessidade antes de os empreendimentos se regularizarem. Do ponto de vista regulatório, destaque-se o empenho do poder público na produção de leis que viabilizem o projeto. As leis de Zoneamento e Parcelamento criaram as condições de a prefeitura possuir um banco de terras e atuar como agente importante no mercado imobiliário, até a regulamentação dos minidistritos em lei (CYMBALISTA, 2000, p. 148).

E, por fim, a quarta:

Entre as limitações do programa até aqui, pode-se dizer que uma delas é a de que esse tipo de apoio ao empreendedorismo local é suficiente apenas para prevenir a queda de partes expressivas da população abaixo da linha de pobreza. Por outro lado, se o foco for voltado para o desenvolvimento como meio de atingir a coesão urbana e social, os resultados da experiência de São José do Rio Preto são bastante claros. Excepcionalmente, a (pouca) riqueza produzida por essa experiência não parece estar gerando uma sombra de exclusão social e precariedade urbanística à sua volta (CYMBALISTA, 2000, p. 149).

Uma vez descritos os resultados da documentação e dos registros em arquivo, seguem os resultados das entrevistas.

5.2. ENTREVISTAS

Para a sistematização dos resultados das entrevistas, constam, na seqüência, as perguntas do roteiro de entrevista e as correspondentes respostas dos empresários, lideranças de bairro, equipe técnico-gerencial responsável pelo programa de minidistritos industriais e de serviços e outras lideranças, neste trabalho, representadas por um membro da agência do SEBRAE de São José do Rio Preto e por um diretor da ACIRP. As respostas realçadas foram consideradas as de maior representatividade.

1. Quais são os espaços institucionais que o programa de minidistritos proporciona à participação popular?

Quando submetidos a essa questão, a maioria dos empresários respondeu que esse espaço não existia. Duas respostas que se diferenciaram das demais foram: “até tem, mas eu não participo” e “alguma coisa nesse sentido existe, mas não acho que seja ainda suficiente”.

Com relação às lideranças de bairro, as respostas foram mais diversas. Na maioria dos casos, a tendência da resposta foi “não”. Duas lideranças deram como resposta a essa pergunta a existência da plenária do orçamento participativo (OP). Seguem respostas que se diferenciaram mais: “não que eu saiba!”, “o único conselho que a gente conhece [...] é do (sic) conselho do postinho de saúde”, “pode até ter, mas eu não conheço”.

Já a equipe técnico-gerencial do programa respondeu que não. Vale destacar as seguintes ressalvas: “não houve uma participação do conselho, agora esse canal de participação direta, embora não tivesse esse conselho, sempre houve esse fluxo porque permanentemente todas as vezes que nós buscamos divulgar nossos procedimentos ou mesmo fazer a avaliação do programa, nós sempre buscamos reunir diretamente com esse pessoal”, “é direto com eles” e “embora [...] nós não tenhamos reuniões informais e nem uma instituição formada a secretaria é um pólo de, um local de encontro e de troca de informações”.

Com relação às entrevistas de SEBRAE e ACIRP, as respostas foram não, mas confirmaram a existência de uma comissão de apoio técnico ao programa de minidistritos. Destaquem-se duas afirmações sobre a comissão: “existe, mas não é significativa” e “os minidistritos estão hoje (sic) sendo administrados pela prefeitura, é ela que administra, controla e a associação entra como parceira, assim como a FIESP, CIESP, SEBRAE também [...]. olha, ela [a prefeitura] incentivou a formação dos minidistritos, ela não tem assim interferido na formação de grupos, nada nesse sentido, ela tem procurado colaborar, oferecendo a estrutura dela, dando apoio, criar infra-estrutura também, abrir condições para que essas áreas possam ser ocupadas, é nesse sentido que a prefeitura tem entrado.”

2. Quais são os direitos legais dos cidadãos que o programa objetiva resguardar?

As respostas dos empresários para essa pergunta foram bastante diversas. A minoria respondeu que não sabia, mas em sua maioria, prevaleceram respostas tais como “direito para construir”, “pra gente crescer”, “ele foi criado pra comércio”, “era para você expandir, expandir seu negócio”, “pro lado do social, do funcionário, [...] onde tem população de trabalhador”.

Em relação às lideranças de bairro, as respostas, em geral, foram em direção do direito ao emprego. Algumas respostas mais peculiares foram: “o próprio bem estar”, “pra ter uma qualidade de vida melhor eu acho” , “o que ele traz em prol são os empregos para os moradores aqui do bairro”.

A resposta da equipe técnico-gerencial desse programa tendeu para o direito ao emprego e à oportunidade de o empresário realizar o sonho de possuir o próprio empreendimento. Vale mencionar uma resposta que destoou um pouco das demais: “o interesse maior foi [...] que essas empresas ficassem próximas aos lares dessas pessoas que fossem trabalhar”.

Por fim, a resposta dos representantes do SEBRAE e da ACIRP foram: “geram empregos” e “o minidistrito oferece lotes mais baratos, [...] simplesmente, acredito, em facilitar o empresário a ter sua sede própria”.

3. Para a conscientização dos cidadãos, há um trabalho de divulgação dos objetivos, dos resultados e dos direitos que o programa busca atender?

As respostas dos empresários a essa pergunta divergiram, predominando o “não”. Seguem algumas considerações dos empresários a respeito disso: “não, nunca me chamaram para isso”, “que eu saiba não”, “não, nem tem divulgação”, “eu acho que não”, “olha, eu não tenho acesso a isso”, “isso aí eu não tenho que falar muito. A gente trabalha a torto e direito aqui, [...] não tem jeito de você ficar sabendo muita coisa”, “eu não me lembro de ter visto isso, não”, “bastante”, “creio que sim, né? Para nós aqui é bem divulgado, tudo deu certo aqui, né?”.

Com relação às lideranças de bairro, as respostas a essa pergunta foram diversificadas, mas o “não” predominou sobre o “sim”. Seguem as constatações principais: “através do jornal, sim”, “eu acredito que esse programa que tem é divulgado em torno de interesse político”, “fazendo já está divulgando”, “não, pelo meu conhecimento”, “as pessoas sabem que existe, que o programa está lá, mas não é feita nenhuma divulgação”.

Por sua vez, a equipe técnico-gerencial respondeu que sim. Faz-se importante frisar as seguintes respostas: “[tal conscientização] se dá nos próprios instrumentos que o programa tem”, “olha [...] a gente sempre trabalhou muito transparente aqui [...] e, quando os empresários vão pegar área, a gente já define já dá tudo o que ele tem que cumprir” e “eu diria que é um papel fundamental é da imprensa daí nem se faz necessário você ter uma formalização, fazer jornalzinho, não vejo essa necessidade”.

Para essa questão, SEBRAE E ACIRP forneceram as seguintes respostas: “Bom, os resultados hoje eu não sei te falar porque faz um tempo que eu não tenho contato com eles, especificamente neste projeto de empreendedores” e “parcialmente é feito sim... a prefeitura não interfere tanto nesse sentido, ela cria condições e deixa que cada um depois explore o seu trabalho”.

4.O governo municipal está aberto a críticas e sugestões dos cidadãos para a melhoria de tal política pública?

Em relação aos empresários, novamente, aparecem respostas divergentes. A maioria delas pode ser enquadrada como “não sei”. Destaquem-se as seguintes respostas: “[em] algumas partes, sim”, “nada, [...] não vi evolução nenhuma em nenhum deles”, “não, ninguém é reconhecido, não”, “então, só umas idéias que eu passei, eu não sei se foram acatadas”, “eu acho que tá (sic). [...] Pelo menos, o que eu procurei lá, eu fui muito bem atendido”, “olha, eu não sei te dizer”, “tudo o que a gente precisou até agora, excelente. O atendimento [é] ótimo, [...] nada que reclamar”, “o que você leva para ele [o secretário], ele acolhe, orienta”.

Já em relação às lideranças de bairro, novamente, foram levantadas diferentes respostas. A maioria respondeu que sim e/ou não soube responder, restando apenas uma liderança a responder que não. Seguem as principais respostas: “olha, eu creio que sim”, “isso aí tem sempre abertura”, “olha, eu vou dizer que estão, mas realmente não sei se a gente procurar

eles vão estar abertos”, “é difícil falar da prefeitura”, “não sei se eles estão abertos ou não, eu acho que não tem diálogo, é só na pressão”, “não, não está aberto”.

Para essa questão, a equipe técnico-gerencial respondeu que sim. Com destaque, as seguintes afirmações: “sim, sempre. Nós sempre colocamos muito claro pra eles que eles são os nossos melhores fiscais e que, a partir desta participação no processo de fiscalização, é que muitas atitudes foram tomadas”, “sempre abertos, [...] desde que venha somar, sim”,

Por fim, as respostas de SEBRAE e ACIRP sobre tal pergunta tenderam ao sim. Vale citar o seguinte trecho: “Está... está aberta, ela ouviu, falamos sobre o comitê de capacitação, tanto que eles fizeram uma convocação, informando que os empresários teriam que passar por um treinamento (aprender a empreender), para receber o certificado e, então, receber o terreno”.

5.O programa dos minidistritos oferece um trabalho de educação para a cidadania aos munícipes a fim de ampliar seu poder de crítica sobre as políticas públicas municipais e, assim, aumentar a fiscalização?

Em suas respostas, novamente, os empresários posicionaram-se de maneira bastante diversa, distribuindo-se, entre o “sim”, o “não” e, predominantemente, o “não sei”. Vale realçar alguns comentários tais como: “não, nunca vi nada nesse sentido”, “não tem, não. [...] Não tem programação”, “eu acredito que sim, o programa em si vai bem, né?”, “é o tal negócio, a gente fica tanto conversando, o tempo é curto”, “não tenho acesso”, “olha, nunca fiquei sabendo dessa coisa”, “eles pedem, mas os empresários vão tratar de cuidar do seu próprio negócio”, “ah, sim. A [prefeitura] sempre tá (sic) passando aqui [...] e pergunta se tá (sic) tudo certinho”.

Em relação às lideranças de bairro, predominaram as respostas “não” e “não sei”. Destaquem-se: “isso eu não tenho como dizer, porque eu não sei os detalhes”, “olha, esse programa dos minidistritos não passou nas mãos da gente, então, eu não sei como ele funciona”, “não. [...]. É uma falta muito grande, poderia ter sim, mesmo porque iria ajudar essas pessoas se elas se interessassem mais (sic), essas pessoas estão muito desligadas, estão deixando tudo acontecer, não buscam os direitos”, “não conheço”, “não houve e não está tendo”.

Já a equipe técnico-gerencial do programa respondeu que esse trabalho não é realizado. Seguem algumas ressalvas: “ela é feita por forma, uma formatação dessa cultura que formou. [...] Como as reuniões [e] os contatos são feitos sempre em grupo, a distribuição das vagas é feita em grupo, com escolha, com classificação [...] nesse caso [...] passa a ocorrer uma fiscalização entre eles mesmos”, “Não, nós não temos esse trabalho. [...]a gente libera área, então, a empresa cumpriu o cronograma tudo certinho.... não ficamos aí a vida inteira controlando as empresas”, “não ... a nível direto não, embora esse seja um dos objetivos que a gente tem”.

A resposta de SEBRAE E ACIRP foi não. Destaquem-se as respostas “ninguém fiscaliza ninguém, se cada um fiscalizasse a si mesmo seria bem melhor, não haveria a necessidade de fiscalizar os outros” e “não, não tem... essa atividade fica mais dentro da secretaria de desenvolvimento econômico da cidade... a população de modo geral não tem como fazer isso, porque ela está na busca realmente de poder se colocar, trabalhar, e não tem meios para fazer isso”.

6.Os critérios de seleção das empresas a serem instaladas são claros e do conhecimento de todos?

Para essa pergunta, os empresários responderam, predominantemente, sim. Seguem suas considerações a respeito: “eu acho que são sim, bem tranquilo”, “foi sim, foi muito claro”, “perfeitamente, isso aqui em Rio Preto, foi feito um programa muito sério”, “foram, [...]logo que abrimos a prefeitura veio, fiscalizaram se o que foi pedido foi feito”, “não, [...] não sei, acho que hoje também, mas, na época, era um pouco mais rigoroso do que é hoje, porque tinha que passar pela Câmara”, “não, eu não tenho acesso direito”, “não, acho que é fila”.

Em relação às lideranças de bairro, novamente, predominaram as respostas “não” e “não sei”. Destaquem-se: “Não, do conhecimento de alguns”, “não, essa clareza, eu acho assim, a gente teria que estar divulgando”, “não, [...] a gente não fica sabendo de nada, o conhecimento que tenho é o seguinte: hoje a maioria dessas empresas também trabalha com dificuldades”, “olha, não posso te responder não, porque [...] com as empresas nós vamos começar os trabalhos agora”, “o critério foi por sorteio”, “geralmente isso daí é feito entre a prefeitura e a empresa em si, [...] isso aí é uma coisa interna deles que a população não tem conhecimento”, “eu acho que tinha que ter uma avaliação melhor”.

Já a equipe técnico-gerencial respondeu “sim” a essa pergunta. Destaca-se a afirmação: “Foram. Sempre foi feito de uma forma muito transparente, nós, nesses anos todos, nunca tivemos questionamentos a nível de (sic) processo de seleção dos minidistritos. Nem questionamento de promotor, de vereador, nunca. [...] Tem na internet, [para] toda seleção [...] é previamente publicado um edital, onde (sic) divulga a pontuação de todo mundo. Os vereadores quando fazem algum questionamento, a gente informa, manda todo o processo, nunca houve questionamento”.

SEBRAE e ACIRP responderam sim a essa pergunta. “Bom, todo mundo já sabe que tem que passar pela prefeitura desde o início, quando for fazer a solicitação de área, a prefeitura já tem uma série de questões aí que o empresário tem que estar em órbita para ter acesso [...]. [...] primeiro ele tem que se organizar para depois poder pleitear uma área maior [...] com o subsídio da prefeitura... como isso é um projeto antigo aqui de Rio Preto, então, esses critérios já são de conhecimento de grande parte dos empresários e até da população”. Outra resposta foi: “acredito que sim, pois se um empresário chega lá, é explicado que é assim e assim que funciona, então é preenchido o questionário para ser avaliado, depois é feita a visita, e é assim para todos”.

7. Para você, a equipe técnico-gerencial do programa é efetiva no atendimento dos seus objetivos?

Os empresários foram unânimes ao responder “sim” a essa questão. Algumas considerações: “São. São pessoas dedicadas”, “eles são atuantes, trabalham”, “o pessoal é muito bom... o pessoal que trabalha no planejamento te (sic) dá total apoio para o que precisar...”, “eu acredito que sim, principalmente, aqui em Rio Preto, eles correm muito atrás de que o minidistrito funcione”, “chegaram sim ao objetivo que eles queriam, foi muito emprego, muitas empresas abriu (sic) aqui, né?”, “eu creio que sim, [...] é muito competente e muito atenciosa, [...] eles trabalham sempre dando atenção, priorizando o pessoal do minidistrito, né?”, “é a maior boa vontade do mundo, lá”, “é, sim. Qualquer hora que você chegar tá (sic) tudo prontinho”, “atingiu sim, porque ninguém dava nada aqui perto”.

Em relação às lideranças de bairro, a maioria respondeu a essa pergunta “sim” e/ou “que não conhece a equipe”. Seguem alguns comentários: “acho que sim, [...] não conheço, ouço comentários de que o trabalho deles é significativo, que é bom”, “atinge, porque desde que eu

conheço o trabalho dele [do secretário], ele leva muito a sério”, “eu acho que sim, [...] eles têm uma visão boa, eles têm apertado bastante”, “deixa a desejar”, “olha, vamos dizer que ouvi várias [...] reclamações, [...] pessoas que são mais ligadas, que comentam as coisas que não são positivas sobre o secretário. Agora, eu mesmo não posso falar nada”, “não conheço, [...] porque eu não participo de nada lá”, “não conheço a equipe”.

Numa resposta ao seu próprio desempenho, a equipe técnico-gerencial do programa se aprovou. Merecem ser enaltecidas as seguintes respostas: “sim. São porque primeiro o histórico, segundo não tem questionamento, nunca tivemos questionamentos” e “pra ter uma equipe pequena, as pessoas tem que sempre procurar desenvolver a capacidade. Todas aqui são gerentes independentes da denominação do cargo [...], todo mundo aqui é responsável por alguma coisa. Outro aspecto fundamental: a pessoa tem que sentir orgulho de trabalhar, é normal que todos dêem entrevistas, [...] elas têm um nome da comunidade e elas têm autorização. [...]Então, eu acho que isso é um aspecto fundamental, então ela fica, ela é integrada, todo mundo se sente responsável por todas as atividades”.

Por fim, com relação a essa pergunta, os representantes do SEBRAE e da ACIRP responderam que sim. Vale mencionar: “dentro da possibilidade deles, eles têm feito de tudo para poder desenvolver esse trabalho, sem dúvida nenhuma...”e “Acho que sim [...] pelo menos o seguinte, ela tem um conhecimento muito grande [...]. Acho que a equipe técnica é boa”.

8. Qual a sua opinião sobre o fato de o programa de minidistritos integrar as políticas habitacionais e as de emprego e renda?

Tal pergunta foi realizada somente para o grupo dos empresários e lideranças de bairro. Em geral, todos foram unânimes em afirmar que tal estratégia trouxe benefícios a todos.

Em relação aos empresários, vale destacar as seguintes afirmações: “Ah, era bom. Não tinha vale transporte, ninguém chegava atrasado, ninguém quebrava a moto pra chegar no serviço ou perdia ônibus, cê tá sempre transitando quando a empresa tá fechada, passa a tarde e vê um moleque ‘ou, o que você tá mexendo aí?’, ‘uai, que é que você quer?’ , ‘eu trabalho aqui’, não é? Coisa assim, né? Tudo vai formando aquela engrenagem”, “são muito poucos os funcionários que são de fora, [...] geralmente a mão-de-obra braçal é tudo daqui do bairro. As

peessoas não chegam atrasadas, as pessoas comem a comidinha quente, não precisa trazer marmitta, despesas de ônibus que não tem né, nem pra empresa nem pros funcionários”, “em relação ao bairro, pra fim, facilita bastante morar a dois quarteirões da empresa. Eu tenho dois carros, um para entrega e outro para mim (sic) andar. Às vezes, fico sem carro, venho a pé. Eu tenho dois filhos já moço comigo que me ajudam bastante”, “muitos funcionários meus da época, todos eles já construíram ali, e reside ali, e hoje são proprietários de sua casinha, né? Já se estabilizou ali, hoje os caras são ‘pé no chão’, [...] então, o planejamento inicial foi muito bom, a idéia foi muito boa”.

Em relação às lideranças de bairro, valem ser destacadas as seguintes afirmações: “eu acho bom, [...] porque esse valor é uma conta que vai ter habitação e empresa, [...] é uma coisa duradoura, porque o empresário [...] tem o interesse dele de crescer a empresa e, crescendo a empresa, vai gerar emprego ali”, “eu acho que diminuiu um pouco o sofrimento dos mais pobre, porque ao invés de ele sair longe de casa – ele não tem dinheiro para ônibus – ele já tem oportunidade ali perto pra procurar emprego”, “olha, eu acho muito bom, porque a empresa dá trabalho para o pessoal do bairro, e aí o pessoal não precisa gastar com ônibus, passes, [...] não perde hora”.

9. Há algum tipo de parceria entre empresários nesse minidistrito (por exemplo, uma rede de compras, uma reunião semanal para troca de informações etc.)?

Tal pergunta foi realizada somente para o grupo dos empresários. Unanimemente, a resposta foi “não”. Destaque-se: “cada um por si”, “eu acho que tinha que ser criado uma cooperativa onde fizesse (sic) uma reunião onde orientasse melhor e ajudasse porque nem todo profissional, toda pessoa que vai abrir uma indústria, [...] ele é uma pessoa que vai argumentar, né? [...] Com certeza, precisava, né? Para comprar, né?”, “é conversa informal que a gente tem, que tem contato”, “se a sentar, conversar, discutir o que poderia melhorar, seria bom”, “não, aqui é cada um por si e Deus por todos”, “a gente tem um grupo, por exemplo, os mecânicos, que se reúnem de vez em quando para trocar idéias, informações. Agora, em questão dos empresários, ai não”, “combinamos uma vez de fazer um ‘churrasquinho’ a cada quinze dias, mas não deu certo”, “não, tivemos algumas reuniões na associação do distrital Norte, mas essa, ultimamente, tá (sic) meio devagar”, “não é marcado uma reunião. Às vezes, a gente pára com uma turminha aqui, né, tá (sic) conversando um ali,

[...] e a gente acaba discutindo: ‘ó, tá (sic) faltando união entre nós aqui para destacar nosso minidistrito’..

10.Há algum tipo de parceria entre os empresários e a associação de bairro mais próxima deste minidistrito?

Tal pergunta foi realizada somente para o grupo dos empresários e das lideranças de bairro. Em geral, as respostas tendem ao “não” e/ou apenas iniciativas pontuais, informais, não institucionalizadas. Seguem algumas constatações dos empresários: “eu tô (sic) dando o meu emprego, eu não tenho problema. Se fala muito que o Solo Sagrado tem bandido, [...] cê tá (sic) aqui trabalhando, dando emprego, você tá fazendo a sua parte”, “não, não tem. Isso ainda está meio distante... sei lá, fica meio complicado, tem muita gente que tem defeito...[...] que seja um trabalho social, tem muita gente que leva pelo lado da religião”.

Já, do ponto de vista dos líderes de bairro, destaque-se as seguintes afirmações: “não, ainda não. Estamos tentando sim essas parcerias porque aqui nós estamos há 10 meses. [...] É um aluguel que estou arcando, só a partir de agora, vamos buscar qualquer tipo de ajuda”, “associações sérias não tem apoio. [a maioria delas] são criadas por objetivos políticos”, “a gente tem lojas aqui embaixo que já fez tudo pela associação e que hoje já não faz mais. Hoje você liga pedindo: ‘vamos fazer um trabalho para o dia das crianças, uma festa’, a primeira coisas que eles fazem: ‘não vamos ajudar, não. A cota de vocês já venceu’”, “olha, essas reuniões com empresários, a gente nunca foi convidado, a gente procurou algumas vezes duas, três empresas e a gente não tem nem local pra receber esse pessoal, então fica difícil”, “eu tinha um bom relacionamento com os empresários ali, inclusive festas, festas juninas, em campanhas para ajudar pessoas carentes, eles colaboravam, né![...] Mas era informal.”

11.Como é a participação dos moradores do bairro?

Tal pergunta foi realizada somente para o grupo das lideranças de bairro. Em geral, a resposta foi no sentido de que o nível de participação é muito baixo. Destaque-se as seguintes respostas: “pelo número da população (sic), a participação é baixíssima. Então, a gente vive pedindo participação, mas eles dizem: ‘o que vocês fizerem, tá (sic) bom’”, “baixo, [...]mesmo porque iria ajudar essas pessoas se elas se interessassem mais, essas pessoas estão muito desligadas, estão deixando tudo acontecer, não buscam os direitos”, “as pessoas que

vivem nesse bairro, elas não tem tempo, não têm condições de ter, assim, esse pensamento”, “é uma decepção! É isso: eles vêm, trazem as queixas, as reclamações, eu vou, pergunto, convoco uma reunião, trago uma equipe daquilo que eles estão reclamando e convoco eles (sic): olha, vai ser em tal dia... não aparece ninguém”.

5.3. OBSERVAÇÃO DIRETA

Neste item, serão descritos fatos observados pelo pesquisador, seja através de sua interação com os entrevistados em função da atividade de pesquisa, seja da observação propriamente dita. A maioria das observações advém, principalmente, da convivência do pesquisador com a equipe da secretaria do planejamento e gestão estratégica de São José do Rio Preto, restando menos observações em relação aos empresários e lideranças de bairro.

Com relação à equipe técnico-gerencial do programa de minidistritos industriais e de serviços, vale destacar o clima de confiança entre seus membros, o entusiasmo e a admiração da equipe pela liderança do secretário de planejamento.

Um ponto forte do secretário reside em sua capacidade de delegar muitas decisões e na condução da aprendizagem em equipe. Isso ficou muito claro quando o pesquisador havia agendado uma reunião com o secretário e, na sua ausência, os demais membros da equipe o atenderam pronta e eficientemente.

Outra característica do secretário é sua permanente busca pelo conhecimento: reserva todas as segundas pela manhã para as aulas de seu doutorado numa faculdade do município, é professor universitário, participa de encontros regionais, nacionais e internacionais e, em suas conversas com o pesquisador, demonstrou muito apreço pelo presente trabalho, dando total abertura para a realização da pesquisa, uma vez que ela resultará num conhecimento a ser analisado e, talvez, incorporado posteriormente à política pública analisada.

Outro ponto interessante é a complementaridade da equipe. No atendimento ao público, encontram-se duas atendentes mais extrovertidas, enquanto que na informática, uma funcionária mais introvertida. A harmonia da equipe aparece no bom entrosamento, muito facilitado também pela baixa rotatividade de funcionários na secretaria de planejamento e

gestão estratégica. A preocupação em resolver um problema, se possível, no momento em que ele foi levantado, trata-se de outro ponto relevante.

Em tal secretaria, nota-se a fluidez do trabalho e um tempo livre para descontração. Os recursos do “cafezinho” destinado aos funcionários é rateado igualmente entre todos, inclusive pelo secretário. Outro comportamento observado pelo pesquisador foi o de “portas abertas”. Muitas vezes, ele foi convidado a aguardar presenciando reuniões do interesse do município.

Especificamente com relação à informática, é importante mencionar que há um sistema de informação gerencial destinado exclusivamente para manter o cadastro das empresas atualizado. Além disso, a mesma funcionária é a grande responsável pela organização dos dados estatísticos da revista Conjuntura Econômica, uma publicação anual da secretaria com uma tiragem média de mil exemplares e destinada às bibliotecas e associações de classe municipais. Um exemplar dessa revista foi fornecido “espontaneamente” ao pesquisador.

Outro ponto a ser salientado da equipe é o domínio, a perícia, o conhecimento apurado e os cuidados ético-legais demonstrados com o programa. Em suas observações, o pesquisador pôde notar a ausência do “jeitinho” e a clareza na prestação de informações aos empresários e aos interessados em participar do programa. Outro fato que deve ser trazido à tona, foi quando do momento da análise dos dossiês das empresas participantes do programa por este pesquisador. Foi solicitada à equipe cópia de alguns dossiês para posterior análise, sendo que a providência tomada foi a de consultar o setor jurídico da prefeitura sobre tal possibilidade. Chegada à conclusão da impossibilidade jurídica de tal ato ser realizado, a equipe não hesitou em ser franca com o pesquisador, disponibilizando os dossiês para consulta no local.

Em certa ocasião, o pesquisador precisou de uma relação de endereços e telefones de uma outra secretaria da prefeitura municipal. Ao chegar em tal secretaria, ficou nítido o número muito maior de funcionários, bem como a ociosidade de muitos, fato que não ocorre na secretaria do planejamento que conta com uma equipe enxuta.

No relacionamento da secretaria do planejamento e de gestão estratégica com as demais, um fato que chamou a atenção foi a insatisfação de uma funcionária da equipe técnico-gerencial

do programa de minidistritos com a demora no despacho de um documento pendente em outra secretaria.

Na relação entre equipe técnico-gerencial e os empresários participantes do programa, ficaram bem nítidos o respeito e a admiração dos empresários participantes do programa e de seus familiares pela funcionária responsável pelo atendimento das empresas no quarto andar da prefeitura. Tal funcionária foi muito solícita em relação ao pesquisador, guiando-o pela periferia da cidade, apresentando-o aos empresários e explicando o motivo e a importância do presente trabalho.

Nessa relação, vale notar também a dificuldade dos empresários em compreender o edital de concorrência de 2005, expressada em muitos telefonemas à equipe técnica.

Outro fato foi um telefonema de uma outra funcionária a um empresário participante do programa. Tal funcionária, em âmbito privado, contratou um serviço da referida empresa e ficou muito insatisfeita, mas, por isso, não deixou de ligar para o empresário para um comunicado do programa. Na ocasião, ela realizou as duas coisas ao mesmo tempo: reclamou do mau serviço prestado e realizou o comunicado.

Com relação ao relacionamento entre tal equipe e as lideranças de bairro, não houve nenhuma observação a respeito.

Com relação às lideranças de bairro e aos empresários, ficou patente a dificuldade em agendar as entrevistas. Entretanto, quando solicitados espontaneamente, a receptividade e a hospitalidade foi evidente. Poucos empresários e líderes de bairro solicitaram cópia deste trabalho. O pesquisador forneceu os números de seus telefones e endereço eletrônico para os respondentes. Uma liderança de bairro e um empresário enviaram solicitação de recebimento de uma cópia do trabalho. O empresário, por exemplo, comunicou-se através do endereço da filha, uma vez que ele não tinha conhecimentos de informática.

A maioria das entrevistas foi realizada concomitantemente com outras tarefas de empresários e líderes. Alguns exemplos: uma líder de bairro que concedeu a entrevista ao mesmo tempo em que cuidava do filho; outro líder, ao mesmo instante em que atendia o balcão de seu bar; um empresário que participava de uma negociação no mesmo momento. Neste último caso,

vale mencionar que tal negociação envolvia as opções com nota fiscal, sem nota fiscal ou com “meia nota”.

Importante notar também que nenhum contato entre empresários pertencentes ao mesmo minidistrito foi notado, bem como nenhum contato entre moradores e empresários.

Outro ponto a ser observado foi o interesse que o responsável pela transcrição das entrevistas, um jornalista local, mostrou pelo trabalho, justificando que o programa de minidistritos nunca tivera sido analisado sob o ponto de vista aqui proposto.

Em relação à projeção do programa dos minidistritos, durante a realização dessa dissertação registre-se que a agência do SEBRAE de Bauru quis saber mais sobre tal política pública, representantes do município de Anápolis/GO também, além de bolivianos.

Merece atenção também o alto número de igrejas encontrado nos minidistritos Ary Attab e Solo Sagrado, ao longo da avenida Mirassolândia.

Em relação à redação do plano de negócios, até então indispensável para o pleito de um terreno nos minidistritos, muitos empresários deixam isso a cargo de um contador. No plano interno da empresa, esse plano de negócios, na maioria das vezes, não é utilizado como uma ferramenta gerencial.

Na relação SEBRAE/SEMPLANGE vale notar uma diferença com relação ao relacionamento com os empresários. O SEBRAE tem um foco na capacitação dos pequenos empresários, através de cursos de fluxo de caixa, plano de marketing, plano de negócios etc. A SEMPLANGE, por sua vez, defende que a obrigação de uma carga excessiva de capacitação pelo empreendedor, mesmo antes do início da empresa, pode fazê-lo desanimar e desistir do negócio.

Nas falas de empresários e moradores de bairro, não foram raras expressões tais como “a prefeitura me cedeu a área”, “quando eu ganhei essa área”, “ah, eles são muito bons para mim”, “quando eu pedi para o prefeito...” etc. Também quando perguntados sobre a fiscalização do programa de minidistritos, todas as respostas foram no sentido de a prefeitura

fiscalizar o cumprimento das obrigações pela empresa, nunca no sentido de a os empresários e cidadãos fiscalizarem o cumprimento das obrigações pela prefeitura.

Vale notar também que muitos empresários não são nascidos em São José do Rio Preto. A maioria dos entrevistados são provenientes de outros municípios do estado de São Paulo e até de outros estados da federação.

Por finalizar este capítulo, é importante destacar o grande número de associações de bairro existentes em São José do Rio Preto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, seguem abaixo a discussão do trabalho, as conclusões bem como suas limitações e sugestões para os próximos trabalhos.

6.1. DISCUSSÃO

Nessa discussão, buscou-se analisar as informações obtidas nas fontes de evidência disponíveis para, enfim, fornecer respostas às perguntas deste estudo de caso. Com esse objetivo, segue a análise da indução da formação do capital social pelo programa de minidistritos, separada nos diferentes tipos e dimensões a que se refere o marco teórico.

6.1.2. DIMENSÃO “ENRAIZAMENTO”

Segue análise da indução pelo programa de minidistritos da formação do capital social: institucional entre SEMPLANGE e empresários; institucional entre SEMPLANGE e moradores dos bairros próximos aos minidistritos; comunitário entre os empresários participantes do programa; comunitário entre os moradores dos bairros próximos aos minidistritos; extra-comunitário entre empresários e moradores dos bairros próximos aos minidistritos.

A. CAPITAL SOCIAL INSTITUCIONAL ENTRE SEMPLANGE E EMPRESÁRIOS

Em se tratando do capital social institucional entre SEMPLANGE e empresários na dimensão “enraizamento”, vale dizer que o programa de minidistritos obteve resultados na indução da formação deste tipo de capital social. As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são:

- censo das empresas participantes do programa realizado, um exemplo de parceria existente entre SEMPLANGE e SEBRAE;
- a primeira citação referente à matéria da revista Livre Mercado que salienta a existência da comissão de apoio técnico ao programa de minidistritos formada por SEBRAE, centro incubador de empresas, CIESP, centro de apoio ao pequeno empreendedor da universidade do norte paulista e técnicos da SEMPLANGE;

- o último trecho referente à matéria da revista Livre Mercado que traz a declaração de Orlando José Bolçone, afirmando que os empresários locais, que são o foco do programa, têm compromisso com a cidade e costumam pensar duas vezes antes de abandoná-la;
- a segunda citação de CYMBALISTA (2002), salientando a continuidade administrativa, a presença, entre os técnicos da SEMPLANGE, de um secretário e três ex-secretários, todos envolvidos de alguma forma com o projeto e que tal política pública, de quase 20 anos de idade, é um projeto de equipe, sendo levado adiante por quem quer que esteja no comando da SEMPLANGE. Tal citação, em se tratando da dimensão “enraizamento”, é importante para caracterizar também os demais tipos de capital social;
- as respostas à segunda pergunta do roteiro de entrevista que revelam uma sintonia entre todos os públicos abordados sobre os direitos que o programa objetiva resguardar. Pode-se sugerir, a partir desta fonte de evidência, a interpretação de que o programa está “enraizado” no município, é uma instituição local;
- o respeito demonstrado pelos empresários e familiares à funcionária responsável pelo atendimento no quarto andar da prefeitura, revelando a existência de laços fortes de confiança entre eles.

Por outro lado, seguem duas fontes de evidência que merecem destaque pelo contraponto realizado às fontes anteriormente citadas:

- a resposta de um parceiro da comissão de apoio técnico do programa de minidistritos, afirmando que o trabalho de tal comissão não é significante;
- as respostas à terceira pergunta do roteiro de entrevistas, revelando um problema de comunicação da SEMPLANGE com os empresários. Pode-se sugerir que ausência de uma política deliberada de comunicação do programa de minidistritos prejudica o diálogo da secretaria com tais grupos e com outras instituições do município.
- a informação de que a população de São José do Rio Preto praticamente dobrou entre 1980 e 2000, trazendo neste fato uma variável “externa”, que influi muito na questão do “enraizamento” das relações sociais e, conseqüentemente, na construção da confiança. Vale dizer que, em se tratando da dimensão “enraizamento”, esse dado é importante para os demais tipos de capital social a serem caracterizados adiante.

B. CAPITAL SOCIAL INSTITUCIONAL ENTRE SEMPLANGE E MORADORES

Em relação ao capital social institucional entre SEMPLANGE e moradores dos bairros próximos aos minidistritos, na dimensão “enraizamento”, pode-se notar que houve uma certa indução da formação do capital social por parte da política pública estudada. Todavia, tal indução foi consideravelmente menor em relação ao capital social institucional anteriormente descrito.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação consistem:

- novamente, na segunda citação de CYMBALISTA (2000);
- na segunda citação de Bolçone, que descreve os objetivos sociais do programa, dentre os quais a redução dos aluguéis das famílias e dos gastos com transporte coletivo; tais objetivos foram contemplados e, conseqüentemente, constata-se a credibilidade da SEMPLANGE dadas as opiniões favoráveis dos moradores quando analisam a integração das políticas habitacionais e de geração de emprego e renda;

Como contraponto às fontes de evidência anteriormente citadas, vale destacar os já comentados:

- aumento populacional de São José do Rio Preto e;
- as respostas à terceira pergunta do roteiro de entrevistas, revelando uma ausência de comunicação entre a SEMPLANGE e os moradores dos bairros próximos aos minidistritos.

C. CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO ENTRE EMPRESÁRIOS

Em se tratando do capital social comunitário entre os empresários na dimensão “enraizamento”, vale dizer que o programa de minidistritos obteve resultados muito modestos na indução da formação deste tipo de capital social.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são:

- as respostas à pergunta nove do roteiro de entrevistas; ao se pensar no conjunto de empresários dos minidistritos, constata-se apenas uma incipiente tentativa de parcerias, não havendo iniciativa alguma institucionalizada. Disso se pode afirmar que houve apenas uma pequena tomada consciência da importância da cooperação e das vantagens de compor uma rede de compras, por exemplo. Pelas respostas obtidas, ainda não há uma identidade entre os empresários;
- a primeira citação de Bolçone (2001), afirmando que as pequenas empresas participantes do programa de minidistritos tiveram que desenvolver ações isoladas de sobrevivência empresarial;
- a penúltima citação da matéria da revista Livre Mercado, constatando a ausência de economia de escala e da agregação de valor às atividades das pequenas empresas participantes do programa, o que atesta a ausência de um trabalho em rede, de partilha, incorporação e criação de conhecimento;

Contra tais fontes de evidência, aponta-se o projeto de desenvolvimento da região Norte do município, liderado pela ACIRP através de sua distrital com sede na própria região. Trata-se de um programa abrangente, cuja filosofia é a organização de um amplo trabalho em rede. O questionamento que fica é se esse projeto não nasceu como consequência de um estoque de capital social formado na região Norte em decorrência do processo de indução promovido pelo programa de minidistritos.

D. CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO ENTRE MORADORES

Em se tratando do capital social comunitário entre os moradores dos bairros próximos aos minidistritos, na dimensão “enraizamento”, vale dizer que a política pública estudada obteve resultados pequenos na indução da formação deste tipo de capital social, mas ainda assim resultados melhores quando comparados ao grupo dos empresários.

As fontes de evidência que contribuem com essa afirmação são:

- as respostas à pergunta onze do roteiro de entrevistas, apontando um baixo nível de participação da população nas discussões de interesse do bairro;

Em contrapartida a tais fontes de evidência, merecem destaque:

- o grande número de associações de bairro observado principalmente nos bairros próximos aos minidistritos;
- a segunda citação de Bolçone (2001), destacando um dos objetivos do programa, o de proporcionar um aumento do tempo disponível do trabalhador para o convívio com a família, que trata-se também de uma instituição ;
- novamente, o programa de desenvolvimento da região Norte, liderado pela ACIRP;
- a eleição de alguns líderes de bairro para a câmara de vereadores, trazendo com isso maiores desconcentração e horizontalização das relações de poder no município, além do início da indução de um processo de formação de identidade e projetos comuns nos bairros. Em entrevista com o representante da ACIRP, ele afirmou:

a Câmara municipal hoje tem muitos vereadores [...] que representam os bairros da cidade. Antigamente, não havia um vereador de bairro, eram só advogados, médicos, ninguém sabia quem eram o vereadores. Hoje, não! Você pega pra ver e sempre tem uns quatro ou cinco que estão defendendo os interesses do seu bairro. Isso mostra que os minidistritos estão tão bem estruturados na cidade, que já possuem seus representantes. Os próprios vereadores possuem pontos eleitorais nessas áreas dos minidistritos. Hoje você até pode checar na câmara, pelo menos dos 16 vereadores que temos, uns 8 devem ser provenientes de regiões de minidistritos.

E. CAPITAL SOCIAL EXTRA-COMUNITÁRIO ENTRE EMPRESÁRIOS E MORADORES

Em se tratando do capital social extra-comunitário entre moradores dos bairros próximos aos minidistritos, na dimensão “enraizamento”, é importante destacar que o programa em questão obteve alguns resultados na indução da formação deste tipo de capital social.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são:

- a segunda citação de Bolçone (2001), apontando que a estratégia de integrar as áreas residenciais e industriais no programa de minidistritos. Tal objetivo colaborou para o

fortalecimento dos laços entre moradores do bairro e empresários, em torno da instituição “empresa”.

- as respostas à oitava pergunta do roteiro de entrevistas, todas convergindo para os benefícios e vantagens de integração das políticas habitacional e de geração de emprego e renda .
- o programa de Desenvolvimento da região Norte, já bastante abordado.

Como contraponto às fontes anteriormente citadas, merecem destaque as respostas à décima pergunta do roteiro de entrevista, apontando o baixo número de parcerias existentes entre empresários e associações de bairro;

6.1.3. DIMENSÃO AUTONOMIA

Segue análise da indução pelo programa de minidistritos da formação do capital social: institucional entre SEMPLANGE e empresários; institucional entre SEMPLANGE e moradores dos bairros próximos aos minidistritos; comunitário entre os empresários participantes do programa; comunitário entre os moradores dos bairros próximos aos minidistritos; extra-comunitário entre empresários e moradores dos bairros próximos aos minidistritos.

A. CAPITAL SOCIAL INSTITUCIONAL ENTRE SEMPLANGE E EMPRESÁRIOS

Em se tratando do capital social institucional entre SEMPLANGE e empresários na dimensão autonomia, é importante notar que a credibilidade e a eficácia institucional da SEMPLANGE trata-se do ponto mais forte do programa no tocante à indução da formação do capital social.

Seguem as principais fontes de evidência que corroboram essa afirmação:

- ao se verificar os critérios para a seleção dos inscritos no programa, conclui-se pela seriedade do programa e pela inexistência de clientelismo e de qualquer outro tipo de favorecimento. Apesar de tais critérios terem mudado duas vezes ao longo da história do programa, eles sempre existiram.
- mencione-se também a preocupação da equipe técnica da SEMPLANGE com a sistematização e disponibilização das informações via revista Conjuntura Econômica;

- registre-se que o programa foi concebido estrategicamente. Na primeira citação da matéria da revista Livre Mercado, nota-se que um dos objetivos do programa foi livrar o município da dependência de poucas cadeias produtivas e da volatilidade do capital estrangeiro;
- em outro trecho da matéria citada, a menção do combate à especulação imobiliária;
- no censo das empresas participantes do programa dos minidistritos, praticamente 90% dos empresários responderam que tal política pública foi um diferencial importante para a sua empresa;
- quando questionados sobre a efetividade da equipe técnico-gerencial do programa de minidistritos, todos os empresários responderam “sim” a essa pergunta;
- via imprensa, a divulgação do programa ocorre e nota-se pela matéria da Folha de Rio Preto que o objetivo do programa lá divulgado vai ao encontro das declarações dadas pelos entrevistados;
- através da observação direta, pode-se verificar os resultados de liderança do secretário e o constante trabalho de aprendizagem em equipe;
- as citações de Cymbalista (2000) e Bolçone (2001), demonstrando todo o conhecimento gerado em torno do programa pela equipe técnico-gerencial.

Em contraponto a essas fontes, a observação de que a especulação imobiliária continua a existir no município, o alto número de igrejas nas áreas industriais do minidistrito Ary Attab e a constatação de que muitos dos planos de negócios exigidos dos empresários não são criteriosamente avaliados. Neste último ponto, vale dizer também que a tolerância dos técnicos tanto com os planos de negócios quanto com a regularização da empresa, por exemplo, são pontos também geradores de confiança entre SEMPLANGE e empresários.

B. CAPITAL SOCIAL INSTITUCIONAL ENTRE SEMPLANGE E MORADORES

Em se tratando do capital social institucional entre SEMPLANGE e moradores na dimensão autonomia, destaque-se que o programa de minidistritos obteve bons resultados na indução da formação deste tipo de capital social. No entanto, tais resultados encontram-se um pouco aquém dos resultados relatados anteriormente entre SEMPLANGE e empresários.

Todas as fontes de evidência apontadas no item anterior podem ser repetidas para esse tópico. Importante salientar, porém, as fontes que apontam as razões da diferença dos

relacionamentos entre SEMPLANGE e empresários e entre SEMPLANGE e moradores. Duas são as principais:

- a constatação de que a SEMPLANGE integrou as políticas habitacional e de geração de emprego e renda somente na sua origem, não estabelecendo um relacionamento com os moradores dos conjuntos habitacionais próximos aos minidistritos ao longo de quase vinte anos de tal política pública e,
- em decorrência da primeira, as respostas dos moradores à pergunta sete do roteiro de entrevistas que reconhecem a efetividade da equipe da SEMPLANGE, mas não de forma unânime como os empresários.

C. CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO ENTRE EMPRESÁRIOS

Em se tratando do capital social comunitário entre os empresários na dimensão autonomia, vale dizer que o programa de minidistritos obteve seus piores resultados, na indução da formação deste tipo capital social. Uma das justificativas mais apresentadas pelos empresários para a sua baixa participação e envolvimento cooperativo foi a falta de tempo. Destaque-se também o personalismo demonstrado nas entrevistas em geral, em detrimento de uma consciência cívica de direitos e deveres.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são: as respostas à pergunta nove do roteiro de entrevistas e a observação direta, ocasião que se pôde foi detectar, com exceção de um empresário, a falta de atitude em se iniciar um trabalho cooperativo, de troca de informações e geração de conhecimento.

D. CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO ENTRE MORADORES

Em se tratando do capital social institucional entre os moradores dos bairros próximos aos minidistritos na dimensão autonomia, assim como no item anterior, os resultados foram muito insatisfatórios no sentido de levar os indivíduos a um comprometimento maior com o coletivo e induzi-los ao compromisso cívico.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são: as respostas à pergunta onze do roteiro de entrevistas.

E. CAPITAL SOCIAL EXTRA-COMUNITÁRIO ENTRE EMPRESÁRIOS E MORADORES

Como com os dois tipos anteriores de capital social, na dimensão autonomia, conclui-se que o programa de minidistritos obteve resultados insuficientes na indução da formação deste tipo de capital social.

As fontes de evidência que corroboram essa afirmação são as mesmas já citadas anteriormente, quando da apresentação das discussões do capital social comunitário entre empresários e entre os moradores dos bairros próximos aos minidistritos.

Para fechar esse item das conclusões fazendo a ligação com o próximo, é importante frisar que na indução do compromisso cívico dos indivíduos é que residem os principais problemas do programa de minidistritos no tocante à construção do capital social. Isso está diretamente ligado à ausência de alguns mecanismos de empoderamento necessários ao processo. Tais mecanismos serão comentados a seguir, quando das sugestões para a melhoria de tal política pública no tocante à indução do capital social.

6.1.3. OS MECANISMOS DE EMPODERAMENTO

Com relação aos mecanismos operacionais de empoderamento de Durston (1999), nota-se que eles foram pouco trabalhados pelo programa de minidistritos industriais e de serviços.

As entrevistas consistiram a principal fonte de evidência na apuração de tais mecanismos. Através de sua análise, ficou evidente a não utilização de um espaço institucional adequado à participação popular no programa de minidistritos. O fomento da organização dos empresários e dos moradores dos bairros próximos dos minidistritos praticamente também não foi notado.

Já, em relação à criação de acesso a recursos e ativos, vale observar o trabalho de sistematização de informações exemplificado na publicação da Conjuntura Econômica. Todavia, são mil exemplares publicados para arquivo nas bibliotecas municipais e de entidades de classe. De acordo com as entrevistas e observação realizadas, verificou-se que

tais informações, contidas na revista, não são assimiladas pelas lideranças de bairro, nem pelos próprios empresários.

Com relação à transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, ocorreram tentativas somente relacionadas ao exercício da produção. Segundo entrevista com a representante do SEBRAE, verificou-se que houve uma convocação da prefeitura para que os empresários participantes dos minidistritos realizassem cursos de capacitação. Tal iniciativa não logrou sucesso.

O mecanismo indutor melhor abordado pelo programa de minidistritos é o da formalização dos direitos legais e o resguardo de seu conhecimento e respeito. Apesar das divergências nas respostas, todos convergem para o fato de que o programa dos minidistritos objetiva a geração de renda. Os critérios de seleção de empresas são bastante conhecidos entre os empresários, nem tanto entre as lideranças de bairro.

Por sua vez, em se tratando de trabalhos voltados para o exercício da cidadania e para o fomento da organização dos empresários e lideranças de bairro em rede, registra-se o ponto mais fraco da política pública estudada e, a seguir, a principal sugestão a ser dada como forma de melhor induzir a formação do capital social, principalmente via o fomento de uma consciência e de um maior compromisso cívico dos indivíduos.

Diante das novas tentativas de elaboração de uma nova institucionalidade pública, pode-se dizer que o programa de minidistritos industriais e integrados segue mais a filosofia da administração pública gerencial, dado que sua orientação aos empresários pode ser caracterizada como uma orientação para a satisfação do cidadão-usuário ou do cidadão-cliente. Outro ponto importante, nesse sentido, é o fortalecimento e o aumento da autonomia da burocracia estatal, a valorização dos técnicos da SEMPLANGE que dispõem de espaço para discutir e responder pela política pública em questão.

Posto isso, percebe-se que a governança por estabelecida pelo programa dos minidistritos é muito mais a da tecnocracia “esclarecida” do que a da mobilização dos atores sociais. Dessa forma, o desafio que se põe a SEMPLANGE é a obtenção de um maior equilíbrio entre esses dois tipos de governança, a fim de obter mais sinergia para conseguir induzir as demais formas de capital social, que não só a institucional.

Pois bem, dado que o programa de minidistritos já logrou algum sucesso na distribuição da riqueza e do poder, nota-se que o desafio para os próximos anos encontra-se na distribuição do conhecimento. E, para isso, fazem-se necessários mais “investimentos” na formação de capital social, seguindo o pressuposto dos endogenistas: a sociedade civil, as formas locais de solidariedade, a integração social e o civismo consistem nos principais agentes de modernização e de transformação sócio-econômica de um local.

Na direção de se distribuir o conhecimento, sugere-se que a filosofia da aprendizagem em equipe, tão bem incorporada pela equipe técnico-gerencial da SEMPLANGE, seja replicada em larga escala junto aos empresários e lideranças dos bairros ligados aos minidistritos.

Assim, os mecanismos indutores da formação de capital social a serem mais trabalhados são os de fomento da organização e transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, integrando as dimensões técnicas e sociais como no caso do projeto Escola de Campo do governo do Paraná. De uma forma sistêmica, sugere-se para o programa:

- aplicar tais mecanismos e empoderamento descritos anteriormente;
- manter a credibilidade e a eficácia institucional;
- fazer uso também do espaço institucional que o orçamento participativo (OP) abre à população local;
- incentivar a organização dos empresários em rede, via parceria da SEMPLANGE/SEBRAE; apesar de a economia ser bastante diversificada, dificultando a especialização, tal iniciativa se faz importante para a partilha de soluções básicas de gestão empresarial;
- incentivar as parcerias, envolvendo associações de bairro e empresários;
- dirigir esforços para que o conhecimento gerado seja realmente absorvido pelo público-alvo dos minidistritos, via fomento do controle social.

Posto isso, vale sustentar que as sugestões aqui realizadas têm um grande potencial de viabilização, dadas algumas pré-condições já disponíveis no conjunto das iniciativas dos atores sociais riopretenses. A ACIRP, no início de 2005, iniciou um trabalho de organização em rede de sua sub-sede na região norte da cidade. Tal trabalho, conforme relatado em entrevista pelo seu representante, consiste na reunião das associações de bairro de tal região, empresários, SEBRAE, CIESP/FIESP e de todas as secretarias do governo municipal. De tudo o que o pesquisador pôde observar no município, trata-se do trabalho em São José do Rio

Preto que mais foco tem na formação de capital social. Trata-se de uma oportunidade para que a SEMPLANGE replique toda a sua filosofia de aprendizagem em equipe, de quase vinte anos, fazendo uso de sua legitimidade auferida por essa pesquisa. Na concepção desta dissertação, tal iniciativa deve ser vista como estratégica pelo governo municipal, dada a importância do capital social na atualidade.

6.2. CONCLUSÃO

Esse trabalho tratou da relação “políticas públicas e capital social”. Ela consistiu em avaliar se a política pública dos minidistritos industriais e de serviços do município de São José do Rio Preto é indutora ou não da formação de capital social.

Em seu primeiro capítulo, foram justificadas sua relevância teórica e empírica, bem como descrito o contexto em que essa pesquisa se insere. Os objetivos geral e específicos foram apresentados.

No segundo capítulo, foi realizada uma revisão bibliográfica relativo ao papel do Estado, o Estado brasileiro, às políticas públicas e ao papel dos governos locais no atual contexto da globalização. Dentro de políticas públicas, foram abordados a teoria da fragmentação das políticas públicas, a política industrial relacionada às MPE brasileiras, a abordagem das redes interfirmas, com a descrição de seus vários tipos (redes de pequenas empresas coordenadas por grandes empresas, redes de pequenas empresas em aglomerações industriais, APL, SPL, *clusters*, consórcios) e a relação entre governança e políticas públicas.

No terceiro capítulo, foi apresentada uma revisão teórica sobre capital social e explicitado o marco teórico desta pesquisa que consistiu no principal instrumento para avaliação da eficácia da política pública em questão na indução da formação de capital social. Ainda neste capítulo, foram apresentados dois exemplos de políticas públicas bem sucedidas em tal propósito.

No quarto capítulo, os aspectos metodológicos foram descritos: o tipo e o método de pesquisa, a proposição e o modelo de pesquisa bem como o protocolo de estudo de caso. Dentro deste protocolo, foram apresentados a visão geral do estudo de caso, suas questões de pesquisa, a unidade de análise e o plano amostral, bem como os instrumentos para a coleta de dados.

No quinto capítulo, foram evidenciados os dados colhidos através da análise da documentação e dos registros em arquivo, bem como da análise das entrevistas e da observação direta.

Neste sexto e último capítulo, foram apresentadas anteriormente as discussões, através da confrontação do marco teórico com os resultados advindos da análise das fontes de evidência.

Diante disso, seguem as principais conclusões a que esse estudo chegou. O presente estudo concluiu que o programa de minidistritos de São José do Rio Preto, em sua atual formatação, possui baixa capacidade de indução da formação de capital social.

Em se tratando do tema deste trabalho, o ponto mais forte de tal política pública está em sua alta capacidade de indução do capital social institucional em sua dimensão autonomia, dada à alta credibilidade e eficácia institucional do órgão executor de tal política, a secretaria de planejamento e gestão estratégica (SEMPLANGE) da prefeitura local. Tal credibilidade e eficácia institucional foi mais detectada na relação SEMPLANGE-empresários do que na relação SEMPLANGE-moradores dos bairros próximos aos minidistritos.

Numa posição intermediária, encontram-se os cinco tipos de capital social na dimensão “enraizamento”: o programa logra alguma indução, mas ela é ainda muito baixa conforme constatado na análise da sinergia entre a SEMPLANGE e as instituições municipais; na conexão de empresários e moradores dos bairros próximos aos minidistritos em redes sociais extra-comunitárias e na formação de uma identidade e projetos comuns entre empresários e entre os moradores.

Por fim, os pontos mais fracos convergem para a baixa indução do programa de minidistritos para a formação do compromisso cívico dos indivíduos, resultando em baixos níveis de capital social comunitário e extra-comunitário na dimensão autonomia.

Diante de tal constatação, seguem sugestões para a melhoria de tal política pública no tocante à indução do capital social. Para tal melhoria, os mecanismos indutores da formação de capital social a serem mais trabalhados são os de fomento da organização e transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, integrando as dimensões técnicas e sociais. De acordo com a realidade apurada, é importante também manter a credibilidade e a eficácia institucional; fazer uso do espaço institucional que o orçamento participativo (OP)

abre à população local; dirigir esforços para que o conhecimento gerado na SEMPLANGE seja realmente absorvido pelo público-alvo dos minidistritos, via fomento do controle social. Diante de tais sugestões, baseadas na revisão teórica do trabalho, espera-se que o programa de minidistritos possa induzir mais fortemente a formação de laços de confiança e reciprocidade entre os atores sociais envolvidos com tal política pública no município de São José do Rio Preto.

6.3. LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA PRÓXIMOS TRABALHOS

Três são as principais limitações desta pesquisa e que abrem possibilidades para futuros trabalhos.

A primeira limitação advém da escolha da amostra por conveniência e do fato de este trabalho não permitir generalizações para outras políticas públicas.

A segunda limitação desta pesquisa reside no fato de que uma única política pública e uma única secretária de governo foram analisadas. Segundo Mello (1997), ao se lidar com problemas complexos como a questão do desenvolvimento sócio-econômico de uma região ou localidade, torna-se difícil tal abordagem sob a perspectiva de uma única organização. Nesse nível, vários agentes interagem de forma não concatenada, o que tende a aumentar a complexidade dos problemas envolvidos, sendo necessário ir além do entendimento do aprendizado de uma organização, estendendo para o domínio multi e interorganizacional.

Por fim, a terceira limitação está intimamente ligada ao tema desta pesquisa. Se, em geral, toda pesquisa tem sua limitação, quando o tema é relativo ao capital social, esse agravante aumenta, dado o caráter sistêmico do conceito. Como bem mencionam Albagli e Maciel (2003, p. 435),

não se trata de uma relação linear, necessária ou automática. Se, por um lado, uma combinação de colaboração, cooperação e competição entre os atores é condição necessária ao desenvolvimento local de maneira integrada e sistêmica, por outro, observa-se [...] que ela não é condição suficiente e não surge isolada de outras condições histórico-culturais. [...] O que seriam efeitos esperados do capital social podem ser resultantes, na verdade, de fatores totalmente alheios ao mesmo.

Dessa forma, este estudo faz um recorte sobre o papel do governo municipal na indução do capital social. Trata-se de uma variável importante em meio a tantas outras. Assim, trabalhos

futuros sobre a cultura local, sobre a evolução política e histórica do município, envolvendo outras organizações do município etc. podem contribuir para melhor definir o nível de capital social de São José do Rio Preto.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 4, n.2, abr.-jun. 2000.
- ABU-EL-HAJ, J. **A mobilização do capital social no Brasil**. O caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Anablume, 1999.
- ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – glossário de arranjos produtivos locais**. Rede Sist., 2002.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440.
- ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza. In: **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ANDREW, C.; JUILLET, L. Developpement durable et nouveau modèle de gouvernance locale. *Économie et solidarités*, v. 30, n. 2, 1999.
- BAPTISTA, C. **Distritos flexíveis e desenvolvimento endógeno: uma abordagem marshalliana**. Disponível em <http://www.geocities.com/statprof/distrit.html> Acesso em 20 fev. 2005.
- BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BENKO, G. **La ciencia regional**. Bahia-Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1999.
- BOISIER, S. E. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile: ILPES, 1997.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Escopo da Biblioteca Virtual de Política Científica e Tecnológica**. Disponível em <http://www4.prossiga.br/Politiclas-Publicas/oquee.html>. Acesso em: 21 out 2004.
- BHUNDIA, A.; O'DONNELL, G. UK Policy coordination: the importance of institucional design. *Fiscall Studies*, v. 23, n. 1, pp. 135-164, 2002.
- BIANCHI, P. **Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las P&MEs: aprendiendo de la experiencia europea**. Buenos Aires: Cepal, 1996.
- BLOCH, R. A., BALASSIANO, M. A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município. *Revista de Administração Pública - FGV*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 145-64, 2000.

- BOLÇONE, O. J. **Minidistritos industriais: uma política pública de incentivo às micro e pequenas empresas** (São José do Rio Preto, 1983-1998). Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
- BORBA, R. A. V. **A cidade cognitiva**. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- BOTELHO, M. R. A.; PAULA, G. M.; KAMASAKI, F. Y. Aglomerações produtivas locais e inserção competitiva de micro, pequenas e médias empresas: a experiência de Santa Rita do Sapucaí. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2001, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2001. 1 CD-ROM.
- BRINKERHOFF, D. W. Coordination issues in policy implementation networks: an illustration from Madagascar's environmental action plan. **World Development**, v. 24, n. 9, pp. 1497-1510, 1996.
- BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. **Características estruturais de clusters industriais na economia brasileira: uma análise intersetorial** Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/cadernos/cadernos/caderno39.pdf> . Acesso em 22 fev. 2005.
- BRUSCO, S. The idea of the industrial districts: its genesis. In: PYKE, F. et al. **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- CALLADO, A. L. C; PAIVA, R. M. M. O controle social na administração pública: propostas para estruturar e estimular seu desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2001, Curitiba. **Anais...** Curitiba, Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2001. 1 CD-ROM.
- CASSAROTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas: Arranjos e sistemas produtivos locais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2002.
- CASTELLS, M. Mudança tecnológica: reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço e Debates**, ano 2, n. 17, 1986.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 45, pp. 152-166, jul. 1996.

- CASTILHOS, D. S. Capital Social e Políticas Públicas: um estudo de caso da linha infraestrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** 2002. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- CEGLIE, G.; DINI, M.** SME cluster and network development in developing countries: the experience of UNIDO. Working Paper n. 2, UNIDO, 1999.
- CHERCHIGLIA, M. L., DALLARI, S. G.** A reforma do Estado e o setor público de saúde: governança e eficiência. **Revista de Administração Pública - FGV**, Rio de Janeiro: v. 33, n. 5, p. 65-84, 1999.
- COLEMAN, J. S.** Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, 1998.
- CORNELY, S. A.** Subsídios sobre planejamento participativo. **Revista Brasileira de Planejamento**, n. 7, p. 26, 1978.
- CYMBALISTA, R.** **Minidistritos industriais e de serviços: São José do Rio Preto-SP.** 2002 (Mimeo)
- DAVENPORT, T. H.** Process innovation. Harvard Business School Press, 1993.
- DOLABELA, F.** **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Cultura Editores Associaldos, 2003.
- DOWBOR, L.** **Introdução ao planejamento municipal.** Brasília: Brasiliense, 1987.
- DOYLE, G. M.** **Making networks work.** Dublin: Skillnets Training Networks Programme, 2000.
- DUPAS, G.** A lógica da economia global e a exclusão social. **Caderno de Estudos Avançados – USP**, São Paulo, v. 34, n.12, p. 121-158, 1998.
- DUPUY, J. P.; GILLY, J. P.; PERRAT, J.** **Relation sociale d’emploi et gouvernance locale dans les dynamiques territoriales.** Toulouse Cahiers de recherche. Lereps, 2000.
- DURSTON, J.** **Construyendo capital social comunitário: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala.** Santiago del Chile: CEPAL, 1999.
- FERNANDES, A. S. A.** O conceito de capital social e sua aplicação na análise institucional e de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2001. 1 CD-ROM.
- FERGUSON, A.** Nations and civilizations. In: RUNDELL, J; MENNELL, S. **Classical readings in culture and civilization.** New York: Routledge, 1998.
- FILHO, H. N. H.; SOUZA, C. M.** Redes de cooperação no contexto das políticas públicas:

- aspirações e resultados dos principais programas nacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2001, Curitiba. *Anais...* Curitiba, Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração. 1 CD-ROM.
- FRANCO, A. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? In: *Separata da revista século XXI*, n. 3. Millenium – Instituto de Política, Brasília, 2000.
- FRANCO, A. **Capital Social**. Brasília: Millenium - Instituto de Política, 2001.
- FREEMAN, C. Networks of innovators: a synthesis of research issues. *Research Policy*, n. 20, 1991.
- FREY, K. Governança urbana e participação pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2005, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2005. 1 CD-ROM.
- GHAURI, P.N.; GRONHAUG, K. **Research methods in business studies. A practical guide**. New York: Prentice Hall, 1995.
- GROOTAERT, C; BASTELAER, V. T. The role of social capital in development: an empirical assessment. Cambridge, Harvard University Press; 2002.
- GROTE; J; GBIKI, B. **Participatory governance**. Political and societal implications. Oplanden, 2002.
- HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, v.1, n. 46, pp. 1-35, 1992.
- HARRINGTON, J. H. **Business process improvement, breakthrough strategy**. McGraw Hill, 1991.
- HIRST, P. Democracy and governance. In: J. Pierre (org.): *Debating governance: authority, steering and democracy*. Oxford University Press: New York, p. 13-15.
- INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IADB). **Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes – a Guide to thoretical modules and possible empirics**, 2003
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). *O Município para Candidatos*. Rio de Janeiro, 2000.
- JOHANSSON, H. J.; PATRICK, M. A; PENDLEBURY, J; WHEELER, W. A. **Business process reengineering: breakpoint strategies for market dominance**. Wiley, 1993.
- LALKAKA, R. **Suporting the start and growth of new enterprises**. United Nations Development Programme. Nova York, 1997.

- LINDBLOM, C. E. *Still Muddling, not yet through. Public Administration review*, 1979.
- LOCKE, R. M. Construindo a confiança. *Econômica*, v. 3, n. 2, 2001.
- LOPES, T. C.; CABELLEIRA, D. M. Governança e confiança, aspectos fundamentais na criação de capital social: o caso da prefeitura de Taquara e da indústria do vale do Paranhana – RS/Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28. 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração. 2004. 1 CD-ROM.
- LUNDVALL, B.; BORRAS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy.** Report to the DG XII, Commission of the European Union. Bruxelas, 1997.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre, Ed. Bookman, 2001.
- MARINO, Jr. M. **O Orçamento participativo e poder local – instrumento de aprofundamento e aperfeiçoamento das instituições democráticas municipais.** 2005. Tese (doutorado) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2005.
- MARTINELLI, D. P; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** São Paulo: Manole, 2003.
- MARTINS, H. F. Uma teoria da fragmentação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28. 2004, Curitiba: *Anais...* Curitiba, Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração. 2004. 1 CD-ROM.
- MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração Financeira Municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.
- MELLO, D. L. Governo e administração municipal: a experiência brasileira. *Revista de Administração Pública - FGV*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 79-96, 2001.
- MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.
- MENDES, M. J.; GALL, N. *O que é federalismo?* Disponível em <http://www.braudel.org.br/paper242p.htm>. Acesso em 16 abr. 2002.
- MONASTÉRIO, L. M. **Putnam no Pampa: capital social e a metade do sul do Rio Grande do Sul.** Pelotas: UFPEL, 2000.
- MOREIRA, M.V. C.; AMORIM, M. A. Um modelo de tecnologia social de mobilização para arranjos produtivos locais: uma proposta de aplicabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE

- PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2004. 1 CD-ROM.
- MORRIS, M. **Organising cluster cooperation**. Executive forum. International Trade Centre. Montreaux: 2002.
- MOTTA, P. R. M. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- MOTTA, P. R. M. Reflexão e emoção estratégicas: construindo firmeza na decisão empresarial. **Parceria em Qualidade**, v. 6, n. 28, 2000.
- NOGUEIRA, R. P.; GIRARDI, S. N. **A reforma do Estado e os recursos humanos de saúde: flexibilidade de ação e continuidade de direção**. Brasília, 1997. (mimeo)
- O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: n. 36, pp. 123-146, 1993.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Improving policy coherence and integration for sustainable development: a checklist**. Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico – OCDE, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE.) **Coerência nas políticas: relatório final de atividades**. Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico – OCDE/ Comitê de Gestão Pública, 2003.
- ORTOLANI, F.; MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C.A.G. B. A relação (in)existente entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social nas administrações municipais paulistas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração. 2004. 1 CD-ROM.
- OSBORNE, D; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**. 2. ed. Brasília: MH Comunicação, 1994.
- PASSADOR , C. S. **A abordagem do capital social: desafio da administração contemporânea**. 2000 (mimeo).
- PASSADOR, C. S. **Apontamentos sobre o projeto Escola do Campo do estado do Paraná: criação de capital social involuntário**. 2001 (mimeo).
- PIORE, M; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard Business Review, 1998.

- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência na Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. 1.ed. São Paulo, Nobel, 1999.
- RICCI, R. Estado e novas formas de gestão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Pós Graduação em Administração, 2001. 1 CD-ROM.
- SABEL, C. F.; REDDY, S. G. **Learning to learn: undoing the gordian knot of development today**. Stanford University, 2003 (mimeo).
- SALAIS, R.; STORPER, M. **Les mondes de production**. Enquête sur l'identité économique de la France. Paris: Édition de l'EHESS, 1993.
- SANTOS, W. G. Gênese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino americana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 20, 1998.
- SAXENIAN, A. **Regional Advantage: culture and competition in the Silicon Valley and Route 128**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- SCHMITZ, H. On the clustering of small firms. **IDS Bulletin**, v. 23, n. 3, pp. 64-68, 1992.
- SCHMITZ, H; MUSYCK, B. **Industrial districts in Europe: policy lessons for developing countries?** University of Sussex, Institute of Developing Studies, 1993 (Discussion Paper, 324).
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 4. ed. São Paulo: EPU, 1960.
- SERCOVITH, F. et al. **Competition and the world economic**. Northampton: Edward Elgar, 1999.
- SMULOVITZ, C. PERUZZOTTI, E. **Societal accountability: the other side of control**. 2000 (mimeo).
- SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.
- SOUZA, M. C. A. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. SEBRAE, 1995.

- TENDLER, J. *Bom governo nos trópicos – uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- TENDLER, J.; AMORIM, M. A. Small firms and their helpers: lessons on demand. *World Development*, v. 24, n. 3, pp 407-426, 1996.
- TSAI, W.; GHOSTAL, S. Social Capital and value creation: the role of intrafirm networks. *Academy of Management Journal*, 1998.
- VASQUEZ, B. NA. *Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo*. Madrid. Ed. Pirámide, 1988.
- VIEIRA, L. Cidadania e Controle Social. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- WOOLCOCK, M. Social Capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, 27, pp. 151-208, 1998.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.
- ZANFEI, A. Technological alliances between weak and strong firms: cooperative ventures with asymmetric competences. *Revue D'Économie Industrielle*, n. 67, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIOS DOS DOSSIÊS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

APÊNDICE 2 - CENSO SEBRAE/SEMP朗GE (2002)

APÊNDICE 3 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE (ACIRP)

APÊNDICE 4 – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA No. 23/2005

APÊNDICE 5 – MATÉRIA DA FOLHA DE RIO PRETO/ JUNHO DE 2005

APÊNDICE 6 – MATÉRIA DA REVISTA LIVRE MERCADO

APÊNDICE 7 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2003

APÊNDICE 8 – PLANO DE GOVERNO (P. 13) DA ADMINISTRAÇÃO 2005-2008

APÊNDICE 1

EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

EU, _____
residente á Rua _____ nº _____
Bairro _____, cidade _____
portador do RG. _____, CPF _____, vem
respeitosamente requerer de V. Exma. Área no Programa de Minidistrito.

São José do Rio Preto, _____ de _____ de _____

Endereço para correspondência

Rua: _____ nº _____

Bairro: _____, cidade _____ UF _____

CEP _____ Fone (____) _____

PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS
Anexo I

Assinale uma das seguintes alternativas que retrate sua situação ou de sua empresa:	
A () empresa já constituída e não instalada em minidistrito	C () empresa ou pessoa física que atue na informalidade
B () empresa já instalada em minidistrito e que precisa de nova área para expansão	D () empresa ou pessoa física que deseja iniciar uma nova atividade ("novo empreendedor")

01. CADASTRO PESSOA INTERESSADA:		
Nome Completo:		
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Nome Completo do cônjuge:		
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Endereço:		
Bairro:		
Cidade:		Estado:
CEP.:	Tel.:	Tel. Recado:
Home Page:		e-mail:

02. CADASTRO EMPRESA (INFORMAL OU JÁ CONSTITUÍDA)		
Razão Social:		
Nome Fantasia:		
Endereço:		
Bairro:	CEP.:	Tel.:
Home Page:		e-mail:
CNPJ:	Inscrição Estadual:	JUCESP:
Forma de Sociedade:		Inscrição Municipal:

03. DADOS GERAIS	
Ramo de Atividade::	Há quanto tempo você trabalha neste ramo:
Quantas pessoas trabalham diretamente contando com você:	Indiretamente:
Nome Completo dos Sócios/ CPF/ RG:	
1. Nome	
CPF: RG:	
2. Nome	
CPF: RG:	
3. Nome	
CPF: RG:	
Algum(ns) dos Sócios têm experiência comprovada no ramo? () sim () não	
Quantos sócios têm experiência comprovada no ramo?	
Quanto tempo de experiência?	

04. PLANO DE NEGÓCIOS

4.1 CARACTERÍSTICAS DO NEGÓCIO

Descreva seus principais objetivos para os próximos 12 meses:

.....
.....
.....

Especifique seu ramo de atividade e descreva seus principais produtos ou serviços:

.....
.....
.....

Qual é o seu mercado consumidor?

.....
.....
.....

Quem são ou serão seus concorrentes próximos? Cite 3 nomes

.....
.....
.....

Usa algum tipo de propaganda ? () não () sim..Qual?.....

4.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO NEGÓCIO

Descreva o seu gasto mensal com:

Água: R\$.....

Luz: R\$.....

Telefone: R\$.....

Aluguel: R\$.....

Contador: R\$.....

Salários: R\$.....

Combustível: R\$.....

Frete: R\$.....

Impostos: R\$.....

Serv.de terceiros: R\$.....

Fornecedores: R\$.....

Outros: R\$.....

Total: R\$.....

Faturamento médio mensal: R\$

Tem necessidade de empréstimo ou recursos de outros para gerir o negócio? () sim () não.

Quanto? R\$

4.3 INFORMAÇÕES SOBRE AS FUTURAS INSTALAÇÕES

Quais as principais razões para querer se instalar no Minidistrito?

() imóvel alugado

() local inadequado onde funcionam as atividades

() necessidade de expansão

() outro. Especifique:.....

Qual a área pretendida?

m²

Quantos m² pretende construir?

Qual a estimativa de gasto para a construção do prédio?

Em quanto tempo poderá iniciar a construção?

4.4 REFERÊNCIAS

- Indicar 02 (dois) **clientes**, pessoa física ou empresa, para quem tenha prestado serviço:
Nome: _____ telefone: _____

Nome: _____ telefone: _____

- Indicar 02 (dois) **fornecedores**, pessoa física ou empresa, de quem tenha comprado matéria-prima ou serviços:

Nome: _____ telefone: _____

Nome: _____ telefone: _____

- Indicar o(s) banco(s) que trabalha

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____ Contato: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____ Contato: _____

4.5 Outras Informações

- Possui projetos e planos para novos produtos?.....

- Há projetos e planos para novos mercados?.....

04. DOCUMENTOS ADICIONAIS A SEREM ANEXADOS **OBRIGATORIO**

Fazer um **REQUERIMENTO** endereçado ao **PREFEITO** e no texto dizer **SOLICITAÇÃO DE ÁREA NOS "MINIDISTRITOS"**.

Pessoa Física

- Cópia do RG e CPF do requerente e Certidão de Casamento, RG e CPF do cônjuge.
- Cópia da conta de luz do último mês do local onde funcionaram as atividades da "empresa".

Pessoa Jurídica:

- Cópia do CNPJ, Contrato Social (frente e verso) e alterações, inscrição estadual e inscrição municipal, CPF e RG dos Sócios.
- Cópia da conta de luz do último mês do local onde funcionaram as atividades da empresa.

Opcional (mas contam para efeito de pontuação do Item 2 do Anexo I):

- Cópia de certificados dos cursos/treinamentos realizados.

OBS.: Terrenos de 200m² a 1000m² - construção de mínimo 40% e máximo de 66% da área total.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as informações aqui prestadas são verdadeiras e retratam fielmente a minha disposição em empreender no município, através da instalação e funcionamento de minha empresa, podendo essas informações serem confirmadas através de visita técnica ao local de funcionamento das atividades e checagem das referências fornecidas. Estou ciente de que, eventualmente beneficiado, não poderei dispor do terreno ou da construção.

São José do Rio Preto (SP), _____ de _____ de _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Av. Dr. Alberto Andaló, nº 3030 – 4º andar – Centro – CEP: 15015-000 – São José do Rio Preto –
SPhone page: www.riopreto.sp.gov.br - e-mail: smplan@empro.com.br - tel. (17) 230.1230



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

ANEXO I

**CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS INSCRITOS PARA O
PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS**

1. Tempo de funcionamento da empresa/
desenvolvimento da atividade
Até 1 ano: 1 ponto
Mais de 1 ano a 3 anos: 2 pontos
Mais de 3 anos: 3 pontos
2. Realizou cursos ou treinamentos no ramo em
que pretende atuar ou que auxiliam na
formação de empreendedor (comprovados por
certificado)
De 1 a 2 cursos: 1 ponto
De 3 a 4 cursos: 2 pontos
Acima de 4 cursos: 3 pontos
3. Número de postos de trabalho oferecidos pelo
negócio
Até 5 empregos: 1 ponto
De 6 a 10 empregos: 2 pontos
Acima de 10 empregos: 3 pontos
4. Apresentou referências solicitadas?
Sim: 1 ponto
Não: 0 ponto
5. Certidão da Serasa
Apresentou e não possui restrição: 1 ponto
Não apresentou ou possui restrição: 0 ponto
6. Plano de negócios apresentado – itens a serem
pontuados
- Objetivos/metasp: 0,25 ponto
- Atividade: 0,25 ponto
- Pessoal com experiência: 0,25 ponto
- Capital: 0,25 ponto
- Clientes: 0,25 ponto
- Fornecedores: 0,25 ponto
- Experiências anteriores: 0,25 ponto
- Fluxo de caixa: 0,25 ponto

Observações:

- As inscrições terão validade permanente, não precisando ser renovadas
- Os inscritos serão classificados pelos critérios acima, sendo que a lista de classificação terá validade por 06 (seis) meses
- Pontuação máxima: 13 pontos

Informações Adicionais para classificação

Os critérios apresentados neste Anexo serão utilizados para classificação de todos os inscritos.

Posteriormente, os inscritos serão separados pelas seguintes categorias:

- A) empresa já constituída e não instalada em minidistrito;
- B) empresa já instalada em minidistrito e que precisa de nova área para expansão;
- C) empresa ou pessoa física que atua na informalidade;
- D) empresa ou pessoa física que deseja iniciar uma nova atividade ("novo empreendedor").

A distribuição dos lotes, após classificação pelos critérios de seleção e separação por categoria, será efetuada de forma proporcional aos inscritos, fazendo com que os "iguais" concorram entre si.

Ex: O total de inscritos representa 100%
Suponhamos que haja:
50% na categoria "A"
20% na categoria "B"
20% na categoria "C"
10% na categoria "D"

As áreas disponíveis para novas concessões serão distribuídas respeitando as proporcionalidades apuradas, ou seja, 50% do total de lotes disponíveis irão para os classificados que fazem parte da categoria "A", 20% para os da categoria "B" e assim sucessivamente.

APÊNDICE 2

CENSO MINI DISTRITOS - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DADOS CADASTRAIS

Nome Fantasia:		
Razão Social:		
Endereço:		Distr.:
Fone:	Fax:	Email/Site:
Contato:		Cargo:
Responsável:		Cargo:
Segmento:	() Indústria () Comércio () Serviços	Ramo:

Situação Empresa: () Formal () Informal		CPF:
CNPJ: /	Inscr. Est.:	Inscr. Mun.:
Início das Atividades: / /	Qde. Func.: <small>Incluindo sócios</small>	Próprios Tercerizados

Nome dos Proprietários/Sócios:

1)	3)
2)	4)

PRINCIPAIS PRODUTOS, MERCADORIAS OU SERVIÇOS

1)	3)
2)	4)

ATUAÇÃO GEOGRÁFICA (Para onde Vende)

Em S. J. Rio Preto: %	Na maioria do Brasil : %
No Estado de SP: %	Outros Países (Exporta): %

PORTE DA EMPRESA

Enquadr.	() Micro Empresa	() Empr. Peq. Porte	() Não soube informar
Simplex :	() Federal	() Estadual	() Não soube informar
Lucro:	() Presumido	() Real	() Não soube informar

Principais Dificuldades Encontradas:

Produção:	RH/M.Obra:
Vendas :	Informática:
Adm./Finc.:	Infra-Estr. M.D.:

O Programa Mini Distrito foi importante para o desenvolvimento da sua empresa? () Sim () Não	
Foi um diferencial positivo? () Sim () Não	Há qto. Tempo no Mini Distrito? Resp.: _____

Dados do Imóvel

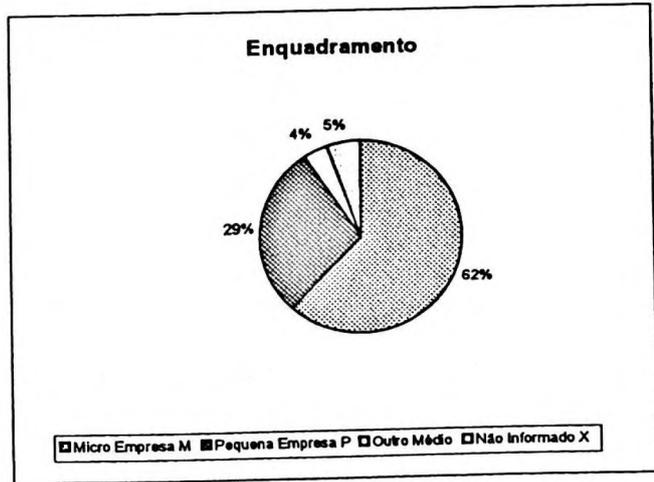
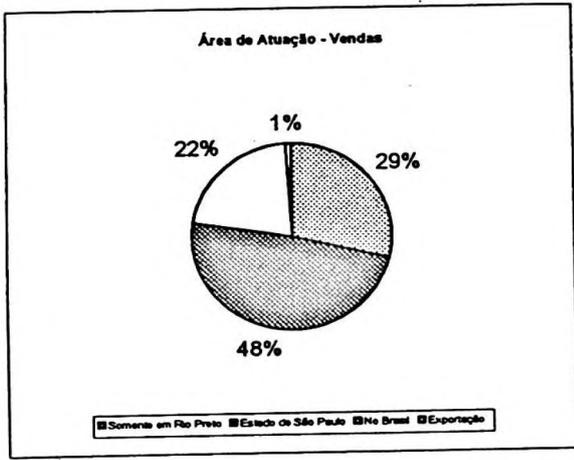
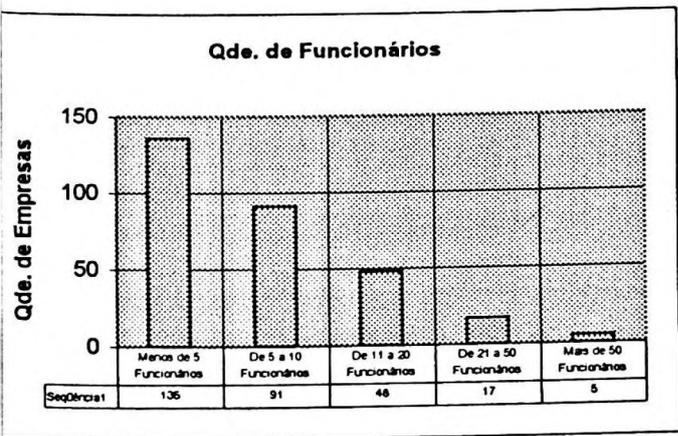
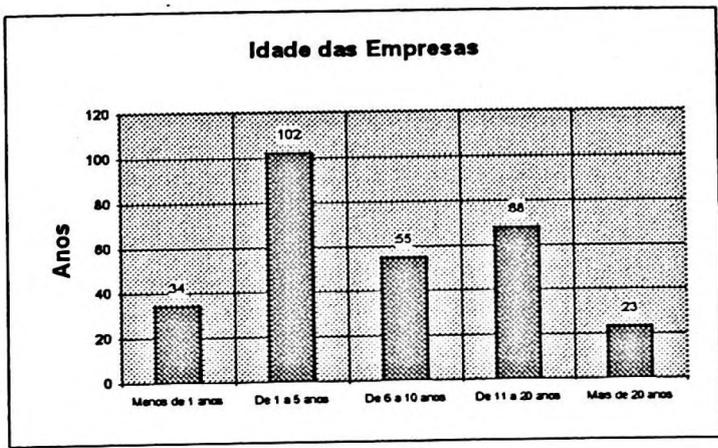
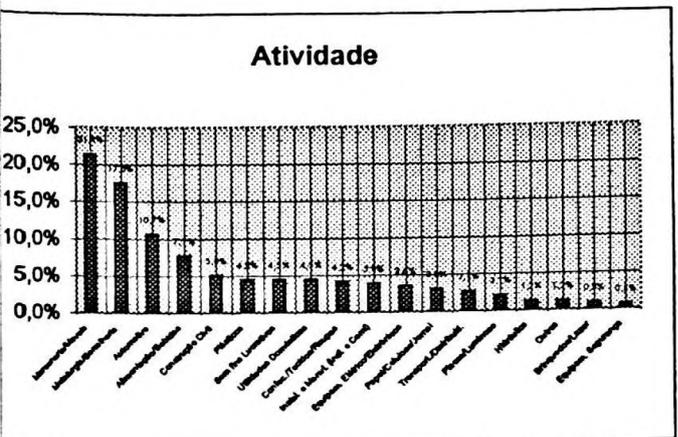
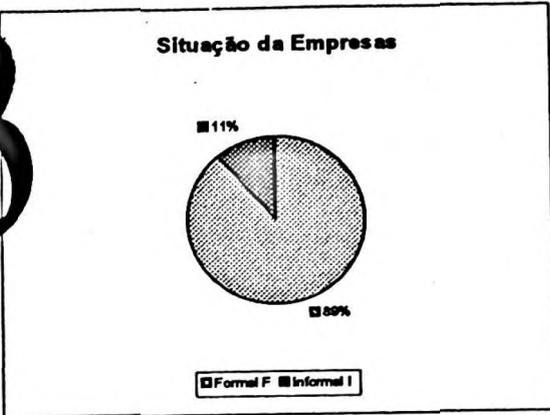
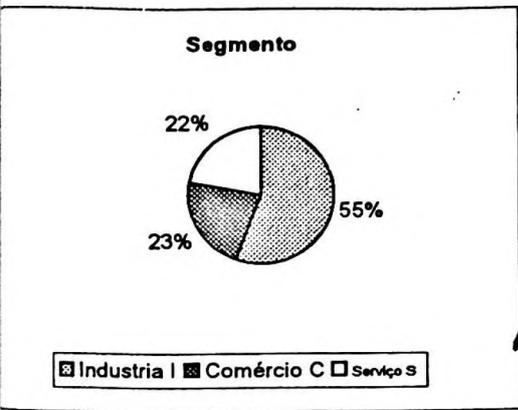
Próprio: () Sim _____ anos	() Alugado _____ anos	Valor do alugel R\$
-----------------------------	------------------------	---------------------

Pesquisador:	Data da Entrevista: / /
--------------	-------------------------

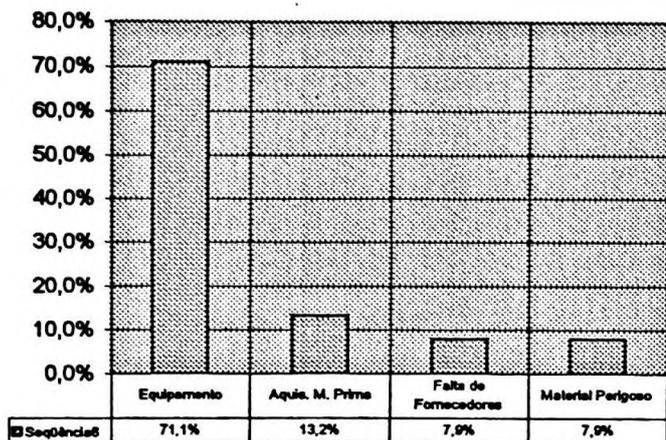
Observações quanto a Situação do Lote:

() Empresa em funcionamento	() Construção em andamento	() Lote sem construção
() Imóvel pronto e sem utilização	() Construção paralisada	() Outros : _____

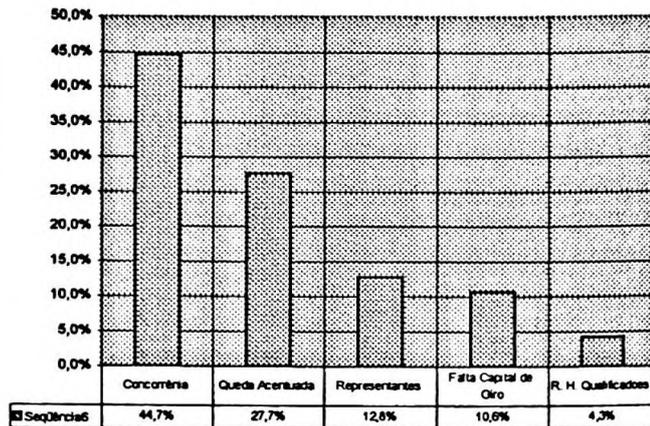
208



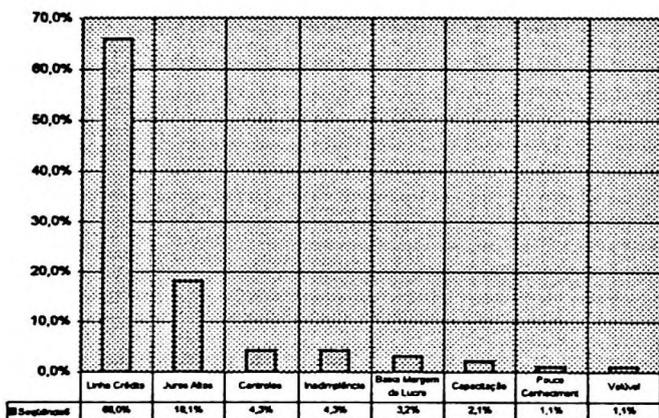
Principais Dificuldades - Produção



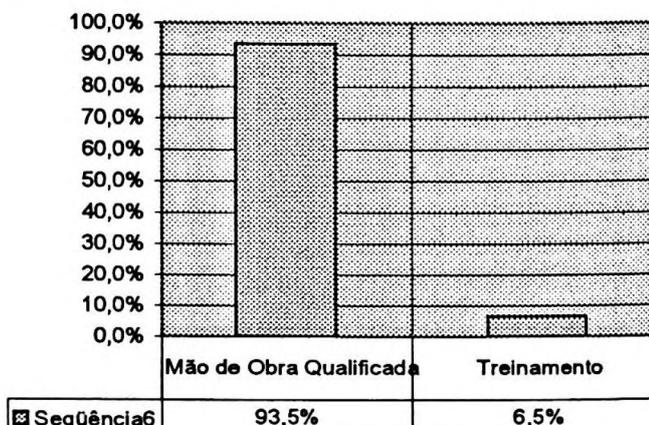
Principais Dificuldades - Vendas



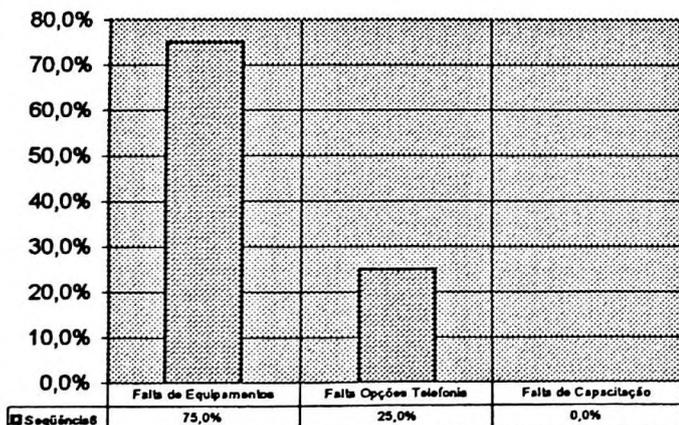
Principais Dificuldades - Adm. / Financ.



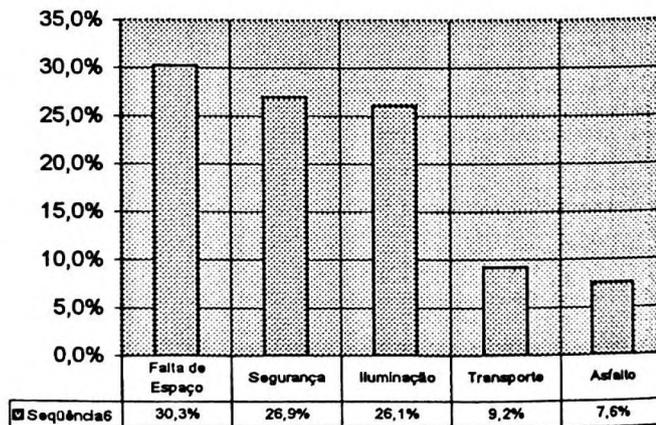
Principais Dificuldades - R. H.



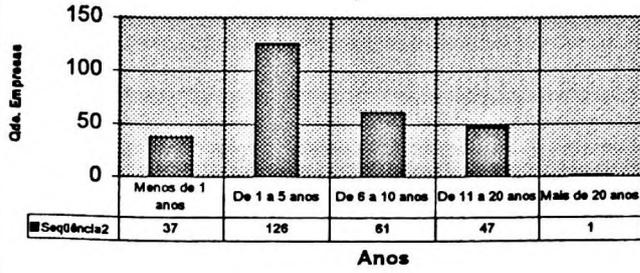
Principais Dificuldades - Inform./Telecom.



Principais Dificuldades - Infra-estrutura



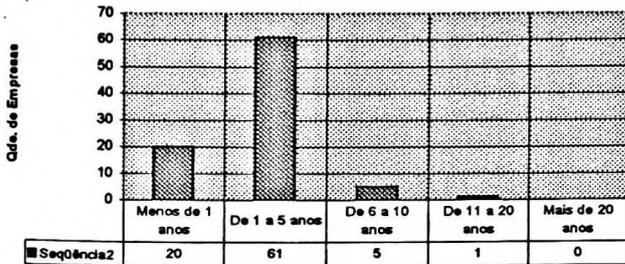
Há Qto. Tempo no Minidistrito



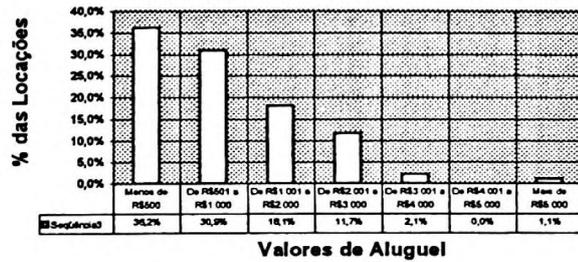
Imóvel: Próprio ou Alugado ?



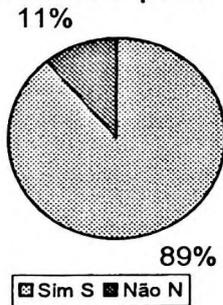
Há Qto. Tempo no Imóvel - Próprio



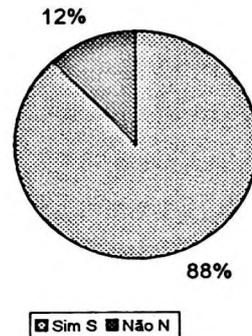
Valor do Aluguel - Imóvel Alugado



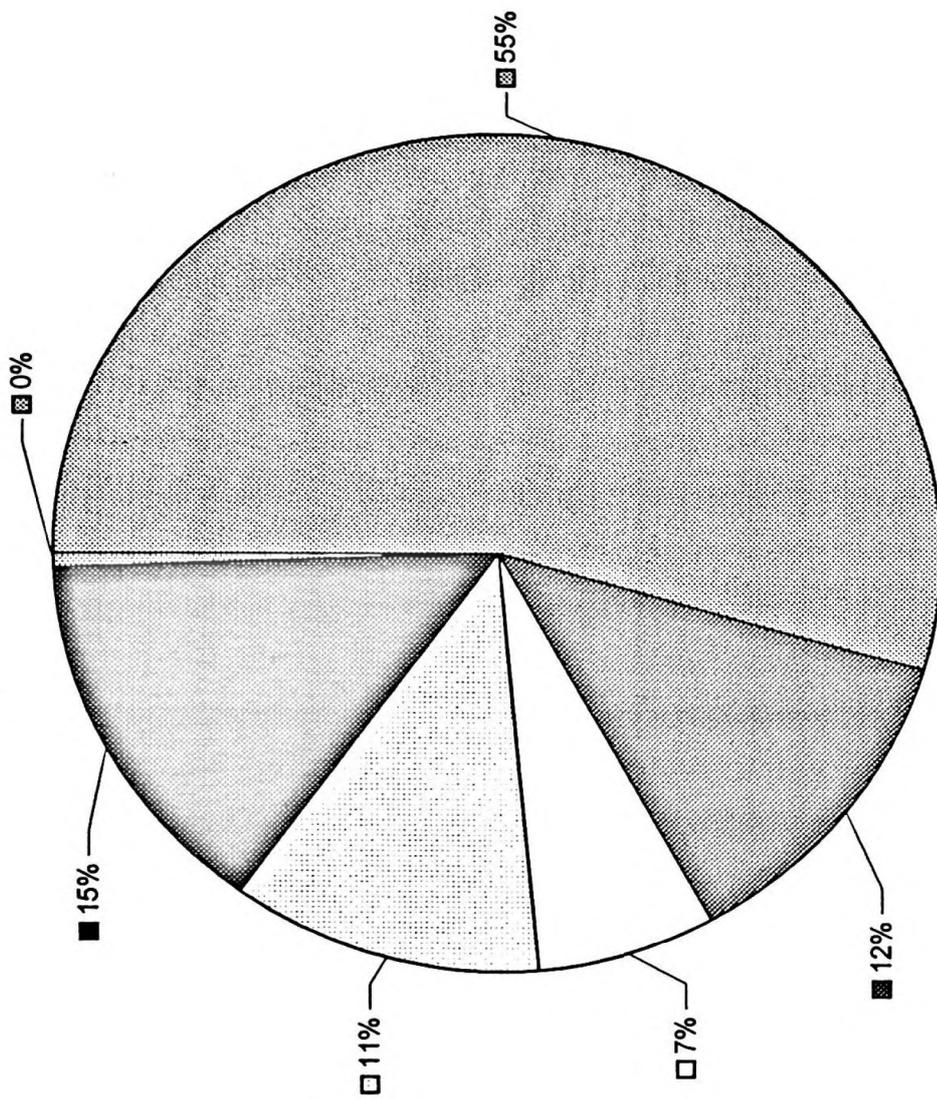
Programa Minidistrito foi Diferencial Importante?



Programa Minidistrito foi Importante?



Situação do Lote / Imóvel



- Empresa em Funcionamento
- Imóvel Pronto s/ Utilização
- Construção em Andamento
- Construção Paralisada
- Lote sem Construção
- Outros

Idade das Empresas	
Anos	Qde. Emp.
0	34
1	22
2	22
3	17
4	18
5	23
6	11
7	9
8	7
9	20
10	8
11	8
12	5
13	15
14	9
15	9
16	4
17	7
18	5
19	3
20	3
+ de 20	23
Total	282

1	Metalurgia	1	1	Metalurgia/Serralheria
2	Marcenaria	2	2	Marcenaria/Moveis
3	Elétrica	3	3	Equipam. Elétrico/Eletrônicos
4	Confecção	4	4	Confec./Tecidos/Roupas
5	Móveis	2	5	Automotivo
6	Utilid. Domest.	12	6	Alimentação/Bebidas
7	Automotivo	5	7	Papel/Celulose/Jornal
8	Serralheria	1	8	Plásticos
9	Beneficiadora de Arroz	6	9	Transport./Distribuid.
10	Papel	7	10	Flora/Vegetais
11	Bebidas	6	11	Construção Civil
12	Peixe	6	12	Utilidades Domésticas
13	Distrib. Medicamento	9	13	Instal. e Manut. (Indl. e Coml)
14	Funilaria	5	14	Implem. Agrícola
15	Igreja	21	15	Equipam. Segurança
16	Floricultura	10	16	Hidráulica
17	Artefatos Plásticos	8	17	Placas/Luminoso
18	Alimentício	6	18	Mecanica/Elevadores
19	Placas	17	19	Brinquedós/Lazer
20	Luminoso	17	20	Outros
21	Depósito de Calhas	1	21	Sem fins Lucrativos
22	Elevadores	18		
23	Andaimes	11		
24	Atacadista 1,99	12		
25	Engenharia	11		
26	Instalação Comercial	13		
28	Implemento Agrícola	14		
29	Bebedouros Refrigerad	3		
30	Conexão	1		
31	Velas	20		
32	Embalagem	8		
33	Auto peça	5		
34	Lavanderia	4		
35	Tornearia	16		
36	Extintores	15		
37	Processadores	3		
38	Aparelho de Gislática	1		
39	Retífica de Motores	5		
40	Comércio de Lonas	4		
41	Impressão	7		
42	Refrigeração	3		
43	Artigos p/ Pesca	19		
44	Manutenção	13		
45	Transportadora	9		
46	Construtora	11		
47	Brinquedos	19		

Qde Funcionários Próprios	
Nº. Func.	Qde. Emp.
1	23
2	49
3	36
4	28
5	18
6	16
7	14
8	25
9	9
10	9
11	2
12	7
13	3
14	4
15	11
16	3
17	4
18	3
19	5
20	6
21	0
22	0
23	3
24	3
25	2
26	1
27	2
28	0
29	0
30	3
31	0
32	1
33	0
34	0
35	0
36	0
37	1
38	0
39	0
40	1
41	0
42	0
43	0
44	0
45	0
46	0
47	0
48	0
49	0
50	0
+ de 20	22
Total	297

Há quanto tempo Minidistrito (anos)	
Anos	Qde. Emp.
<1	37
1	21
2	27
3	29
4	23
5	26
6	9
7	13
8	11
9	6
10	22
11	8
12	5
13	6
14	7
15	14
16	0
17	5
18	0
19	1
20	1
+ de 20	1
Total	272

Há qto. Tempo no Imóvel Próprio (anos)	
Anos	Qde. Emp.
<1	16
1	10
2	13
3	7
4	11
5	15
6	8
7	11
8	9
9	9
10	27
11	6
12	5
13	7
14	7
15	12
16	0
17	5
18	0
19	1
20	2
+ de 20	1
Total	182

Há qto. Tempo no Imóvel Alugado (anos)	
Anos	Qde. Emp.
<1	20
1	15
2	15
3	14
4	10
5	7
6	2
7	0
8	1
9	1
10	1
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
16	0
17	0
18	0
19	0
20	0
+ de 20	0
Total	86

Imóvel Alugado Valor do Aluguel (R\$)	
R\$	Qde. Emp.
<500	34
<1000	29
<2000	17
<3000	11
<4000	2
<5000	0
>4999	1
Total	94

Segmento			
Industria	I	187	55,5%
Comércio	C	76	22,6%
Serviço	S	74	22,0%
TOTAL		337	

Ramo Genérico			
Marcenaria/Moveis	2	72	21,4%
Metalurgia/Serralheria	1	59	17,5%
Automotivo	5	36	10,7%
Alimentação/Bebidas	6	26	7,7%
Construção Civil	11	17	5,0%
Plásticos	8	15	4,5%
Sem fins Lucrativos	21	15	4,5%
Utilidades Domésticas	12	15	4,5%
Confec./Tecidos/Roupas	4	14	4,2%
Instal. e Manut. (Indl. e Coml)	13	13	3,9%
Equipam. Elétrico/Eletrônicos	3	12	3,6%
Papel/Celulose/Jornal	7	10	3,0%
Transport./Distribuid.	9	9	2,7%
Placas/Luminoso	17	7	2,1%
Hidráulica	16	4	1,2%
Outros	20	4	1,2%
Brinquedos/Lazer	19	3	0,9%
Equipam. Segurança	15	2	0,6%
Flora/Vegetais	10	2	0,6%
Implem. Agrícola	14	1	0,3%
Mecânica/Elevadores	18	1	0,3%
TOTAL		337	

Situação da Empresa			
Formal	F	278	88,8%
Informal	I	35	11,2%
TOTAL		313	

Idade da Empresa (anos)			
Menos de 1 anos		34	12,1%
De 1 a 5 anos		102	36,2%
De 6 a 10 anos		55	19,5%
De 11 a 20 anos		68	24,1%
Mais de 20 anos		23	8,2%
TOTAL		282	

Empresas com Funcionários Terceirizados			
Com Func. Terceirizados		18	6,1%
Sem Func. Terceirizados		279	93,9%
TOTAL		297	

Qde. Funcionários Próprios			
Menos de 5 Funcionários		136	45,8%
De 5 a 10 Funcionários		91	30,6%
De 11 a 20 Funcionários		48	16,2%
De 21 a 50 Funcionários		17	5,7%
Mais de 50 Funcionários		5	1,7%
TOTAL		297	

Atuação Geográfica			
Somente em Rio Preto		105	28,8%
Estado de São Paulo		178	48,8%
No Brasil		79	21,6%

Exportação		3	0,8%
TOTAL		365	

Enquadramento Fiscal			
Micro Empresa	M	168	62,0%
Pequena Empresa	P	78	28,8%
Outro	Médio	11	4,1%
Não Informado	X	14	5,2%
TOTAL		271	

Simples			
Estadual	E	83	31,0%
Federal	F	61	22,8%
Não Informado	X	124	46,3%
TOTAL		268	

Apuração Lucro			
Presumido	P	57	23,7%
Real	R	60	24,9%
Não Informado	X	124	51,5%
TOTAL		241	

Principais Dificuldades Encontradas						
Produção					TOTAL	
Equipamento	1	27	0	0	27	71,1%
Aquis. M. Prima	3	4	1	0	5	13,2%
Falta de Fornecedores	2	2	1	0	3	7,9%
Material Perigoso	4	2	1	0	3	7,9%
TOTAL		35	3	0	38	

Principais Dificuldades Encontradas						
Vendas					TOTAL	
Concorrência	3	21	0	0	21	44,7%
Queda Acentuada	4	13	0	0	13	27,7%
Representantes	2	6	0	0	6	12,8%
Falta Capital de Giro	5	5	0	0	5	10,6%
R. H. Qualificacoes	1	2	0	0	2	4,3%
TOTAL		47	0	0	47	

Principais Dificuldades Encontradas						
Adm./Finc.					TOTAL	
Linha Crédito	1	62	0	0	62	66,0%
Juros Altos	5	12	4	1	17	18,1%
Controles	2	3	1	0	4	4,3%
Inadimplência	3	4	0	0	4	4,3%
Baixa Margem de Lucro	6	3	0	0	3	3,2%
Capacitação	4	1	1	0	2	2,1%
Pouco Conhecimento	8	1	0	0	1	1,1%
Volúvel	7	1	0	0	1	1,1%
TOTAL		87	6	1	94	

Principais Dificuldades Encontradas						
Recursos Humanos					TOTAL	
Mão de Obra Qualificada	2	29	0	0	29	93,5%
Treinamento	1	1	1	0	2	6,5%
	3	0	0	0	0	0,0%
TOTAL		30	1	0	31	

Principais Dificuldades Encontradas						
Informática e Comunicação					TOTAL	
Falta de Equipamentos	1	3	0	0	3	75,0%

Falta Opções Telefonia	3	1	0	0	1	25,0%
Falta de Capacitação	2	0	0	0	0	0,0%
TOTAL		4	0	0	4	

Principais Dificuldades Encontradas						
Infraestrutura					TOTAL	
Falta de Espaço	3	34	2	0	36	30,3%
Segurança	1	27	4	1	32	26,9%
Iluminação	5	23	6	2	31	26,1%
Transporte	4	8	3	0	11	9,2%
Asfalto	2	3	6	0	9	7,6%
TOTAL		95	21	3	119	

Programa Minidistrito foi Importante			
Sim	S	241	88,0%
Não	N	33	12,0%
TOTAL		274	

Minidistrito foi Diferencial Positivo			
Sim	S	243	89,0%
Não	N	30	11,0%
TOTAL		273	

Há quanto Tempo no Minidistrito (anos)			
Menos de 1 anos		37	13,6%
De 1 a 5 anos		126	46,3%
De 6 a 10 anos		61	22,4%
De 11 a 20 anos		47	17,3%
Mais de 20 anos		1	0,4%
TOTAL		272	

Imóvel Próprio			
Próprio	S	198	67,3%
Alugado	S	96	32,7%
TOTAL		294	

Há quanto Tempo no Imóvel Próprio (anos)			
Menos de 1 anos		16	8,8%
De 1 a 5 anos		56	30,8%
De 6 a 10 anos		64	35,2%
De 11 a 20 anos		45	24,7%
Mais de 20 anos		1	0,5%
TOTAL		182	

Há quanto Tempo no Imóvel Alugado (anos)			
Menos de 1 anos		20	23,0%
De 1 a 5 anos		61	70,1%
De 6 a 10 anos		5	5,7%
De 11 a 20 anos		1	1,1%
Mais de 20 anos		0	0,0%
TOTAL		87	

Imóvel Alugado - Valor do Aluguel (R\$)			
Menos de R\$500		34	36,2%
De R\$501 a R\$1.000		29	30,9%
De R\$1.001 a R\$2.000		17	18,1%
De R\$2.001 a R\$3.000		11	11,7%
De R\$3.001 a R\$4.000		2	2,1%
De R\$4.001 a R\$5.000		0	0,0%
Mais de R\$5.000		1	1,1%

TOTAL		94
-------	--	----

Situação do Lote/Imóvel			
Empresa em Funcionamento	1	367	54,5%
Imóvel Pronto s/ Utilização	2	83	12,3%
Construção em Andamento	3	46	6,8%
Construção Paralisada	4	76	11,3%
Lote sem Construção	5	98	14,6%
Outros	6	3	0,4%
TOTAL		673	

APÊNDICE 3

**Programa de Desenvolvimento
da Região Norte**

São José do Rio Preto / SP



*“ Resgatar a cidadania rumo à
qualidade de vida”.*

Programa de Desenvolvimento da Região Norte

Desde a sua criação, a Região Norte de São José do Rio Preto cresceu sem ações de planejamento e de infra-estrutura. Mesmo com as inúmeras realizações e obras executadas pela Prefeitura Municipal, a Região Norte precisa de mais investimentos e infra-estrutura adequada a sua realidade econômica e social.

Com um alto índice populacional, essa região possui sérios problemas sociais que afetam seu cotidiano e refletem em toda a cidade. O crescente desemprego e a falta de objetos sociais concretos, entre outros problemas socio-econômicos, só aumentam os índices de violência da região.

Para mudar essa situação, a ACIRP Distrital Norte, o CECERP, o Centro Comunitário Jd. Das Oliveiras, o Rotary Club, o SEBRAE-SP e a Prefeitura Municipal em parceria com diversas entidades da Região Norte, apresentam o Programa de Desenvolvimento da Região Norte. Composto por uma união de lideranças, o Programa quer: **refletir Ações e Planejar Conquistas** nas áreas de Infra-estrutura, Ação Social, Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda.

“ O Programa de Desenvolvimento da Região Norte tem como base o estudo e a análise dos problemas enfrentados pela área e a apresentação de propostas concretas, que resgatem a cidadania dos seus moradores. O sucesso do Programa depende da participação da sociedade para a ampliação de idéias e ações, buscando com o poder público parcerias da seguinte forma: ”

oder Executivo - Criação de um canal que permita a discussão de projetos de interesse para o desenvolvimento socio-econômico da região e parcerias para a execução de projetos Sociais;

oder Legislativo - Participação da Câmara de Vereadores na discussão de projetos de interesse da Região Norte e criação de Leis e Projetos de Leis específicos para a região;

oder Judiciário - Apoio na formulação de ações e projetos preventivos contra a violência auxílio às comunidades carentes em questões jurídicas;

ntidades de Classe - Preparação de projetos e debates e elaboração de eventos atraivos para geração de renda na região;

Ações do Programa de Desenvolvimento da Região Norte

RAE-SP:

EBRAE-SP oferece ações voltadas para empreendedorismo focadas para empresários, empreendedores e grupos setoriais, através das seguintes opções:

Cursos empreendedorismo:

Assala: Aprender a Empreender
Assala: Juntos Somos Forte

Palestra sobre técnicas de gestão empresarial:

Workshops Gerenciais
Workshop de Cooperativismo/associativismo

Treinamentos gerenciais e tecnológicos para empreendedores do setor de alimentos.



ROTARY CLUB - Eldorado

1. Implantação de cursos para o desenvolvimento de lideranças jovens.

E-mail: rotaryeldorado.4480@terra.com.br



ACIRP - Distrital Norte

1. Criação de um Banco de Currículuns, disponibilizando mão de obra treinada para mais de 3.000 empresas associadas da ACIRP;
2. Realização de Rodas de Negócios, promovendo a interação dos empresários da região.

E.E. PROFESSOR ADHAIR GUIMARÃES FOGAÇA

- Cursos de Informática;
- Cursos de Padaria;
- Cursos profissionalizantes.

Rua: Auriflama, 2568 - Eldorado - Fone: 236 2811

Patrocínio:

Colaboradores do Programa

Coordenação Geral

- Denílson César Marzocchi (Diretor ACIRP - Distrital Norte)
- Edivaldo dos Santos (Centro Com. Jd. Oliveiras)

Coordenação de Imprensa

- José Roberto Toledo (Diretor de Comunicação - ACIRP)
- Willian Gustavo Batista (Depto. Imprensa ACIRP)

Desenvolvimento Econômico

- Denílson César Marzocchi (Diretor ACIRP - Distrital Norte)
- Melquisedec Gonçalves (SEBRAE)

Campanhas:

Estruturas Urbanas;
Fortalecimento comercial e industrial;
Qualificação profissional;

Coordenação Ação Social

- Débora Malacário (Rotary)
- Carlos Roberto F. Pereira (Beira Mar)

Campanha:

Educar uma criança é não construir uma prisão.

- Neuza da Cruz L. Ferreira (Diretora E.E. Adahir Guimarães Fogaça)
- Elisandra Aparecida M. Oliveira (Creche Amélia B. Sacchetin)

Fortalecimento das Entidades Sociais

- Eliana Storino
- Manoel Ferreira da Silva (Ass. Solo Sagrado Proj. Amanhã)

Família Reconstrução da Sociedade

- Patrícia
- Roseli Aparecida M. Moore (Pres. Ass. Solo Sagrado I)

Juventude Resgate da Dignidade

- Rosângela A. Santana (Diretora Executiva CECERP)
- Rosinei de J. A. Souza (Pres. Ass. Mor. Gisete/Etemp)

Cultura nas Comunidades

- Débora Malacário (Rotary)
- Carlos Roberto F. Pereira (Beira Mar)

Geração de Renda

- Reciclando Vidas (Projeto Reciclagem de Lixo)
- Ailton de Souza
- Luis Fernando Pires

Foto: Fabrício Spatti



INFORMAÇÕES: Telefone: (17) 237 5122 - e-mail: distrital_norte@yahoo.com.br

Apoio:



EMPREENDER
Unir para Crescer

Patrocínio:

APÊNDICE 4

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23/2005.

Valor da pasta: R\$10,00 (dez reais)

Por determinação do senhor Prefeito Municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, o Presidente da Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP, de acordo com a legislação vigente, torna público que está aberta a presente CONCORRÊNCIA, regida pela Lei Federal 8.666/93, para ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (terrenos destinados ao funcionamento de indústria, comércio e prestação de serviços) nos loteamentos Minidistritos 'Prof. Adail Vetorazzo', "Centenário da emancipação", "João Paulo II – Mini2", "Ary Attab" e "José Felipe Antonio", neste Município, para construção de estabelecimento industrial, comercial e de serviços, obedecendo às normas e condições das Leis Municipais nºs 4468/88, alterada pelas Leis Municipais nºs 6585/97 e 7130/98 e Lei Municipal 5135/92 alterada pela Lei Municipal nº 5749/95 e de conformidade com a relação e anexo que integram o presente Edital e seguintes condições:

A – OBJETO:

1 -- Alienação de áreas localizadas nos minidistritos "Prof. Adail Vetorazzo", "Centenário da Emancipação", "João Paulo II – Mini2", "Ary Attab" e "José Felipe Antonio", para aproveitamento nos termos das leis municipais, de acordo com as avaliações e croqui que seguem em anexo, visando à instalação de empresas em alguns ramos de atividade, nos termos definidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme a descrição do item 2, abaixo descrito.

2 -- Somente poderão ser instaladas no mini-distrito empresas com os seguintes ramos de atividade: Indústria de Confecções, Indústria de Móveis (marcenaria), Indústria Metalúrgica (serralheria), Indústria Gráfica, Indústria de Produtos Alimentícios, Indústria de Produtos Químicos, Farmacêuticos e Veterinários, Indústria de Artefatos Plásticos, Indústria de Material Elétrico e Mecânico, Marmoraria, Construção Civil, Comércio e Prestação de Serviços em geral.

B – DO PREÇO:

1. -- O licitante deverá apresentar proposta que contenha, no mínimo, o preço avaliado para o metro quadrado de cada imóvel conforme Relação e Laudo de Avaliação, que segue em anexo.

C – DO PAGAMENTO:

1. -- O valor da adjudicação do lote deverá ser pago à vista ou em até 50 (cinquenta) prestações mensais e sucessivas, de acordo com a proposta vencedora.

2 -- No caso da aquisição ocorrer com pagamento parcelado, a primeira prestação poderá ocorrer 12(doze) meses após a assinatura do Compromisso Particular de Venda e Compra, conforme Lei Municipal 7130 de 11 de maio de 1998.



São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração - www.riopreto.sp.gov.br - e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351

3. - Em caso de opção pelo pagamento em única parcela, o vencimento da parcela ocorrerá 12(doze) meses após a assinatura do Compromisso Particular de Venda e Compra, conforme Lei Municipal 7130 de 11 de maio de 1998.

3.1. - O valor proposto e adjudicado será reajustado anualmente pelo IPCA-FIPE, ou pelo índice que vier a substituí-la.

D - DAS CONSTRUÇÕES:

1 - A autorização para o início da construção será feita através da publicação de Edital, pela SEMPLANGE, após a assinatura do contrato de venda e compra e cumprimento das formalidades legais.

2 - O adquirente deverá iniciar a construção do imóvel destinado as atividades industriais e de serviços no prazo de 03(três) meses a contar da publicação do Edital elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - Semplange.

3. - Será permitida a construção de um 2º pavimento para atividades empresariais, administrativas ou para fins residenciais, desde que para uso exclusivo do proprietário ou proprietários.

4. - O início operacional das atividades deverá ocorrer dentro de 18(dezoito) meses, no máximo, contados da data a que se refere o item 3.3., com uma área construída de, no mínimo, 10% (dez por cento) da área do total do terreno adquirido.

6. - Decorridos 36(trinta e seis) meses da data do Edital a que se refere o item 2 da letra D, a empresa deverá ter construído 40% (quarenta por cento) da área total do terreno, sob pena de reversão ao Patrimônio Municipal, na forma da Lei Municipal 4468/88 e suas posteriores alterações.

E - DA REVERSÃO:

1. - Reverterão ao Patrimônio Municipal sem ônus à municipalidade e independente de interposição judicial, os terrenos objeto da presente Licitação, inclusive as benfeitorias, quando o estabelecido nos artigos 9º e 10 e respectivos parágrafos da Lei Municipal 4468/88 e posteriores alterações não forem cumpridos, sem qualquer tipo de indenização do poder público ao particular, ficando, desde já aceita a reversão como penalidade por descumprimento de prazo.

F - DA PROPOSTA:

1. - A proposta deverá ser feita por metro quadrado (m²), não sendo admissível proposta inferior ao valor da avaliação.



São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração - www.rlopreto.sp.gov.br - e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Ardaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351



2 - Cada interessado nesta Licitação poderá apresentar uma proposta para aquisição de, no máximo, 02(dois) terrenos contíguos, ficando vedado ofertar mais de uma proposta para aquisição de terrenos em minidistritos diversos ou aquisição de mais de um terreno no mesmo minidistrito, salvo no caso de 02 terrenos contíguos, acima registrados.

3 - Para maiores informações, conhecimento e localização dos lotes recomendam-se aos interessados o comparecimento em data anterior à audiência ao 4º andar - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica.

4 - Maiores informações, também, poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, localizado no Paço Municipal, 2º andar, Avenida Alberto Andaló, 3030 - centro, Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP.

G – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

1. -- Os envelopes contendo a documentação para habilitação (envelope nº 1) e as propostas (envelope nº 2) serão recebidos pela Comissão Municipal de Licitação até as 16:00horas do dia 28/junho/2005, os quais serão abertos no dia 29/junho/2005, às 08:30horas, no 9º andar da Prefeitura Municipal.

2. -- Os proponentes deverão apresentar a documentação e as propostas em dois envelopes com identificação do licitante, lacrados e indevassáveis, identificados conforme segue:

ENVELOPE 01 – Documentação

Concorrência nº 23/2005
Abertura dia...../...../2005 às.....horas
Licitante:.....

ENVELOPE 02 – Proposta Financeira

Concorrência nº 23/2005
Abertura dia...../...../2005 às.....horas
Licitante:.....

H – DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES:

1 - ENVELOPE Nº 01 – documentação -- cópia autenticada ou o original do comprovante de depósito prévio de 5% (cinco por cento) do valor da área que pretende adquirir no mini-distrito, conforme avaliação dos lotes.



São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração - www.riopreto.sp.gov.br - e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351



1.1. Se o licitante, em razão de sua proposta, adquirir lote de menor valor daquele caucionado, poderá reaver o valor caucionado excedente, mediante simples requerimento endereçado à Comissão de Licitações para averiguação da realidade dos fatos e encaminhamento à Secretaria de Finanças para devolução.

1.2. Se o licitante, em razão de sua proposta, adquirir lote de maior valor daquele caucionado originalmente, deve complementar a caução em 2 (dois) dias úteis após a publicação da decisão final da Comissão de Licitações, sob pena de desclassificação do certame e não adjudicação do bem a seu favor.

1.3. - A não apresentação do mencionado documento (comprovante do depósito de caução) implicará na inabilitação do proponente para esta Licitação, o qual ficará impedido de prosseguir o certame.

1.4. Se a proposta ofertada pelo licitante não for vitoriosa, não sendo possível adquirir qualquer dos lotes colocados à disposição, o licitante poderá reaver o valor caucionado mediante simples requerimento dirigido à Comissão Municipal de Licitações.

1.5. No caso de vitória o valor caucionado será abatido do valor devido à administração pública, conforme a proposta vencedora ofertada no certame.

2 - ENVELOPE Nº 02 -- proposta financeira -- Contendo 01(uma) via, sem rasura ou entrelinha, assinada, com preço para o m² (metro quadrado) do lote, nunca propondo preço inferior ao da avaliação prévia. Conter ainda:

- a) Pessoa física: nome, CPF, RG, endereço completo, telefone.
- b) Pessoa jurídica: razão social (contrato social), CNPJ, endereço completo, telefone, nome dos sócios, RG e CPF.
- c) Declaração de ciência de que, eventualmente vencedor do certame, não poderá dispor, alienar ou repassar a terceiro o (s) terreno(s) ou a construção.

3 -- A apresentação da proposta implica automaticamente na aceitação de todas as condições deste Edital e as disposições, no que forem aplicáveis, a Lei Federal nº 8666/93 e suas posteriores alterações, bem como das Leis Municipais nº 4468/88 e 5135/92 e suas posteriores alterações.

I – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

1 – Critério de julgamento: MAIOR OFERTA POR m², respeitando o valor mínimo da avaliação em anexo.

J – DA CLASSIFICAÇÃO E DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS:



São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração - www.riopreto.sp.gov.br – e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351

1 – Na hora e dia designados para a abertura dos envelopes contendo as propostas financeiras, o licitante deverá comparecer para escolha dos terrenos em planta que estará à disposição, obedecida rigorosamente à ordem de classificação das propostas.

2 – Abertos os envelopes contendo a proposta financeira, será realizada classificação decrescente, sendo classificada em 1º lugar a melhor proposta de acordo com a melhor oferta e assim sucessivamente, até a última proposta classificada.

2.1 – Havendo empate no valor estabelecido por m² (metro quadrado), a classificação se fará por sortio, imediatamente, em ato público.

3 - A ausência do licitante implicará na perda do direito de preferência à referida escolha, passando a preferência para o próximo classificado, operando-se a decadência do direito à escolha, mesmo que o licitante compareça atrasado, tão logo o próximo classificado realize sua escolha.

4 – Todos os atos da sessão serão registrados em ata, que será assinada por todos os participantes.

5 - Recomenda-se que todos os interessados na licitação estejam no local marcado para a sua realização 15 (quinze) minutos antes do horário estipulado.

L - DO CONTRATO

1 - Após adjudicação e homologação do processo pela autoridade superior, o Objeto da Licitação será contratado com os licitantes classificados, obedecendo a ordem de classificação, ficando disponíveis os terrenos que não foram adquiridos ou não tiveram comparecimento dos licitantes vencedores para formalização do contrato.

2 - O licitante vencedor será convocado a firmar contrato, obrigando-se ao fiel cumprimento da sua proposta e demais disposições contidas no Edital, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias da convocação que pode ser feita pelo Diário Oficial do Estado ou por fac-simile.

2.1 – Se o licitante convocado não comparecer para assinatura do contrato, perderá o valor caucionado no certame, tendo por renúncia tácita ao direito à formalização do instrumento contratual.

M – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1 - Qualquer dúvida deverá ser dirigida por escrito à Comissão Municipal de Licitações e em casos omissos serão resolvidos pelo Senhor Prefeito Municipal.

2 - Dos atos e decisões relacionadas com a presente licitação, caberão os recursos dispostos no artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.



São José do Rio Preto

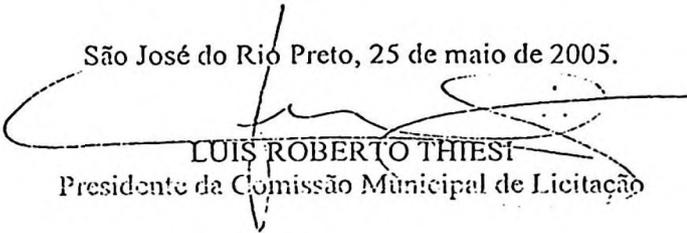
Secretaria Municipal de Administração - www.rlopreto.sp.gov.br - e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351

2.1 – Os licitantes poderão ficar sujeitos as penalidades regradas na Lei Federal 8.666/93 no caso de ocorrerem incidentes prejudiciais à administração pública e ficar comprovada culpa ou dolo de qualquer um dos concorrentes.

2.2. – A presente licitação poderá ser revogada ou anulada, a critério da administração pública, a qualquer tempo, sem direito a qualquer tipo de indenização.

3 - E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, publicado em seu resumo no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

São José do Rio Preto, 25 de maio de 2005.



LUIS ROBERTO THIESI
Presidente da Comissão Municipal de Licitação



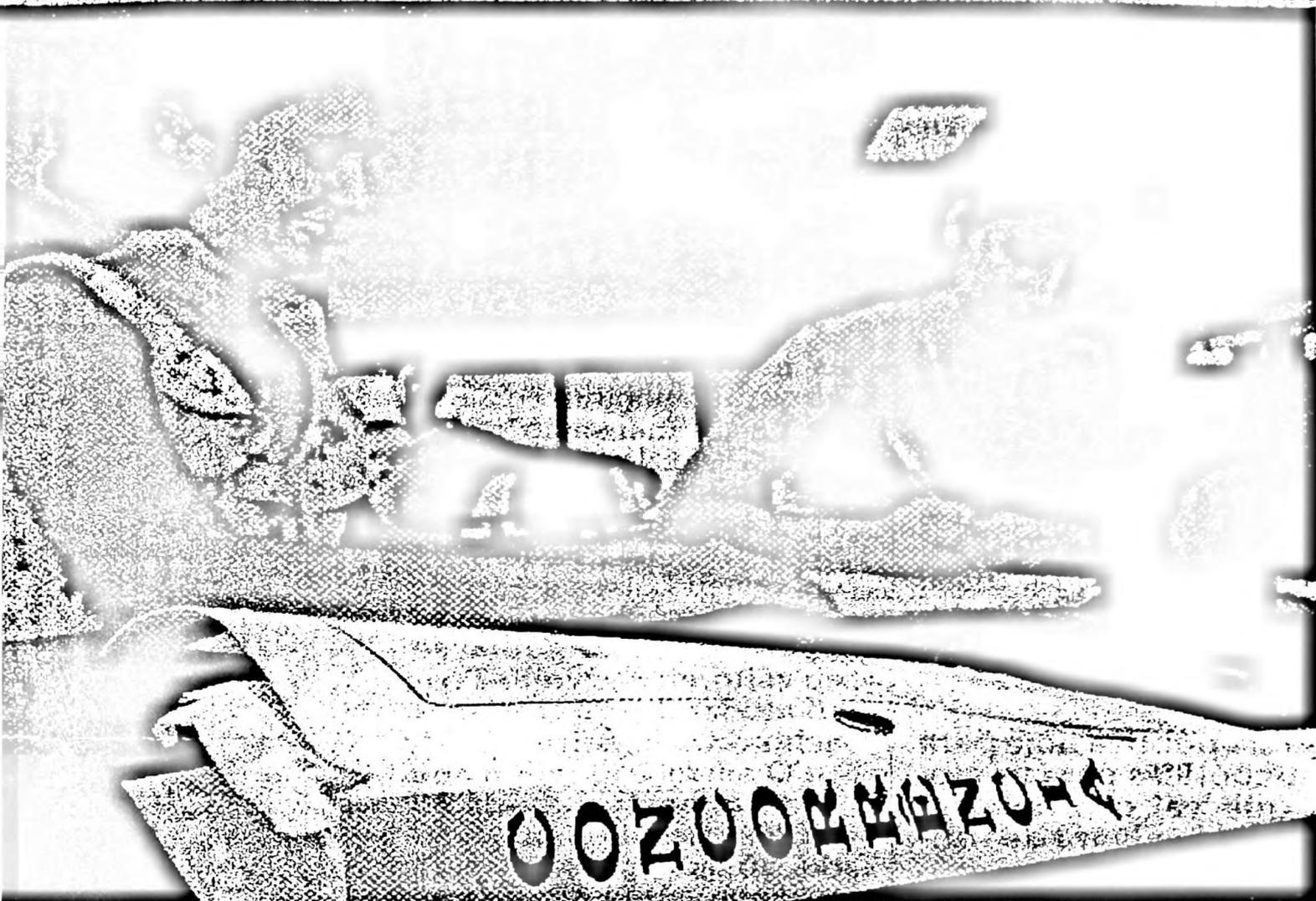
São José do Rio Preto

Secretaria Municipal de Administração - www.riopreto.sp.gov.br - e-mail - smadm.compras@empro.com.br
Avenida Alberto Andaló, 3030 - 2º Andar - CEP 15015-000 - Centro - Fone: (17) 230-1351

APÊNDICE 5

Concorrência pública para lotes em minidistritos atrai 66 interessados

Thomas Vilela Neto



Concorrência foi realizada no nono andar da prefeitura

A Prefeitura de Rio Preto abriu ontem a concorrência pública para alienação de terrenos nos minidistritos Adail Vetorato Centenário da Emancipação, João Paulo 2º, Minidistrito 2, Ary Attab e José Felipe Antônio. No total, 66 pessoas compareceram na concorrência, realizada no nono andar da prefeitura. A quantidade de lotes disponibilizados foi de 157 para a construção de estabelecimentos industriais, comerciais e ainda serviços. A concorrência teve

início logo pela manhã e se estendeu até o final da tarde. Alguns lotes não receberam oferta e um novo processo licitatório deve ser aberto. Os interessados disputaram os lotes ofertas baseadas no preço do metro quadrado. Aquele que oferecia o maior valor venceu a concorrência. Após a alienação dos lotes, a pessoa tem carência de 12 meses para começar o pagamento. As parcelas podem ser pagas em até 50 meses. De acordo com informações da Secretaria de

Comunicação, a meta da abertura da concorrência é incentivar a geração de empregos na cidade com a abertura das novas empresas. “Essa sempre foi a preocupação da atual administração. Incentivamos a abertura de novas empresas na cidade e, com isso, aumentamos o número de empregos para os rio-pretenses com oportunidade de trabalho”, disse o secretário de Administração e presidente da Comissão de Licitações, Luís Roberto Thiesi. (V. Marques)

APÊNDICE 6

Santo de casa ainda faz milagre

São José do Rio Preto aposta na diversificação e dá atenção especial ao pequeno empreendedor

■ VERA GUAZZELLI

A dinâmica do crescimento de São José do Rio Preto segue ritmo bem mais lento em relação à corrida desenvolvimentista verificada no Interior nos últimos cinco anos. A cidade do Norte Paulista que também sonha em atrair investimentos privados, mas ainda não magnetizou o interesse de grandes corporações, fez opção pelo doméstico. Ao estimular o potencial do empreendedor que está no próprio quintal, criou uma economia auto-sustentável que melhora as taxas de inclusão social e livra o Município de ser dependente de poucas cadeias produtivas e da volatilidade do capital estrangeiro.

São José do Rio Preto acredita que santo de casa faz milagre, sim. A cidade-sede da região que foi endereço de apenas 9,2% dos US\$ 9,05 bilhões que desembarcaram em recursos privados no Interior de São Paulo, conforme o mais recente estudo da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análises de Dados), aposta no poder agregador que as atividades pratas da casa representam para o Município. Também deposita ficha nos negócios menores e destinou 702 mil metros quadrados de terreno para a criação de 13 minidistritos industriais e de serviços destinados exclusivamente ao micro e pequeno empresário.

O Município tem os olhos no futuro e, como outras cidades-região do Estado, trabalha para divulgar as potencialidades naturais entre os grandes investidores. Mas procura não deslumbrar-se com planos mirabolantes porque sabe que o momento é esse e a hora é agora. "É preciso ter os pés no chão e

enxergar com clareza a necessidade de desenvolver a cidade com a criação de oportunidades para todos" — enfatiza o prefeito Edinho Araújo, do PPS.

São José do Rio Preto instituiu os minidistritos industriais com a lógica explícita da inclusão social, porque contempla o cidadão comum que encontra dificuldades no espremido e competitivo mercado de trabalho e tem no pequeno negócio familiar alternativa para a sobrevivência. São 801 pequenos negócios distribuídos por 702 mil metros quadrados de terrenos divididos em 13 loteamentos junto aos bairros periféricos.

A localização geográfica é proposital e foi configurada para acompanhar o crescimento demográfico da cidade, hoje com 360 mil moradores. Ao incentivar a criação de pequenas metalúrgicas, confecções, marcenarias, serralherias e até distribuidores de água mineral fora do eixo central, a Prefeitura incentiva o desenvolvimento de áreas candidatas em potencial à concentração de miséria. Ao se tornarem fornecedores de mão-de-obra para os empreendimentos locais, esses bairros passam a ocupar papel de coadjuvantes na dinâmica econômica do Município.

Prefeitura estima que 80% das empresas instaladas nos minidistritos viabilizaram-se

"É um modelo que cria emprego, melhora a renda e eleva a auto-estima da população carente" — acredita o secretário de Planejamento, Orlando Bolçone. A Prefeitura trabalha com a expectativa de que os empreendimentos dos minidistritos já reúnem potencial para gerar mais de oito mil empregos diretos. Isoladamente, o número nem é tão expressivo. Mas essas vagas ajudam a manter as taxas de desemprego de São



José do Rio Preto estacionadas entre 6% e 8%. O índice é três vezes menor que a média registrada na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo.

Mudança providencial — O projeto de minidistritos foi criado em 1986, mas potencializado apenas nos últimos dois anos com alterações significativas que aceleraram a chegada de novos

negócios. As áreas que inicialmente seriam destinadas apenas à indústria passaram a abrigar atividades de comércio e serviços. A Prefeitura também modificou os critérios para aquisição dos terrenos. Os lotes — com área máxima de 1,2 mil metros quadrados — não podem mais ser adquiridos por meio de licitação. A prática favorecia a especulação imobiliária e desviava o objetivo principal do projeto porque negocian-



Foto: Roberto Azeiteiro

Edinho Araújo: progresso só chega se houver oportunidade para todos

com infra-estrutura e permite a edificação em dois pavimentos para que o segundo pi-

so seja utilizado como moradia. Especialistas argumentam que a opção de livrar-se simultaneamente dos aluguéis residencial e comercial melhora o fluxo de caixa do micro ou pequeno empresário.

O mapa das receitas municipais ainda não contabiliza números pontuais sobre o impacto desses pequenos negócios nos cofres públicos. A Prefeitura, no entanto, sabe que será difícil obter saltos significativos na arrecadação porque conhece as limitações de atividades nas quais a economia de escala e o valor agregado não são os principais componentes. "O que conta para nós é o ganho social, difícil de traduzir em números principalmente quando se tem como prioridade a qualidade de vida" — argumenta o prefeito Edinho Araújo.

Prata da casa — Tanto o prefeito quanto os principais executivos municipais orgulham-se de exibir dois indicadores de que econômico e social andam de mãos dadas em São José do Rio Preto. Fosse diferente, a cidade teria bem mais que 0,5% dos 360 mil habitantes morando em favelas e não ostentaria IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,87, considerado alto pelos padrões da ONU (Organização das Nações Unidas). O organismo internacional leva em conta longevidade, renda e educação para aferir as condições de vida ao redor do mundo e pontuar de 0 a 1. Encontram-se no mesmo patamar a cidade de Florianópolis e os países da Noruega e Austrália.

O cuidado que São José do Rio Preto dispensa à economia 90% prata da casa pode ser entendido também como a capacidade de vencer deficiências natas. A cidade é apontada pelo último estudo da Fundação Seade sobre os investimentos privados no Estado de São Paulo como pólo de baixa capacidade para atrair investimentos. Apenas 9,2% dos US\$ 9,05 bilhões que desembarcaram em recursos privados no Interior em 2001 chegaram à cidade. Apesar dos US\$ 84,94 milhões representarem acréscimo de 156% em relação aos valores investidos em 2000, significam

arrematavam os terrenos para re-
ler com lucro. Agora, os interessa-
em empreender só conseguem um
após submeterem o plano de negó-
à avaliação de comissão formada
Sebrae, Centro Incubador de Em-
is, Ciesp, Centro de Apoio ao Pe-
o Empreendedor da Universidade
orte Paulista e técnicos da Secreta-
Planejamento.

comissão analisa questionário que
informações gerenciais, comer-
e financeiras, além dos dados pes-
do futuro proprietário. Cada res-
dá direito a quantidade de pontos
pecificada que possibilita elabo-
ista de classificação. Atualmente
11 aprovados para 50 lotes dispo-

Até agora, a Prefeitura conse-
tender 70% da clientela potencial
te da demanda reprimida já estu-
nplantação do 14º minidistrito.
último estudo da Secretaria de

Planejamento constata que 80% das
atividades implantadas nos 13 minidist-
ritos tornaram-se viáveis. O percentual
animador é atribuído ao maior rigor na
seleção e às orientações dos profissio-
nais que formam a comissão julgadora.
"A contribuição dos técnicos tem aju-
dado a evitar a mortalidade precoce das
empresas" — comenta o diretor regional
do Ciesp, Pedro Rodrigues de Al-
meida. A mais recente pesquisa do Se-
brae-SP aponta que 71% das micro e
pequenas empresas encerram as ativi-
dades antes de completar cinco anos.

Os empreendedores dos minidist-
ritos de São José do Rio Preto só podem
tornar-se proprietários dos lotes após
dois anos. Durante o período de carên-
cia terão de construir a sede e viabilizar
economicamente o negócio. O metro
quadrado do lote está em torno de R\$
16 e pode ser quitado em até 50 parce-
las. A Prefeitura comercializa as áreas

pouco mais de 19% do total destinado a São José dos Campos no mesmo período. A principal cidade do Vale do Paraíba lidera o ranking de investimentos no Interior paulista.

As autoridades locais enxergam a análise da Fundação Seade com olhar enviesado. Se forem comparados itens como qualidade de vida, centros universitários e de pesquisas e sistema viário, São José do Rio Preto certamente disputaria em condições de igualdade com as principais cidades-região do Estado. Mas os 440 quilômetros que separam o Município da Capital dificultam sua inclusão no eixo desenvolvimentista que consagrou também as regiões de Campinas e Sorocaba. Campinas, São José dos Campos e Sorocaba são consideradas a Grande São Paulo expandida, o maior mercado consumidor da América da Latina, onde está concentrado 25% do PIB brasileiro. Essa proximidade é preponderante na escolha de local para implantação de empresas.

“As negociações para atrair grandes corporações geralmente são complicadas e demoradas. Não dá para depender de apenas uma matriz econômica ou de poucas grandes empresas. Por isso, estimulamos a diversificação e o capital local” — conta o secretário de Planejamento, Orlando Bolçone. Para o executivo público, os empresários locais têm compromisso com a cidade e costumam pensar duas vezes antes de abandonar as origens rumo a outras paragens que acenam com benefícios fiscais, entre outras vantagens.

Orlando Bolçone também atribui o crescimento sustentável de São José do Rio Preto à diversificação da indústria. São mais de 40 ramos de atividades, além dos segmentos de confecções, móveis e jóias, considerados como pólos. Os três distritos industriais para empresas de médio e grande porte abrigam a Americanflex, de colchões, e a Fachini, de carroceria de caminhões. A cidade também é sede da Braille Médica, conceituada fabricante de válvulas para o coração. A Prefeitura não dá incentivos fiscais, mas procura manter áreas em estoque para negociar com interessados em implantar ou ampliar os negócios.



Orlando Bolçone: renda e inclusão social para manter a auto-estima

Com população equivalente à Diadema, cidade do Grande ABC com apenas uma faculdade particular, São José do Rio Preto tem nove universidades e faculdades que contabilizam 264 cursos de graduação e 36 de pós-graduação. A rede de comércio e serviços atrai 1,2 milhão de habitantes de 96 municípios do entorno, principalmente nas áreas de serviços médicos e educação. Somente o hospital da Faculdade Regional de Medicina atendeu no ano passado mais de 263 mil pacientes de fora da cidade.

pólo de serviços, contribui com apenas 6% da arrecadação. O orçamento de 2002 está estimado em R\$ 252 milhões, com previsões de repetição do superávit de 6,39% registrado no ano passado. A dívida pública de R\$ 30 milhões é considerada equacionada pela cidade, que aumentou a capacidade financeira para investir em obras de 5% para 10% do orçamento em 24 meses, segundo o prefeito Edinho Araújo.

São José do Rio Preto também busca aumentar a arrecadação sem alterar a alíquota dos impostos porque criou espécie de fiscalização amigável de combate à informalidade. Uma das ações implantadas para recuperar receita trouxe 328 empresas para a legalidade em 12 meses. O número corresponde a apenas 10% do total de empreendimentos que a Prefeitura estima trabalharem na clandestinidade, mas representa o ponto de partida de ação que promete render dividendos aos cofres municipais já no próximo ano.

Prefeitura e Unorp (Centro Universitário do Norte Paulista) são parceiras no Programa de Regularização de Em-

Com poucos investimentos de fora, cidade

constrói modelo econômico auto-sustentável

O Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manoel Reino registrou movimento de 300 mil passageiros em 2001.

Receita equilibrada — O equilíbrio financeiro de São José do Rio Preto confirma a força da atividade produtiva na economia das cidades. O ICMS representa 23,61% da composição da receita e apresentou crescimento nominal de 15,67% nos últimos 12 meses, contra 9,5% da inflação em 2001. O ISS, apesar de o Município ser considerado um



Cidade tem 13 loteamentos para pequenos negócios em áreas periféricas

presas e Trabalhadores Autônomos desenvolvido pelo Núcleo de Estudo e Atendimento Empresarial da universidade. Antes de serem multados, os responsáveis pelas empresas irregulares são encaminhados ao Núcleo Empresarial, que os orienta sobre a oficialização dos negócios. Caso haja interesse, a universidade faz a abertura da firma gratuitamente e depois encaminha o empresário a um contador para a continuidade do serviço mensal.

“Falta de informação e custo elevado para regularização da documentação inicial são as principais reclamações dos atendidos” — revela o coordenador do Núcleo Empresarial, Ademir dos Reis Filho. A expectativa é manter o mesmo ritmo de atendimento porque, segundo o professor, o Município permaneceu oito anos sem fiscalização efetiva. Nos três primeiros meses deste ano, outras 39 empresas já haviam sido regularizadas. “Esse projeto é contínuo. Não pretendemos baixar a guarda” — avisa o prefeito Edinho Araújo. ■

Qual rumo tomará a Educação no Brasil?

Permanecerá como está?

Ou o Ensino com Tecnologia vai atender melhor às necessidades do aluno?



O único sistema do Brasil que integra tecnologia (com aulas interativas em CD-ROM e material gráfico) a uma altíssima qualidade de ensino.



Através de formas, cores, sons e movimentos, são montadas situações que facilitam o aprendizado dos assuntos, mesmo os mais complexos.



O professor encontrará propostas, instruções de tarefas e atividades, facilmente adaptáveis à realidade de sua escola. A abordagem é altamente flexível, permitindo a criação de outros procedimentos.

ALUNOS MOTIVADOS



EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO MÉDIO

Convênios: 0800-192 790

J. PIAGET
SISTEMA DE ENSINO

APÊNDICE 7

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Prestação de contas - 2003



**Melhorando o presente,
construímos o futuro**

Prefeitura de São José do Rio Preto
Administração Participativa

Prefeito Edinho Araújo

Maureen Leão Cury
Vice-Prefeita e Coordenadora do
Orçamento Participativo

Mesa Diretora do OP:

Presidente: Gilson Miguel da Silva
Vice-Presidente: Tânia Borges-Carvalho-Coutrim
1ª Secretária: Luiza Maria Silvestre
2º Secretário: Leonardo Desideri

Expediente:

Direção e Fotografia:
Claudio Hto. Venegas Muñoz

Organização:
Carla Regina Zoccal Alves

Jornalista Responsável:
Patrícia Pimentel Mendes

Colaboradores:
Maria-José Ribeiro
Mara Luiza Alves dos Santos
Delegados e Conselheiros do OP

Fotolito e Impressão:
Gráfica São José

Tiragem: 13.000 exemplares

Distribuição gratuita

Apoio:

Caixa Econômica Federal, Circular Santa Luzia,
Consórcio Rodobens, Honda Faria,
Riopreto Shopping Center

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

Av. Alberto Andaló, 3030 - 9º andar
CEP: 15015-000
São José do Rio Preto - SP
Fone: (55-17) 230-1155
www.riopreto.sp.gov.br
e-mail: op.riopreto@empro.com.br

EDITORIAL



Com a satisfação do dever cumprido, estamos lançando a segunda edição da Revista Orçamento Participativo. A revista é o relato do percurso pelas regiões administrativas e bairros da cidade, escutando e discutindo com a população as suas necessidades.

A missão do OP é ser caminho de participação, para a sociedade civil, na gestão administrativa da cidade. O Orçamento Participativo é um exercício de democracia direta, que não pretende eliminar a democracia representativa, mas aprimorá-la, exigindo de cada poder o cumprimento do seu papel efetivo e, sem distorções. Por isso, o procedimento metodológico do OP é simples e sem intermediários. Todo cidadão (ã) pode ir às plenárias e fazer reivindicações. A plenária determina se é uma questão de natureza coletiva e prioritária. Sendo assim, será levada ao Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que a confrontará com outras solicitações, aplicando os critérios de grau de carência do reivindicado, número de habitantes que serão atendidos, possibilidade econômica de realização da obra ou projeto e a solidariedade no voto dos conselheiros.

As reivindicações são propriedades coletivas e seu atendimento, uma necessidade, um direito, jamais um favor que espera recompensa.

Estas idéias ou conceitos estão gravados nas páginas a seguir, através de fotos, gráficos e textos. Registros que testemunham o êxito do Orçamento Participativo, que conseguiu realizar 70% das 220 reivindicações feitas nas plenárias e classificadas como prioritárias.

Esperamos que esta Edição ajude a conhecer melhor o Orçamento Participativo, seus avanços e o seu potencial como ferramenta para melhorar a democracia.

OS EDITORES



Estamos prestando contas das demandas da população riopretense nas plenárias do OP: 70% das prioridades reivindicadas foram atendidas.

Os homens e as mulheres rio-pretenses conquistaram o direito de escrever, ao lado da Câmara Municipal, as leis orçamentárias do município.

O governo municipal cumpre o papel de fomentador da participação cidadã.

É a São José do Rio Preto democrática que queremos.

Prefeito Edinho Araújo

O OP é um processo que viabiliza a participação cidadã. Enquanto processo, tem o seu tempo para atingir a maturidade.

Sabemos que os Conselhos que nascem da sociedade civil são os que têm maior sucesso e representatividade na construção das políticas públicas locais.

Cabe aos rio-pretenses a participação no Conselho Municipal do Orçamento Participativo, para consolidar o debate sobre o uso do dinheiro público, garantir a transparência dos governos eleitos e a justiça social na distribuição da riqueza do município.



Profª Maureen Leão Cury
Vice-Prefeita

APÊNDICE 8

Diferentes setores da sociedade civil estarão participando junto com o Poder Público desse amplo movimento de alfabetização e educação.

13. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação terá suas decisões e suas deliberações acatadas pelo Poder Executivo no direcionamento das Políticas Públicas Municipais.

14. Equipe Multidisciplinar

Equipes multidisciplinares permanentes vão acompanhar, orientar e dar apoio a todos os projetos de educação, formação e proteção à criança.

15. Municipalização do Ensino Fundamental

Serão abertos canais de comunicação entre as administrações estadual e municipal com vistas à correção das distorções existentes no Programa de Municipalização do Ensino Fundamental. O processo de municipalização será rediscutido com as entidades representativas do Magistério, e os casos serão discutidos um a um em busca das soluções necessárias.

VIII - Empregos e Renda

Prioridade da nova administração!

Pontos Importantes

Que Você Precisa Saber

1. Marca Rio Preto

2. Banco do Povo

3. Distrito Industrial no IPA

4. Mini-distritos Empresariais

5. Atração de Novas Empresas

6. Consórcios de Exportação

7. Cadastro de Micro e Pequenas

8. Tecnologia de ponta

9. Política de Empregos

1. Marca Rio Preto

Um ambicioso programa de fortalecimento da economia local será colocado em prática, e o primeiro passo será a criação da marca Rio Preto, com o desenvolvimento de um selo de qualidade. Esse selo irá identificar todos os produtos originários do município.

Maior controle, melhor qualidade e todos ganham com isso!

2. Banco do Povo

O projeto Banco do Povo são linhas de crédito populares (mini-créditos) e vai financiar micro-empresas e pequenos projetos profissionais, preferencialmente para pessoas que não tenham acesso ao mercado financeiro formal. É um projeto de ação não-assistencialista e não-paternalista, comprometido com o processo de desenvolvimento econômico, social, de cidadania, de estímulo à integração e à auto-organização das micros e pequenas unidades econômicas.

3. Distrito Industrial, no IPA

A implantação do Distrito Industrial Ulisses Guimarães, no IPA, terá sua implantação acelerada, possibilitando a instalação e funcionamento de mais de 100 novas empresas no município.

4. Minidistritos Empresariais

O programa de mini-distritos será retomado. Trata-se de experiência já aprovada e exportada para outras cidades e Estados brasileiros. Os mini-distritos beneficiam tanto micro e pequenos empresários quanto trabalhadores, que tendo seus locais de trabalho perto de casa economizam com transporte e ganham em produtividade e qualidade de vida.

5. Atração de Novas Empresas

A atração de novas empresas não-poluidoras do meio ambiente será um forte da nova administração. Serão mais empregos e melhor qualidade de vida.